



JORNAL

do

Parlamento Nacional

III LEGISLATURA

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA (2015-2016)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vicente da Silva Guterres

Vice-Presidentes:

Secretária: Ex.^{ma} Sr.^a Maria Fernanda Lay

Vice-Secretárias: Ex.^{ma} Sr.^a Ângela Machado de Jesus

SUMÁRIO

Período de Antes da Ordem do Dia — Sr. Presidente (Vicente da Silva Guterres) loke sessão plenária iha tuku 9 liu minuto 52 dadeer no lê agenda trabalho ba loron ne'e nian.

Sr.^a Izilda da Luz Pereira Soares (CNRT), nu'udar Vice-Presidente Comissão C, no Sr. Deputado Antoninho Bianco (FRETILIN), nu'udar Relator, apresenta Relatório e Parecer Comissão C nian kona-ba visita de trabalho iha Singapura. Tuirmai, Deputado sira: Sr. Paulino Monteiro Soares Babo (PD), Sr.^a Josefa Álvares Pereira Soares (FRETILIN) no Sr. Duarte Nunes (CNRT) halo apreciação ba Relatório Visita ne'e no hato'o mós preocupação balu. Ikusmai

Sr. Presidente no Sr. Antoninho Bianco, nu'udar Relator, hatán mós ba preocupação hirak-ne'e.

Iha intervenção diversa sira: Sr.^a Benvinda Catarina Rodrigues (FRETI-MUDANÇA) hussu ba Bancada haat iha Parlamento Nacional atu discute lailais Lei Pensão Mensal Vitalícia iha tempo badak, ba Ministério do Turismo atu organiza didi'ak fatin turismo Cristo-Rei, nune'e bele hetan retorno económico ba Estado. Ikusliu, nia hussu ba Governo atu tau matan ba timoroan ida ne'ebé detém iha Singapura.

Sr. Manuel Gaspar Soares da Silva (FRETILIN) lamenta tebes ba funcionário Ministério Público nian ida ne'ebé usa carreta Estado hodi bá hala'o nia atividade pessoal. Deputado ne'e mós hussu kona-ba

Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente nia posição ba hare tonelada 300 ne'ebé aat iha armazém Bebora.

Sr.^a Albina Marçal Freitas (CNRT) hussu ba VI Governo Constitucional atu apresenta iha Parlamento Nacional sira-nia serviço ne'ebé halo durante lora 100 governação nian no mós explica koba-ba lala'ok Desluto Nacional ne'ebé hala'o tiha ona. Deputada ne'e hussu mós ba Ministra da Solidariedade Social no Primeiro-Ministro atu explica kona-ba cartão ne'ebé la dignifica veterano sira. Iha sorin seluk, nia convida Governo atu hatán kona-ba tanbassá mak iha gasto barak tebetebes hussu orçamento ne'ebé iha. Ikusliu, nia hato'o mós katak empresário sira hussu ba Governo atu sira-nia certidão dívidas nia prazo ne'e hanaruk ba fulan neen-neen.

Sr.^a Florentina Martins Smith (FRETILIN) critica execução orçamento Governo nian ne'ebé seidak liu 70% tuir cálculo ne'ebé iha. Nia hatutan tan katak execução orçamento ne'e, ida-ne'ebé boot liu mak iha categoria «Bens e Serviços», nune'e nia hussu atu Primeiro-Ministro no membro Governo sira atu hatán iha Uma-Fukun Parlamento Nacional kona-ba ida-ne'e. Além de ne'e, Deputada ne'e mós hatutan empresário sira-nia preocupação katak tem que hadi'a sira-nia cartão de dívidas hodi hanaruk tan nia prazo ba fulan neen nia laran, nune'e la bele dificulta sira.

Sr.^a Domingas Alves da Silva (CNRT) hussu ba Governo atu fó resposta kona-ba atribuição cartão ba veterano sira. Nia secunda Deputado Manuel Gaspar nia intervenção kona-ba funcionário Ministério Público nian ne'ebé usa fali carreta Estado nian ba assunto pessoal. Tuirmai nia sugere atu votação ba comissário na'in-rua ba Comissão Homenagem ne'e tuir pacote de'it. Nia questiona kona-ba aprovação no execução orçamento ne'ebé aloca ba Posto Administrativo Lacluta para harii uma ba mate-ruin nian, tanba to'o agora ida-ne'e seidak realiza. Hodi taka, Deputada ne'e mós hussu ba Ministério da Solidariedade Social atu resolve problema comissário Comissão Homenagem nian na'in-neen ne'ebé la simu salário no la simu mós carreta Estado.

Sr.^a Anastácia da Costa (FRETILIN) hussu ba Governo atu hadi'a no tau matan ba estrada iha Hudi-

Laran. Nia lamenta tebetebes tanba to'o agora Suco Luca falta atenção tanba povo la hetan acesso ba eletricidade. Deputada ne'e hussu nafatin atu Governo tau matan ba mota iha suco Caicassa ne'ebé tau de'it *bronjong* ida, nune'e bele fó risco bainhira udan boot. Nia hato'o tan katak precisa hadi'a irrigação iha Bahalarauain ne'ebé fornece bee natar comunidade sira-nian. Nia dehan tan katak precisa tau atenção ba pessoal ne'ebé estraga fali ai-teka iha suco balu iha Posto Administrativo Viqueque nian. Ikusliu, Deputada ne'e hussu ba instituição competente atu fó chamada de atenção ba inspetora ida hussu Polícia Nacional de Timor-Leste ne'ebé insulta fali nia liuhossi mensagem telemóvel.

Sr. Adriano do Nascimento (PD) hussu ba Presidente Parlamento Nacional hodi fó instrução ba Comissão E para halo fiscalização ba projeto construção Aeroporto Suai. Deputado ne'e hatete katak Bancada PD hatama ona proposta de lei hodi halo alteração Lei Pensão Mensal Vitalícia no nia hussu atu bancada sira seluk mós bele hatama sira-nian hodi discute lailais. Kona-ba Desluto Nacional, nia explica katak Nação halo ida-ne'e atu taka ona página negra passado nian hodi hakat ba desenvolvimento, mas processo recolha restos mortais ne'e sei la'o nafatin.

Sr. Paulino Monteiro Soares Babo (PD) clarifica katak Comissão E sussar atu fiscaliza projeto Aeroporto Suai tanba Presidente Comissão sei moras hela no Vice-Presidente Comissão fila ona ba Na'i Maromak nia kadunan santo. Maibé, nia promete katak sei bá fiscaliza duni iha semana rua tuirmai.

Sr. Presidente hussu atu Comissão E bele elege lailais Vice-Presidente foun Comissão E nian hodi substitui matebian, Sr. Deputado Fó-Laran.

Sr. Natalino dos Santos Nascimento (CNRT) clarifica katak Bancada CNRT haruka ona carta ba Mesa kona-ba membro comissão seluk balu ne'ebé substitui fali membro balu no reforça tan serviço iha Comissão E. Deputado ne'e mós hato'o katak Bancada CNRT delega Deputado balu ba Comissão E tanba Comissão ne'e nia knaar importante tebetebes.

Sr. Osório Florindo da Conceição Costa (FRETILIN) hussu Parlamento Nacional atu estuda

didí'ak molok halo substituição ba Deputado sira tanba bele implica ba transferência salarial.

Sr. Presidente hussu desculpa tanba tempo la to'o ona atu Deputado inscrito sira seluk halo intervenção.

Tuirmai Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares (Maria Teresinha Viegas) hatán ba preocupação hussi Deputado sira mak hanessan: Sr.^a Florentina Martins Smith (FRETILIN), Sr.^a Albina Marçal Freitas no Sr.^a Maria Domingas Alves da Silva «Bilou-Mali» (CNRT)

Presidente Comissão A, Sr.^a Carmelita Caetano Moniz (CNRT) halo explicação relaciona ho presença Ministro da Justiça nian iha discussão ba Projeto de Lei ne'e, nune'e iha mós ponto de ordem hussi Deputado sira mak hanessan Sr.^a Domingas Alves da Silva «Bilou-Mali» (CNRT), Sr. Joaquim dos Santos (FRETILIN) no Sr. Antoninho Bianco (FRETILIN) no Sr. Arão Noé de Jesus Amaral (CNRT), hodi hato'o katak la necessário atu Ministro ne'ebé tutela marca presença no hussu atu continua sessão plenária ne'e iha loraik.

Sr. Presidente Parlamento Nacional, relaciona ho intervenção Deputado balu nian kona-ba exigência hussi sociedade civil hodi halo alteração ba Lei Pensão Mensal, nia hato'o katak assunto ida-ne'e importante, maibé Parlamento Nacional nu'udar órgão de soberania tem que rona hussi parte hotu nune'e bele decide tuir interesse Estado no Nação nian. Tuirmai hussu continua fali sessão iha parte loraik no nia taka sessão plenária dadeer nian iha tuku 12 liu minuto 48.

Período da Ordem do Dia — Sessão continuação ne'e hahú iha tuku 3 liu minuto 37 lokraik no Parlamento Nacional halo discussão no votação na generalidade ba Projeto de Lei n.º 7/III (3ª) — Terceira Alteração à Lei n.º 11/2008, de 30 de Julho (Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados) no decide hodi entrega ba Comissão A mak halo discussão na especialidade.

Sr. Presidente (Adriano do Nascimento) taka sessão plenária iha tuku 5 liu minuto 47 dadeer.

Sr. **Presidente**: — Bom dia, distintas Deputadas, distintos Deputados, Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, e bem-vindos meus senhores e minhas senhoras. Declaro aberta a sessão plenária de hoje.

Horas hatudu tuku 9 liu minuto 52 dadeer.

A nossa agenda para hoje, dia 22 de setembro de 2015, no «Período de Antes da Ordem do Dia:

1. Eventuais declarações das bancadas parlamentares.
2. Intervenções diversas dos Senhores Deputados.
3. Informações da Senhora Secretária de Estado para os Assuntos Parlamentares sobre questões suscitadas por Senhores Deputados.

Período da Ordem do Dia

Discussão e votação na generalidade, especialidade e votação final global do Projeto de Lei n.º 7/III (3.^a) — Terceira Alteração à Lei n.º 11/2008, de 30 de Julho (Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados)».

Antes que me esqueça, relembro de novo às bancadas parlamentares para apresentarem candidatos para o Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Defensoria Pública, Conselho Superior da Magistratura Judicial e para a Comissão de Homenagem. Infelizmente, relativamente à Comissão de Homenagem, o nosso amigo ex-Deputado Gregório Saldanha também pediu a renúncia do cargo, por isso para os lugares da Comissão de Homenagem terão que arranjar dois candidatos para o efeito. Por esta razão, relembro de novo para podermos acelerar esse processo.

A Sr.^a Secretária da Mesa lembrou-nos que ontem não conseguimos realizar um dos pontos da agenda que era a apresentação do relatório da Comissão C, entretanto, está cá o Vice-Presidente da Comissão C, o relator e a relatora, se não houver oposição, então podemos ouvir o relatório da Comissão C. Não havendo oposição, convido a Sr.^a Izilda Pereira Soares na qualidade de Vice-Presidente da Comissão C e o Sr. Antoninho Bianco na qualidade de relator para apresentarem o seu relatório da visita. Façam favor.

Sr.^a **Izilda da Luz Pereira Soares** (CNRT): — Muito obrigada, Sr. Presidente do Parlamento Nacional.

Bom dia ba Ita-Boot no componente da Mesa, Srs. Deputados, Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares no rona-na'in sira.

Hanessian ohin ita hotu rona, ami hussi Comissão C daudauk ne'e iha Ita-Boot sira-nia futar oin atu lê relatório kona-ba *workshop* ne'ebé ami na'in-rua rassik, ne'ebé iha Ita-Boot sira-nia oin, bá tuir iha fulan hirak liubá. Atu habadak tempo, ami passa tempo ba Deputado relator atu lê relatório ba Ita-

Boot sira hotu rona, depois, quando iha questão ruma, bele hussu mai ami na'in-rua, tanba ne'e kleur ona, ne'ebé ami na'in-rua tenta atu hatán to'ok.

Muito obrigada.

Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Relator, faça favor.

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — Obrigado, bom dia ba Sr. Presidente no mós ba maluk sira hotu.

Não sei, vou fazer a leitura de todo o texto ou só das partes da conclusão e recomendações? Antes de iniciar a sessão de leitura, peço ao Sr. Presidente que se pronuncie sobre se devo ler o texto todo ou só uma parte?

Obrigado.

Sr. **Presidente**: — Penso que pode ler, pelo menos, a parte do texto que possa dar uma ideia geral, ou enquadramento geral, e depois, com certeza, as conclusões e as recomendações. E para não ficarmos só com as conclusões e as recomendações, mas sem sabermos mais nada. Portanto, acho que podem fazer uma síntese clara para todos os Deputados compreenderem. Faça favor.

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — Obrigado, Sr. Presidente.

Vou ler o Relatório da Comissão C com a seguinte teor:

«Comissão de Finanças Públicas.

...

Objetivo da visita:

Este *workshop* teve como objetivo principal aumentar a capacidade dos legisladores parlamentares regionais para assumirem ...». Ha'u hanoin ha'u halo resumo ho tétum uluk lai, se bele.

Maluk sira hotu, buat ne'e kleur tiha ona, maibé tanba mecanismo ne'ebé iha, ne'ebe ohin loron foin mak baixa ba ami para halo leitura. Delegação ne'e composto hussi ema na'in-rua e WTO (*World Trade Organization*), hanessan ema dehan, ne'e *Temasek* mak organiza, maibé conteúdo hussi Organização Mundial do Comércio (OMC), ne'ebé tinan-tinan hala'o iha Singapura, ne'e *focus* liu ba membro parlamento sira no mós membro ne'ebé hetan convite. Nia objetivo principal mak atu eleva conhecimento hussi membro parlamento no governo sira, liuliu ema ne'ebé hetan convite atubele inteira assunto ne'ebé relaciona ho Organização Mundial do Comércio. E liuliu mak ne'e, atu ratifica convenção sira ne'ebé país sira balu mós hola parte iha laran ona. Tanba dala barak convenção no acordo sira ne'ebé la'o, dalaruma difícil uitoan atu hetan ratificação iha país membro sira-ne'e. País sira-ne'e mós, balu hanessan observadores e balu mós hanessan membro completo ona. Timor rassik,

agora seidauk sai hanessian membro, e nem iha iniciativa no seidauk tan atu tenta hodi halo parte ba ida-ne'e, maibé Parlamento hetan convite ida-ne'e kala dala tolu ona para participa, e oficialmente foin dala ida-ne'e mak ita-nian na'in-rua bá. Uluk bá, Comissão ne'ebé iha nia viagem ne'e liu hossi ne'ebá, nune'e hetan mós oportunidade para participa. Tanba ne'e mak ha'u hanoin, ne'e hanessian ideia geral. Maibé, liga ho comércio mundial nian, liga mós ba preparação iha regras internacionais que liga ho WTO no seluk-seluk, ne'e ko'alia kona-ba facilitação ne'ebé tem que prepara antes de ser membro e sá mak ita tem que prepara. Tanba ne'e mak ha'u fô hatene ida-ne'e ba maluk sira antes ha'u halo leitura ida, e ne'e mak hanessian ideia principal.

Organização ne'e halo conferência durante loron tolu, iha loron tolu nia laran ne'e buat hotu la'oho língua inglês, e ita halo intervenção dala ida no mós seluk-seluk tan ne'ebé orsida ha'u sei halo leitura ba maluk sira kona-ba buat balu ne'ebé principal no importante.

Pronto, hanessian organização ho nia objetivo principal ne'ebé maluk sira bele haree hussi ne'ebá, ha'u tem que liga fali ba leitura uitoan kona-ba nia programa sira ne'ebé ami hahú iha cerimónia abertura ba saida mak sira bele hato'o.

Workshop ne'e nia cerimónia de abertura, 25 de julho: «Os trabalhos do *workshop* abriram oficialmente com uma cerimónia dirigida pela Sr.^a Kate Rockwell e Sr. Ong Keng Young, respetivamente Porta-Voz Chefe da OMC e Presidente Executivo Adjunto da *S. Rajaratnam School of International Studies* da *Nanyang Technological University* de Singapura. Na cerimónia foi sublinhada a importância da iniciativa que anualmente tem lugar em Singapura e que pretende juntar num mesmo espaço parlamentares de toda a região do Sudeste Asiático, para entre si partilharem experiências e criarem redes informais privilegiadas de comunicação, como representantes de Estados membros ou observadores da OMC. Seguiu-se a apresentação dos oradores internacionais convidados e uma explicação sucinta sobre a forma como iriam decorrer os trabalhos nos próximos 3 dias.

Introdução

“A OMC no seu 20.º aniversário: que desafios para o futuro?”

O Diretor-Geral da OMC, Sr. Roberto Carvalho de Azevêdo, fez uma alocução subordinada ao tema “A OMC no seu 20.º aniversário: que desafios para o futuro?”, em que sumariou a situação da Ratificação do Acordo sobre Facilitação do Comércio, o qual foi introduzido pela primeira vez em 2001, na Declaração Ministerial Final da Conferência de Doha, quando os Estados-Membros da ainda jovem Organização Mundial do Comércio fundada em 1994 durante a Conferência do GATT em Marraquexe, manifestaram por escrito o interesse na sua criação.

Após 20 anos de existência da OMC, que tem como funções regulamentar e fiscalizar o comércio mundial, resolver conflitos comerciais entre os países membros e gerir acordos comerciais tendo como parâmetro a globalização da economia e, principalmente, defender a aceleração e a simplificação dos procedimentos aduaneiros, em dezembro de 2013, na Indonésia, naquele que ficaria conhecido como

“Pacote de Bali”, ficou finalmente concluído o Acordo de Facilitação do Comércio. Este determina que os Estados membros da OMC adotem procedimentos que permitam que as empresas apresentem os documentos relativos à importação, antes da chegada da mercadoria ao posto aduaneiro ou fronteira, para acelerar o procedimento de libertação e entrega das mercadorias no destino, obrigando para isso à criação de uma “janela única” para importadores e exportadores para reduzir o tempo da tramitação dos bens.

O objetivo principal deste *workshop* foi, segundo o Sr. Azevêdo, sensibilizar os participantes, que são na sua esmagadora maioria parlamentares de Estados Membros da OMC, para a necessidade dos seus Governos e Parlamentos ratificarem urgentemente o Acordo de Facilitação do Comércio, que carece da aceitação de pelo menos 2/3 para que possa entrar em vigor.

Quanto ao objetivo principal da OMC, também segundo o Diretor-Geral (DG) da OMC será caminhar para a conclusão da ronda de negociações iniciada em Doha em 2001, até dezembro de 2015, altura em que se realizará a Conferência Ministerial da OMC em Nairóbi (Quênia).

I. Sessão – “Como funciona a OMC?”

O orador convidado para a I. sessão, Sr. Said El Hashimi, Conselheiro para as Relações Externas da OMC, realçou também os objetivos da OMC, explicou em que consiste o *Doha Round*, e as razões porque tem sido tão difícil a sua conclusão. A OMC, que consiste num conjunto de Regras de Comércio Internacional multilaterais acordadas entre os países membros em resultado das negociações realizadas e cujos Acordos compreendem 500 páginas de acordos e 23.000 páginas de compromissos, ilustra bem a sua abrangência global. Essas regras de comércio incluem o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994, o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, Aspectos de Propriedade Industrial Relacionados com o Comércio, e o Acordo de Gestão de Disputas. A OMC dispõe ainda de um Mecanismo de Revisão das Políticas Comerciais e pressupõe acordos plurilaterais. A nível global, quase todos os países são já membros da OMC, excetuando-se uma pequena percentagem dos Estados que ainda mantêm o estatuto de observador ou que ainda não solicitaram a adesão. Os princípios que regem o comércio internacional ao abrigo da OMC são o princípio da não discriminação, princípio da estabilidade e previsibilidade, transparência e contribuição para o desenvolvimento. A OMC dispõe de um mecanismo para a Resolução de Disputas, com regras muito claras e calendários para o processo da resolução da disputa.

Foi explicado, com o recurso a esquemas gráficos, o modelo de tomada de decisões no seio da OMC dentro dos grupos nela representados tais como, a União Europeia (EU G-28), os Países Menos Desenvolvidos (LDC em inglês), os países do ACP, o grupo de países africanos, os G-90 e outros subgrupos. Foi finalmente referida a estrutura organizativa da OMC e o modelo de consulta entre membros e de tomada de decisão.

II Sessão – “Para além do Pacote de Bali: como concluir a negociação de Doha?”

Esta sessão foi apresentada pelo Sr. Fook Seng Kwok, Chefe da Negociação para as Alterações Climáticas e antigo Embaixador para a OMC, que abordou a contextualização histórica da Agenda de Doha e a sua evolução desde que foi lançada em 2001 e que espera que fique concluída em 2015, até à Conferência de Nairobi.

A alocução visou reforçar o anterior apelo do DG da OMC para a necessidade dos parlamentares insistirem na ratificação urgente, pelos respetivos parlamentos e governos, dos Acordos alcançados em Bali em dezembro de 2013, conhecidos pelo Pacote de Bali. Foram depois analisados os principais obstáculos técnicos e políticos à ratificação dos acordos e sublinhada a necessidade de se encontrarem novas abordagens sobre essas matérias, face ao impacto da crise financeira global e às questões relacionadas com a nova geopolítica mundial. Foi adicionalmente feito o balanço do que foi alcançado até ao momento, em termos de sucessos e constrangimentos.

III Sessão – O Acordo de Facilitação do Comércio da OMC.

A apresentação desta 3.^a Sessão ficou a cargo do Sr. Said El Hachini, Conselheiro da OMC para as Relações Externas. Começou por assinalar a data da assinatura do Protocolo de Marraquexe que estabeleceu a Organização Mundial do Comércio, que agora assinala 20 anos, referindo depois que o Acordo da Organização Mundial do Comércio previa desde logo um Protocolo de Aditamento para incluir o Acordo de Facilitação do Comércio, o qual deveria ser adotado em 27 de novembro de 2014.

O Acordo de Facilitação do Comércio inclui 12 artigos que contemplam medidas técnicas e prevê um tratamento especial diferenciado para os países em desenvolvimento. As suas medidas agrupam-se em transparência e apelo, taxas de trânsito e formalidades respeitantes à importação e exportação e visam aumentar a eficiência dos procedimentos alfandegários, através do recurso ao processamento eletrónico assente numa “janela única” e em pagamentos eletrónicos e, ainda, a cooperação entre as agências alfandegárias dos países membros da OMC.

Foi sublinhado por diversas vezes que o Acordo de Facilitação do Comércio apenas entrará em vigor após 2/3 dos Estados membros o terem ratificado, sendo que as obrigações para cada país, individualmente, só se iniciarão após esse país ter completado o processo de ratificação internamente.

O orador dedicou parte da apresentação aos apoios disponibilizados ao grupo dos países em desenvolvimento e aos países menos desenvolvidos para a implementação do Acordo de Facilitação do Comércio que devem estar ligados à capacidade de cada um e que respeitam o tempo que cada país em desenvolvimento necessita para implementar cada uma das medidas do acordo, categorizadas e para as quais irá necessitar de assistência técnica e de outro tipo de apoios que podem ser financeiros ou físicos, existindo fundos disponíveis na OMC para o efeito.

Ao concluir o orador recapitulou as questões que carecem de intervenção dos parlamentos dos países membros da OMC, designadamente, a ratificação do Protocolo do Acordo de Facilitação do

Comércio, os planos de implementação nacionais e prazos para a mesma, aprovação de alterações legislativas e participação neste tipo de *workshops*.»

Pronto, visita ba Museu Peranakan ne'e ha'u lalika lê. Maluk sira, problema ne'e tanba acordo barabarak ne'ebé iha Doha, Pacote Bali, e to'o agora processo negociação balu seidauk ratifica, mas tanba ita la'ós membro, ne'ebe ita bá rona de'it, oinsá membro sira ne'ebé tama tiha ona atubele encoraja membro parlamento sira atu ratifica acordo sira-ne'e. Sira sei conclui iha dezembro 2015, será que ita-nia Ministro mós bele participa hanessian observador atubele haree andamento serviço ida-ne'e?

«Dia 26 de maio

IV Sessão – “Alterações Climáticas e Comércio”»

Mesmo que matéria ne'e ladún importante ba sira, maibé tanba iha relação ho mundo, UNO (*United Nations Organization*) dehan hussik ba WTO mak hala'o ida-ne'e tanba iha relação ho mudança climática, bassá se la tama iha-ne'e, bele mós destrói mundo. Tanba ne'e mak iha tempo ne'ebá ko'alia mós kona-ba assunto ne'e.

«Para o debate em torno das alterações climáticas contribuíram dois oradores, o Sr. Said El Hachimi e o Sr. Peter Govindasamy. O primeiro começou por destacar que as questões ambientais foram sendo equacionadas ao longo dos 20 anos de existência da OMC e que é necessário compreender melhor as relações complexas existentes entre comércio e ambiente, sendo que o papel principal da OMC é desenvolver cada vez mais as regras que conduzam ao aumento do comércio internacional, sem descurar a componente da sustentabilidade ambiental. Adicionalmente referiu que as questões relacionadas com as alterações climáticas, por si só, não fazem parte do programa de trabalho da OMC e que não existem regras específicas na Organização sobre a matéria, ainda que haja espaço para debates sobre essa questão no seio do Fórum de Negociação, nas Comissões Especializadas e noutros fóruns da OMC, com o objetivo de garantir que eventuais medidas ambientais não sejam aplicadas de forma arbitrária e se convertam em formas de protecionismo encapotado.

O Sr. Said El Hachimi argumentou igualmente que um acordo multilateral a realizar sobre os auspícios das Nações Unidas que consiga incluir os países que mais contribuam para as emissões de CO2 (dióxido de carbono), será o melhor instrumento internacional para guiar outros “atores” económicos tais como a OMC sobre a forma como as externalidades ambientais negativas devem ser internalizadas, e assegurar a coerência entre os Ministros do comércio e os do ambiente dos estados membros será de extrema importância.

Por seu turno, o orador Peter Govindasamy, Diretor do Cluster Internacional do Comércio e Ministro do Comércio e Indústria de Singapura dedicou a sua apresentação à proteção do clima e ao desenvolvimento sustentável. Explicou que, nas palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, as

alterações climáticas são o grande desafio deste Milénio, e que o aquecimento global provocou enormes mudanças no clima, com terríveis implicações para os sistemas biológicos, recursos naturais, produção alimentar e saúde, nas sociedades modernas e na economia mundial. Informou que têm sido desenvolvidos esforços para mitigar os impactos negativos multidimensionais provocados pelas alterações climáticas em todos os setores, desde a agricultura às florestas, à pesca, à energia, transportes, produção de bens e investimento.

A solução para o problema à escala mundial passa na sua opinião por uma abordagem global em que a moldura normativa da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas assente em medidas de mitigação dos efeitos provocados pelas alterações climáticas, iniciativas que promovam a adaptação, iniciativas de índole tecnológica de cooperação entre as nações, transferência de conhecimentos e disponibilização de recursos financeiros e investimento para apoiarem as ações de mitigação transversais que passam também pela capacitação. Defendeu que o desenvolvimento é essencial para lidar com as alterações climáticas e que para isso contribui muito a abertura das economias ao comércio internacional através da OMC, tornando-as mais competitivas eliminando os subsídios e barreiras ao comércio internacional, garantindo regras comerciais mais estáveis e transparentes, que assegurem equidade a todos os países membros. Para isso, as tecnologias limpas desempenharão um papel chave na resposta que deve ser global.

Assegurou que o transporte marítimo é aquele que em termos relativos é mais amigo do ambiente, quando comparado com o transporte aéreo, rodoviário ou ferroviário e que a eliminação de subsídios aos combustíveis fósseis permitirá reduzir 10% na emissão de gases de efeito de estufa até 2015, assegurando o desenvolvimento sustentável. Apontou inúmeros constrangimentos à utilização de energias renováveis em Singapura para além da energia solar, por o país não dispor de agricultura e de espaços livres não urbanos que permitam diversificar as suas fontes energéticas.

V Sessão – “O Acordo de Facilitação Comercial: que impactos para a Região Asiática?”

Coube ao Sr. Gerard McLinden, Coordenador Especialista em Facilitação Comercial do Banco Mundial (BM) introduzir o tema da V Sessão, que teve por primeiro objetivo dar a conhecer a contribuição do Banco Mundial para a Facilitação do Comércio, atendendo a que o BM é o maior provedor mundial de assistência relacionada com o comércio, que cresceu de 322 milhões de dólares americanos em 2004, para 7,1 mil milhões em 2014.

De entre os programas disponibilizados pelo BM destacam-se conhecimento, diagnóstico e produtos analíticos, assistência e assessoria técnica, financiamento de grandes projetos de infraestruturas e de projetos de reforma institucional, investigação, pesquisa e produtos estatísticos, tais como o relatório *Doing Business*, em parceria com organizações e doadores internacionais, tais como a UE (União Europeia) ou a Austrália, a Alemanha, etc.

Na área da gestão alfandegária, o BM desenvolveu 120 projetos ao longo dos últimos 20 anos e produz regularmente publicações na área da gestão alfandegária, taxaço à importação de bens, gestão do risco em contexto portuário e guias de procedimentos destinados a essa área.

Explicou que o Acordo de Facilitação ao Comércio passa por duas fases, a primeira será a ratificação pelos países membros da OMC do Acordo e a segunda a sua implementação a diferentes velocidades consoante se trate de membros pertencentes ao grupo dos países desenvolvidos, em desenvolvimento ou menos desenvolvidos (...). Estudos sugerem que esse acordo poderá reduzir custos até 14% nos países mais pobres e induzir a ganhos substanciais nos países de rendimento médio na Ásia e que mesmo um modesto incremento nas transações comerciais está fortemente relacionada com o aumento na competitividade das exportações, estimando-se que os ganhos associados ao Acordo de Facilitação ao Comércio possam atingir entre 40 milhões até 1 trilhão de dólares americanos, sendo para isso crítica a implementação efetiva do mesmo.

Em segunda, o Embaixador Esteban B. Conejos, representante Permanente das Filipinas em Genebra e Presidente da Comissão Preparatória do Acordo de Facilitação do Comércio na OMC teceu também algumas considerações sobre o assunto, reforçando e complementando as palavras do seu predecessor.

VI Sessão – “A experiência de Singapura sobre Facilitação do Comércio”

Nesta sessão foi dada a conhecer pelo Sr. Michael Ewing-Chow, responsável pela área da OMC na Universidade Nacional de Singapura, a experiência desse país, fornecedor de serviços de reconhecida experiência e competência a nível mundial, com a "janela única", um portal único de exportação que concentra em um mesmo local documentos e procedimentos necessários à concretização, em tempo real, das vendas ao exterior, semelhante a outras iniciativas de janelas únicas em construção pelo mundo inteiro. Essa solução demonstra que a unificação dos balcões de atendimento aumenta substancialmente os fluxos comerciais ao mesmo tempo que permite reduzir o tempo de exportação.».

Maluk sira, kona-ba visita de estudo ba Porto de Singapura ne'e ha'u la precisa lê, mas iha Singapura ne'e iha ema nia alfandega, porto ho buat sira-ne'e cria hamutuk de'it, ne'e sistema único, mas aquele é eletrônico hotu de'it. *Container* tama iha 20 segundos nia laran de'it. Ita bele dehan, hussi *container* ne'ebé tama, bele ba importação no exportação, ne'e sai lailais de'it. Ne'e la hanessan ho ita-nian ne'ebé porto nian tama ketak, alfândega nian ketak, mas ema nian ne'e ida de'it. Iha andar ida leten de'it, ne'e halo visto hotu, documento tama iha ohin, buat hotu-hotu resolvido. Ne'e trabalhador mós ladún barak ida, tanba ema nian ne'e usa máquina hotu kedas. Ne'ebe, iha recomendação mai ne'e ami tau katak, se bele, hussi Alfândega nian ou Ministério das Finanças no mós hussi parte Ministério das Obras Públicas, ba porto ne'e, bele halo estudo comparativo ida para aban-bainrua Porto Hera ka porto sira iha parte norte ne'e, pelo menos, ita iha conhecimento ruma ona atubele hadi'a nia sistema.

Ami mós hussu: «Bele ka lae, ami-nia ema mai?» E sira dehan: «Bele». Ne'e depende ba intercooperação entre sira ne'ebé iha tutela ba assunto ne'e, e ne'e la precisa atu maluk sira lê. Iha-ne'e, iha buat ida que ha'u hanoin precisa atu ita tuir, mas ne'e lori tempo karik?! Maibé ami hein katak Singapura nia modelo ne'e único ne'ebé horas ne'e iha Ásia e mundo mós, bele dehan, ne'e kala la sala, nia mak segundo ka terceiro karik?! Iha mundo ne'e, ninia facilitação ba comércio internacional nian ne'e, ema ne'ebá nian ne'e di'ak liu.

Pronto, depois apresentação, ami bá diretamente iha terreno hodi observa kona-ba halo nu'ussá mak sira harii sira-nia edifício ne'ebé ho nia aas quarenta andares, depois sira começa halo fali sira seluk, como rai la iha, sira aterro tan rai iha tassi sira-ne'e para halo tan construção para facilita exportação no importação iha parte ne'e.

«Dia 27 de maio

VII Sessão» ko'alia kona-ba «"Encorajando novos padrões comerciais: partilhando Cadeias de Valor Global"»

A apresentação do Sr. Keith Rockwell, Chefe Porta-Voz da OMC, centrou-se mais nas Cadeias de Valor Global que hoje representam segundo a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*), 80% do comércio mundial. Segundo o orador essas cadeias de valor alteraram o modelo tradicional de comércio internacional de bens, substituindo-o pelo comércio por funções. Os diferentes componentes da cadeia de valor de um produto, tais como o *design*, a produção, a montagem de peças ou o *marketing* são hoje produzidos em diferentes países, num ambiente económico em que múltiplos produtores são especializados em produtos específicos, podendo isso implicar que um mesmo produto intermédio possa atravessar a mesma fronteira diversas vezes até se concluir o seu processo de fabrico.

A exportação de produtos intermédios cresceu exponencialmente e traduz hoje mais de 60% do volume global das exportações asiáticas. Neste novo e dinâmico ambiente comercial global, surgiram também novos “atores”, novas abordagens que passam pela inclusão de *upgrading* e de adição de valor a montante e a jusante na cadeia de produção. O comércio de retalho e os produtos de alta tecnologia utilizam agora cadeias de distribuição e vendas *on-line*, o chamado *e-commerce*. Estes novos modelos de cadeia de valor têm também implicações ao nível das políticas comerciais, como por exemplo a necessidade de rever o conceito de “país de origem do produto”, exigindo ajustamentos das políticas nacionais. Atribuir a totalidade do valor comercial de um bem importado ao último país incluído da cadeia de produção pode ser enganador, atendendo a que vários países contribuem agora para o cômputo do valor comercial global de um produto.

Foi dada como exemplo desta nova realidade de dispersão na produção de componentes a produção de um computador: a China produzirá o respetivo ecrã, a Alemanha o carregador, a Coreia do Sul os processadores e memórias RAM (*Random Access Memory*), os EUA (Estados Unidos da América) a

conectividade e por aí adiante. Para o orador, a melhor forma de enfrentar este novo modelo de cadeia de valor que também têm reflexos na forma como as estatísticas são concebidas e que tradicionalmente possibilitariam duplas contagens de um mesmo produto de cada vez que este atravessasse a mesma fronteira no decurso do seu processo de produção, passa pela abertura de fronteiras e pela eliminação do mercantilismo e pela eliminação de taxas em vez de incentivos às concessões.

Em suma, referiu, é essencial a participação do maior número de países na Cadeia de Valor Global, sendo, na opinião do orador, crucial a velocidade de importação e exportação, e o achatamento do processo de produção vertical integrado converte-se numa oportunidade de crescimento económico e de transferência de tecnologia, *know-how* e melhores práticas para os países em desenvolvimento. Para tal o Acordo da OMC produzirá cortes de 15% nos custos de produção dos países em desenvolvimento, onde o comércio de valor acrescentado compromete em média 28% do Produto Nacional Bruto (PNB) e 10% nos países desenvolvidos, introduzindo regras que aumentem a eficiência e a produtividade das Cadeias de Valor Global, onde tempo é dinheiro, à semelhança da “janela única”.

VIII Sessão – “Gestão de Disputas Comerciais” – Margaret Liang

A Sr.^a Margaret Liang, Associada Sénior da *S. Rajaratnam School of International Studies* da *Nanyang Technological University* de Singapura dedicou a sua apresentação à Gestão das Disputas Comerciais entre os países membros da OMC.».

Ha'u hanoin iha mundo ne'e, comércio nia ema quando halo disputa ne'e, dalaruma ema la dada malu ba iha tribunal, maibé ema halo fora, e ema nia arbitragem ne'e mak barak liu para bele hamenos custo iha tribunal. Ne'ebe, iha buat ruma, nia bele comércio internacional mós, sira estabelece buat ruma atu halo nu'ussá mak bele iha negociação. Iha disputa, sira buka atu resolve situação ne'e ho di'ak para labele perde tan ossan barak hodi dada malu ba iha tribunal.

Depois sessão ne'e hotu, iha visita ida ba Parlamento Singapura nian no bá iha sira Plenário, sira-nia técnico maka apresenta kona-ba como é que Parlamento iha Singapura ne'e funciona, oinsá maka comissão sira-ne'e bele funciona ho di'ak. Depois iha tempo ne'ebá iha mós conversa entre Deputado sira atubele halo delegação de trabalho ho sira-nia serviço no troca experiência, katak sira-nian iha Singapura ne'e, comissão funciona halo nu'ussá, e em relação ho Plenário ne'e halo nu'ussá. Mas, o que é certo, iha Singapura sira-nia Plenário ne'e funciona ho lian haat. Lian haat ne'e sira usa dala ida e halo interpretação simultaneamente. Ne'ebe, ita-nian, pelo menos, usa lian rua de'it e dalaruma mós la halo interpretação. Mas, sira iha lian haat tanba ema ne'ebá iha *suku* haat, ne'ebe lian haat ne'e usa hotu. Por último, ami halo sessão ida ba visita Parlamento Singapura nian.

Ha'u hanoin hakat bá liu kedas conclusão karik.

«Conclusões da Participação no *Workshop* em Singapura.

A participação neste *Workshop* Internacional em Singapura para discutir a facilitação das exportações do comércio internacional em geral, revelou-se esclarecedora e proveitosa em termos de troca de experiências e ofereceu uma melhor compreensão sobre como é o modelo de funcionamento e o sistema de decisão em que assenta a Organização Mundial do Comércio, organização que a República Democrática de Timor-Leste ainda não integra e nem sequer ainda requereu o Estatuto de Observador.

Previamente à partida para Singapura, os técnicos da Comissão “C” recolherem informações...» Ha'u hanoin ne'e la precisa lê. Informação sobre assunto saída maka ita tem que ko'alia, hussu ba Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro do Comércio, Indústria e Ambiente, mas infelizmente sira-nia informação hanessan ohin ami cita katak ita seidauk iha interesse ida atubele tama iha ne'ebá ho razão oioin, então ita hussu para, to'o tempo ida, bele dehan, dada an uitoan atu antes tama ba ASEAN, ita mós prepara ita-nia an atubele tama *World Trade Organization* ka Organização Mundial do Comércio.

Ha'u hanoin ba recomendação de'it ona karik.

Recomendação iha rua, recomendação ida ba Governo no recomendação ida fali ba Parlamento.

Recomendação ba Governo mak ne'e:

«1 - Que o Ministério das Finanças e o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações articulem entre si participação de quadros de ambos os ministérios numa visita de estudo comparativo a Singapura a fim de observarem os procedimentos portuários e o modelo organizativo do Departamento de Alfândegas e do Porto de Singapura, adotando para importação e exportação de bens com recurso à “janela única.”

2 - Que futuramente o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação passe a articular devidamente, e em tempo útil, com as suas Embaixadas no exterior a colaboração a prestar aos Deputados que se desloquem ao estrangeiro em missão oficial». Ne'e tanba bainhira ami bá no ami mai, Embaixada nia ema ida nem atende ami-nia estadia iha-ne'ebá, ne'e sira la atende. Então, ami halo recomendação para, pelo menos, qualquer deslocação ne'ebé em missão serviço ne'e, membro sira iha-ne'ebá bele atende mós ita.

3 - Que disponibilize em tempo útil aos Deputados que participam em seminários ou *workshops* no estrangeiro, sempre que lhes for solicitado pelo Parlamento Nacional, informação relevante e atualizada sobre a posição do Governo de Timor-Leste nos diversos fóruns internacionais em que participa como Membro ou nos quais detenha estatuto de Observador.

4 - Repetindo a recomendação que a Comissão “C” já incluíra no seu relatório da visita de estudo a Singapura em 2013, os relatores voltam a recomendar ao Governo que crie um programa de cooperação com a *Temasek Holdings* e o *Singapore Investment Corporation* (GIC), com o objetivo de capacitar os quadros do Estado sobre a gestão de investimentos do Fundo Petrolífero.

Recomendação ao Parlamento Nacional:

5 - Que haja uma reflexão profunda sobre as deslocações ao estrangeiro a convite de organizações internacionais e que de futuro seja ponderado, caso a caso, o interesse do Parlamento Nacional na participação dos seus Deputados em Seminários e *Workshops* no estrangeiro, ainda que a convite das entidades organizadoras, para evitar desperdício de tempo, redundância e acréscimo de despesas para o Parlamento Nacional associadas ao custo do *upgrade* para a classe executiva dos bilhetes de avião oferecidos em classe económica.

6 - Que os serviços do Protocolo do Parlamento Nacional assegurem adequadamente as suas funções de apoio protocolar e de acompanhamento dos Deputados do Parlamento Nacional que se deslocam ao estrangeiro em missão oficial.

7 – Que, à semelhança do que existe no Parlamento de Singapura, o Parlamento Nacional invista na produção de um filme de apresentação sobre a Instituição e sua história, os partidos políticos, o funcionamento do Plenário e a atividade realizada pelas Comissões Permanentes Especializadas, serviços de apoio e atividades regulares de educação ao público, para ser projetado aquando da receção de entidades estrangeiras.

8 - Que organize uma Mesa Redonda com os Deputados, o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e as ONG's (Organizações Não-Governamentais) ligadas às questões ambientais e representantes dos órgãos de comunicação social, para debater os temas da adesão de Timor-Leste à OMC, das alterações climáticas e do desenvolvimento sustentável.».

Ha'u hanoin anexo relatório sira barabarak, maluk sira bele lê rassik.

«O presente Relatório foi apreciado e aprovado por consenso na reunião de Comissão em 9 de junho de 2015.

Díli, Parlamento Nacional, em 9 de junho de 2015». Ne'e liu tiha ona, parece que kleur tiha ona.

«O Presidente da Comissão de Finanças Públicas, Virgílio Maria Dias Marçal.

O Deputado Relator, Antoninho Bianco».

Obrigado, Sr. Presidente, ami pronto atu hatán buat ruma ne'ebé keta sei iha dúvidas karik.

Sr. Presidente: — Obrigado ba Sr. Deputado Relator no mós ba Sr.^a Vice-Presidente Comissão C.

Ha'u hanoin katak assunto ne'e importante tebetebes, parabéns ba Ita-Boot sira-nia relatório. E ne'e assunto ida que sei sai desafio boot ba ita-nian. Nu'udar país, ita mós simu especialista hussi Fundação Temasek ne'ebé mai iha Timor no halo *workshop* e seminário barabarak, infelizmente às vezes ita-nia participação mak ladún significativo, mas ida-ne'e um assunto de interesse nacional. Nos últimos, talvez no último..., já não me lembro, especialistas hussi Singapura aconselha ita, isto em

termos de contacto ne'ebé iha katak, se bele, ita tama uluk ba Organização Mundial do Comércio, depois de ita domina tiha todos os mecanismos, maka ita tama iha ASEAN. Ida-ne'e hanessian sira-nia conselho, ita tuir ou la tuir, ne'e decisão ita-nian. Maibé, importante maka, em termos de preparação dos recursos humanos iha área oioin ita tem que iha. Felizmente ita iha formados pelas diversas universidades ita-nian, desde UNTL (Universidade Nacional Timor Lorosa'e) ho universidade privada sira, em termos de economista ka gestão ka buat oioin. Ita-nia jovem sira formados iha área sira-ne'e, devia iha algum programa, em termos de atu canaliza ita-nia formados sira-ne'e, que possivelmente balu ne'ebé seidauk hetan emprego, para bele especializa iha áreas oioin ne'ebé ita sei enfrenta nu'udar país independente ne'ebé hakarak pertence ba organizações regionais, organizações mundiais, ne'ebé cedo ou tarde ita tem que tama. Ne'ebe, ha'u hanoin, obrigado barak ba informações ne'ebé ita-nia Relator ou Vice-Presidente Comissão C uluk bá assiste *workshop* ida-ne'e. Ha'u hanoin katak Sr. Deputado ne'ebé iha questão ruma atu foti karik, bele hato'o.

Sr. Deputado Paulino Monteiro, faça favor.

Sr. Paulino Monteiro Soares Babo (PD): — Obrigado ba tempo ne'ebé fó.

Bom dia, Sr. Presidente, componente da Mesa, Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, colega Deputado sira hotu, especialmente ba Comissão ne'ebé foin fó-sai sira-nia relatório.

Ha'u aprecia tebetebes relatório ne'e, ba nia importância, liuliu kona-ba Singapura nia sistema. Uluk ami bá iha-ne'ebá no ami aprecia sira-nia sistema lubuk ida ne'ebé iha. Ha'u haree katak sira-nia sistema di'ak ida maka “janela única” ne'e. Iha “janela única” ne'e, sistema ida ne'ebé sira cria capaz tebes, ne'ebe ohin ita hotu rona hussi Comissão katak hato'o ba Governo atu oinsá bele halo mós estudo comparativo ida ka estudo ida que kle'an e di'ak liután iha setor hotu-hotu ne'ebé iha, liuliu iha comércio nian, indústria no sira selusseluk tan. Hussu ba Parlamento mós atu influencia ita-nia Governo kona-ba oinsá maka ita usa mecanismo ka sistema “janela única” ne'e, tanba ita haree ba ita-nian rassik, ne'e ita haree ba ita-nia Alfândega mós sussar tebetebes. Ba obras públicas ho sira seluk, ne'e ita precisa hadi'a duni no ita bele usa sistema ida que di'ak, e sistema ne'e mak “janela única” ne'e. Ne'ebe, ha'u hanoin, ne'e mós serviço Comissão nian atu oinsá maka halo esforço para hato'o hodi muda, nune'e ba futuro bele usa sistema único ida ne'ebé di'ak atu evita mós corrupção, entrada barak, saída barak, manipulação, infiltração no buat barak que ita haree ba katak to'o agora seidauk di'ak. Dala ida tan, ha'u aprecia ida-ne'e, e oinsá maka ita halo esforço, liuliu Comissão rassik, atu hato'o ba Governo atu buka dalan ne'ebé mais adequado no di'ak liután atu hadi'a ba oin.

Ha'u hanoin ha'u-nia apreciação mak ida-ne'e de'it.

Obrigado.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Sr.^a Deputada Josefa Pereira, faça favor.

Sr.^a **Josefa Álvares Pereira Soares** (FRETILIN): — Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ha'u aprecia tebetebes relatório ne'ebé hato'o hussi ita-nia Deputado na'in-rua, e ha'u concorda no suporta sugestão ne'ebé ohin fó-sai, ne'ebé hussu atu parte Governo nian, bele karik, halo mós visita ida ba porto Singapura nian. Ha'u atu hatete de'it katak Comissão D foin daudauk bá mós iha Singapura, bá to'o iha fatin ida-ne'e, e ami haree sira-nia gestão ne'e la'o di'ak tebetebes. Iha loron ida, sira bele hatama 80 000 de contentores, e mais de 33 000 000 contentores por ano. Ne'e tanba, hanessan ohin hato'o, buat hotu-hotu sira utiliza máquina. Maibé, iha buat ida-ne'ebé importante tebetebes iha Singapura, ha'u haree katak fundo soberano ba sira-ne'e maka mai hussi receita ne'ebé hetan hussi importações e exportações nian. Ida-ne'e mak fundo soberano ba sira hodi sira consegue moris e sira consegue desenvolve an ho fundo ida-ne'e.

Sr. Presidente, ha'u hanoin sira iha-ne'ebá iha instituição rua ne'ebé toma conta iha porto, ne'e mak hodi halo sira-nia gestão ne'e la'o di'ak. E sira iha Autoridade Marítima e Portuária e ida fali mak Autoridade do Porto de Singapura. Ba ida-ne'e, ida mak sira tau naran MPA (*Maritime and Port Authority of Singapore*). MPA nia função hanessan autoridade portuária, regulador portuário, planeador desenvolvimento portuário e iha função ida ne'ebé importante mak hanessan representante do País iha relações internas ne'ebé iha relação ho buat ne'ebé liga ba assunto importação ou exportação iha tassi nian. Além de ne'e, nia serviço hamutuk mós ho ida-ne'ebé naran Autoridade do Porto de'it, e ida-ne'e investe, liuliu, iha parte operacional, e sira na'in-rua iha correlação de serviço hamutuk, tanba ida-ne'e mak sira-nia serviço ne'e di'ak tebetebes no sira-nia gestão ne'e mós di'ak tebetebes.

Ha'u sugere tebetebes katak hussi APORTIL (Administração dos Portos de Timor-Leste) bele bá halo sira-nia estudo comparativo ida iha-ne'ebá para haree ita-nia barco sira ne'ebé tama iha-ne'e, maski ladún barak, maibé sussar tebetebes, liuliu iha parte horário nian e parte ne'ebé atu atende kona-ba barco sira ne'ebé tama, importações ne'ebé tama no contentores ne'ebé tama-sai.

Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Sr. Deputado Duarte Nunes, faça favor.

Sr. **Duarte Nunes** (CNRT): — Obrigado, bom dia ba Sr. Presidente no ba colegas Deputados.

Ha'u-nia primeira pergunta ne'e ha'u hussu atu Sr. Presidente mak responde. Tanba saida mak Comissão C e la'ós Comissão D mak bá? Tanba ne'e kona-ba comércio nian ne'e. Ita haree katak nia

objetivo ou interesse ba seminário ne'e, ne'e knaar hussi Comissão D nian ba assunto comércio e ambiente. Ida-ne'e tanba Sr. Presidente mak fó decisão. Ha'u la hussu ba colega sira tanba colega sira bá tuir ordem ne'ebé mai hussi Sr. Presidente, ne'ebe ha'u hussu de'it ba Sr. Presidente. E ne'e mós tanba ita-nia Comissão ida-idak iha nia knaar.

Ha'u hanoin kona-ba recomendações, ha'u mós concorda katak “janela única” ne'e importante, e iha tempo badak ita despacha. Tanba ita, às vezes, haree ró parado hela, *antri* hela, e ida-ne'e só ajuda para ita-nia empresa sira selu tan multa. Não sei, depois ossan ne'e aumenta e sé mak selu? Ne'e ita-nia povo ne'ebé hola mak depois tem que selu ho sira-nia ossan. Ne'e ba ha'u importante.

Recomendação sira seluk kona-ba Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, liuliu ba apoio ne'ebé embaixada sira tem que fó. Ha'u hanoin ida-ne'e ita la'ó dala hira ona, ha'u hanoin comissão ka delegação ne'ebé sai, antes bá ne'e, sira mak tem que contacta ba Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Ida-ne'e mak ami Comissão B halo durante ne'e, tanba ami hatene, ita atu halo relação em termos de comunicação ba exterior, ne'e liuhossi Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Tanba ne'e mak bainhira atu sai ba li'ur, se precisa informação ruma, ita convida Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ne'e la'ós ba Comissão B de'it, tanba Ministério dos Negócios Estrangeiros ne'e ba ita hotu. Ne'ebe, kona-ba informações, ne'e sira iha, e ita precisa informações para ita bá, tanba, às vezes, ita hetan pergunta ruma ka saida ruma kona-ba ita-nia nação nia relação ho nação seluk, ne'e sira mak tem que iha informação ne'ebé ita precisa.

Ha'u haree recomendações ba Parlamento ne'e confusão uitoan, tanba, sim, buat barak que iha relevância, mas relação ho seminário ne'e, ha'u la hatene, ha'u atu haree hussi ne'ebé?! Tanba ida ikus iha número 8 ne'e ha'u bele concorda, mas ida número 5 no 6, ne'e atividades Parlamento nian. Sim, dalaruma iha falhanço ruma, ne'e ita bele simu, mas atu recomenda ba Parlamento em relação ho assunto ne'ebé colega na'in-rua bá tuir seminário ne'e, ha'u hanoin, ha'u la haree iha relação ruma ba iha-ne'ebá.

Ha'u atu lembra de'it katak recomendação iha número 6 ne'e, ha'u aproveita recomendação ne'e atu ko'alia assunto ida-ne'e tanba acontece dala barak ona. Dalaruma ita-nia técnico sira acompanha ita bá, ita hanoin katak sira bá ne'e atu lori ita-nia mala, mas ne'e buat ida ne'ebé sala. Tuir loos, técnico sira bá para facilita ita, ajuda ita atu ita-nia viagem ne'e bele la'ó di'ak, e bainhira ita iha-ne'ebá ajuda ita hodi halo atividades iha *workshop* ne'e bele kmaan liu ba ita, la'ós atu lori mala. Tanba ha'u hetan informação barak e sira rassik ko'alia ho ha'u katak dalaruma sira hetan hirus hussi colega sira ne'ebé bá, e quando na realidade ne'e la'ós sira-nia serviço wainhira sira acompanha ita.

Ha'u hussu ba Sr. Presidente kona-ba relatório UIP (União Inter-Parlamentar) nian, ha'u hanoin ne'e precisa lê, tanba ami iha hanoin balu iha-ne'ebá, ne'e UIP iha Vietname, tanba agora ida tuir mai bessik ona. Ami iha hanoin balu iha-ne'ebá atu ko'alia, mas la'ós tempo ida-ne'e nian.

Desculpa, se ha'u sai uitoan hussi assunto ne'e, mas ida ne'e mak ha'u hato'ó.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado.

Ha'u hanoin la iha tan intervenção, Sr. Deputado sira ne'ebé apresenta relatório hakarak atu responde karik ou se quiser falar alguma coisa, bele. Mas, molok ne'e, ha'u bele responde ba questão rua ne'ebé Sr. Deputado Duarte Nunes foti, ida mak tansá mak Comissão C e não Comissão D? Tem sido hábito, ha'u la hatene se já nesta III Legislatura, mas parece que antes, na II Legislatura, era a Comissão de Economia e Finanças, agora Comissão de Finanças Públicas mak atende ba convites ne'ebé mai hussi Fundação Temasek. Ne'ebe, nesta altura em que ita-nia Deputado na'in-rua bá ko'alia sobre comércio, maibé ko'alia buat barak iha *workshop* ne'ebe ita sai convidado hodi bá iha Singapura. Para além disso, iniciativas conjuntas ne'ebé halo entre Fundação Temasek ho ita, Parlamento Nacional, sempre foi através da Comissão C. Depois, ita bele haree halo nu'ussá mak coordena ho Comissão D ou outras comissões ne'ebé possivelmente abrange áreas ne'ebé bele kona fali iha comissão sira seluk atubele coopera, mas tem sido a nível da Comissão C mak essa iniciativa costuma hala'o.

Relatório UIP Vietnam nian, pronto, ita bele hala'o agora iha segunda e terça-feira. Já que a reunião Assembleia-Geral UIP agora nian iha fim do mês de outubro ne'ebé atu realiza iha Genebra.

Tuirmai, Sr. Relator e Sr.^a Vice se hakarak atu acrescenta e responde buat ruma karik, bele. Façam favor.

Sr. Antoninho Bianco (FRETILIN): — Obrigado, Sr. Presidente.

Ohin iha observação ba ponto 5 no 6, ha'u hanoin katak iha cooperação entre protocolo Parlamento nian ho Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, ne'e sira tem que acompanha ita, ne'e para ita to'o iha-ne'ebá, ne'e ita bele hetan assistência. Tanbassá ami tau iha-ne'e? Tanba qualquer representante Estado ida, ninia embaixada tem que hatene qualquer atividade ne'ebé órgão soberano ne'e hala'o, porque embaixada representa Estado e acompanha atividades dos membros de órgão soberano que bá hala'o serviço sira iha rai-li'ur. E ne'e mós protocolo nia contacto, iha início atu bá, a chegada, até ao regresso, é acompanhado, ne'e quer dizer nia tem que nune'e duni. Ser protocolo, funciona assim. Não é, depois de receber o convite, este ficar abandonado para os Deputados ou quaisquer entidades que se deslocam ao estrangeiro, e sem acompanhamento. E tem que iha acompanhamento diariamente, katak onde está, nia iha-ne'ebé ona e bá iha-ne'ebé ona. Ne'e ha'u hanoin buat ida que importantíssimo. Sorte que ita bá iha Singapura, se ita bá fatin seluk ida mak lakon tiha iha fatin ne'e, então como é que é? O representante do Estado ka embaixada ne'e atu halo saída?! Embaixada ne'e representa Estado, então deslocação dos Deputados e membros do Governo ne'e tem que iha acompanhamento. Acompanhamento la'ós dehan ha'u lori Ita-Boot nia pasta, não é!

Acompanhamento katak à chegada hussi nia viagem ne'e ó tem que hatene ona, katak ne'e nia bá iha-ne'ebé, to'o iha-ne'ebé. Tan ne'e mak ida cooperação ne'e ami cita iha-ne'e.

Ha'u hanoin katak Deputado sira mós la hussu protocolo embaixada sira-nian atu mai lori ha'u-nia pasta, bá hadi'a ha'u-nia fatin, ne'e nunca! Ne'e para hanoin katak ne'e la'ós iha fatin, lae, ne'e iha fatin duni. Se maluk sira dehan katak intenção seluk, ne'e buat seluk, pronto mak ne'e. Ne'e ida.

Ha'u hanoin ita-nia versão, ne'e ida-idak iha nia recomendação ba buat ne'e, tanba ne'e mak buat ne'ebé ita enfrenta, nune'e ita recomenda para melhorar prestação serviço ita-nian e ao mesmo tempo eleva capacidade das pessoas ou servidores ne'ebé iha fora e dentro do País. Esta é uma preocupação, e para mim, é importantíssimo, se lae mós la buat ida, pode considerar, pode não considerar, porque também é uma sugestão.

Agora ha'u hakarak fó hatene de'it katak kona-ba comércio, antes de chegar ficha ne'e ema preenche hotu ona, por exemplo, ita bele dehan katak Organização Mundial do Comércio, ba sira-nian ne'e, quando ema importador sira antes mai ne'e sira preenche ona sassán saida mak tama, quando chega iha porto, ne'e sira foti kedas ona. Ne'ebe, buat ne'e ficha eletrónica iha hotu ona e kona-ba pagamento mós iha ona, e ne'e serviço ba comércio nian. Maibé importante hussi *workshop* ne'e, ne'e ida-ne'ebé representa Parlamento ne'e, atu hussi Comissão ne'ebé de'it mak bá mós, bainhira mai fali, nia lori informação hodi convence nia maluk sira para acordo sira ne'ebé ohin dehan ona, Doha nian, Pacote Bali nian sira-ne'e, se bele, Parlamento ho Governo convence malu para ratifica. Ne'e para iha dezembro 2015, se sira-ne'e mak sai membro ona, pelo menos, iha ona buat ruma para bele pronuncia iha-ne'ebá hodi dehan katak está tudo aprovado e ratificado, então bele processa buat ne'e. Ne'e pelo menos nia intenção mak ne'e.

Ha'u hanoin se ami bá mós la sala ida tanba representa órgão soberano. E se aban-bainrua Comissão C nian balu mak bá mós la buat ida tanba representa órgão soberano, bá por interesse deste Parlamento e interesse do Estado.

Pronto, pelo menos, ida-ne'e mak ami bele halo e ha'u la'ós dehan Sr. Presidente mak sala. Sr. Presidente, é dever dos Deputados cumprirem o despacho. Conseguimos finalizar o nosso esforço, e até que conseguimos apresentar este relatório ba maluk sira hotu. Buat ne'ebé ladún di'ak, ne'e hela ba ami, buat di'ak ruma karik ita lori hamutuk mai Nação.

Obrigado.

Sr. Presidente: — Obrigado ba Sr. Relator, e mais uma vez obrigado. Parabéns ba Ita-Boot sira-nia trabalho e Ita-Boot sira-nia relatório. Ne'e hanessan matérias importantes ne'ebé ita nu'udar Estado tem que enfrenta, agora já, para a frente. Dala ida tan, muito obrigado ba Vice- Presidente Comissão C no mós Sr. Relator.

Agora 11 horas ona, ita sei iha período da ordem do dia. Daudaun ne'e ita sei iha nove inscrições, ha'u hussu katak la iha tan inscrições tanba la iha tan tempo ona. Portanto, se bele, nove inscritos ne'e hotu tiha, ita kala halo intervalo uitoan, tama fali mai atu rona relatório hussi Comissão A nian sobre discussão na especialidade ba Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados nian ne'e, para depois ita halo votação ba Projeto de Lei ida-ne'e.

Agora, Sr.^a Deputada Benvinda Catarina Rodrigues, faça favor.

Sr.^a Benvinda Catarina Rodrigues (FM): — Bom dia ba Sr. Presidente, colega Deputado sira hotu no ba Sr.^a Secretária de Estados dos Assuntos Parlamentares.

Ha'u iha assunto tolu mak atu ko'alia, ba dala uluk ha'u hakarak fó comentário kona-ba Lei Pensão Vitalícia. Sr. Presidente, quase semana ida ressin ona, loron-loron ita rona no lê iha jornais, ita-nia académico sira no ita-nia comunidade balu ko'alia no fó mós sira-nia comentário iha *media* kona-ba pensão vitalícia. Ita-nia líder número um balu ne'ebé uluk halo promulgação ba Lei ne'e rassik mós fó sira-nia comentário iha televisão ne'ebé bolu atenção ba ita-nia comunidade sira, ne'e ladún di'ak.

Tuir ha'u-nia hatene katak lei ida-ne'e la'ós beneficia de'it ba grupo ki'ikoan, mas depois hussi I Legislatura to'o mai iha II e III Legislatura ne'ebé ita-nia ukun-na'in balu iha li'ur, sira hotu sai beneficiário ba Lei ne'e. Ne'ebe, precisamente ita ko'alia, tem que haree no sukat katak loos duni Parlamento ne'e mak iha direito atu muda Lei ne'e. Uluk iha I Legislatura, la'ós dehan katak sira mak produz e sira mak sai sala-na'in ba Lei ne'e, la'ós nune'e, mas loos duni, depois de I Legislatura tama mai, ita, Deputado sira ne'ebé mai mós messak oin foun hotu, e ita foin mak harii ita-nia Estado no ita-nia Rain ida-ne'e, e ita mós iha assessor legal ne'ebé apoia ita-nia Deputado sira, nune'e iha momento ne'ebá discute mós, parece que parecer ka opinião sira ne'ebé mai hussi assessor ne'e katak di'ak mak sira hodi halo aprovação ne'e. Tanba ne'e hussi Bancada FRETI-MUDANÇA la tau sala ba sé, mas ita hotu, bancada haat ne'e, ha'u haree tiha ona katak iha II Legislatura ita mós hatama projeto de lei, ha'u rassik mós sai proponente, mas ita discute lei ne'e, então projeto de lei ne'e caduca. Mas, horas ne'e, ha'u haree katak PD hatama tiha ona sira-nia projeto de lei ba ida-ne'e e hussi bancada boot rua, se la sala, colega Estanislau ne'ebé sai tiha ona ba Ministro, mas hussi Bancada FRETILIN nian, karik iha ona bele hatama mai para ita bá discute iha tempo badak ne'e, Sr. Presidente.

Loos duni hanessan comentário barak ne'ebé ita ko'alia iha *media* katak maluk sira ne'ebé sai ou ita sira ne'ebé sai, sira la'ós simu hanessan ita, mas sira hela ho salário básico ne'ebé fó ba sira, mas na realidade la iha concordância barak, liuliu ita, Deputado sira, mós fó comentário ba ida-ne'e. Então, ha'u rassik mós hakarak ko'alia katak precisamente iha tempo badak ita bá debate atu ita bele hadi'a fali artigo balu ne'ebé ladún fó beneficio ba ita-nia Rain.

Loos duni, tinan-tinan ita só kessi an de'it ba mina, lei pensão vitalícia ne'e tinan 3 fulan 6, nia iha direito ba pensão ne'e. Ha'u hanoin assunto ne'e mak ita precisa haree. Iha 2013, se la sala, Grupo das Mulheres Parlamentares ba tiha ona iha Vietname, ami mós ko'alia kona-ba ida-ne'e wainhira encontro ho feto maluk sira iha Parlamento. Sira dehan katak sira mós iha direito no hetan pensão ne'e, mas sira iha porcento ne'ebé hela ba sira.

Ha'u hanoin ida-ne'e mak ita precisa atu haree, Sr. Presidente, importante karik tanba iha ameaça balu ne'ebé fô sai iha jornal katak ita-nia académico sira atu halo ação hassoru ita. Ne'e la precisa atu académico sira halo ação hassoru ita, mas ita ne'ebé sai ukun-na'in número dois iha País ida-ne'e, ita mak iha consensos para bá debate.

Segundo ponto, Sr. Presidente, iha Cristo-Rei rai-henek mutin ne'e ita haree katak uluk iha II Legislatura ita mak tau ossan hodi bá halo manutenção ka hadi'a fatin iha-ne'ebá, mas iha semana-semana ne'ebé ha'u halo exercício iha-ne'ebá, quase ai barak ne'ebé kuda iha-ne'ebá mós mate hotu ona, muro mós carreta bá choque tohar, lampu barak mak la di'ak e balu tohar ka monu, casa de banho quase la aproveita e fo'er, uma-oan sira ne'ebé halo iha-ne'ebá, ne'e sábado ho domingo ema ba halo passeio iha-ne'ebá, dança iha leten, tan ne'e barak mak tohar. Ha'u hanoin Ministério do Turismo precisa fó atenção ba ida-ne'e, tanba iha rain barak ne'ebé ita bá visita, katak retorno ne'ebé aumenta ita-nia *income* ne'e, número segundo ne'e mai mós hussi turismo rassik. Ha'u hanoin, Ministério do Turismo precisa halo ona plano hodi halo cobrança ba taxa nian ba fatin iha-ne'ebá, tanba ita precisa halo manutenção ba fatin ne'ebá, ne'ebé hanessan fatin ba turista mós.

Sr. Presidente, ha'u iha assunto ida ne'ebé importante tebes ne'ebé precisa tebes atu ko'alia kona-ba irmão Rolando ne'ebé detém iha Singapura. Ha'u la hatene, horas ne'e daudauk oinsá hussi parte Governo nian atu haree nia ka halo acompanhamento ba nia? Tanba ita haree iha televisão, ema Austrália, maski nia ema ne'ebé lori *narkoba* tama iha Indonésia, wainhira tempo atu bá halo execução mate nian ka oho sira, sira mós sei halo acompanhamento hodi bá haree sira-nia ema ne'e. E sira hussu mós ajuda ba Governo Indonésia hodi halo mediação atu hussik ema ne'e, mas ikus dalan mak tuir duni indonésio sira-nia lei. Mas, ita-nia ema ne'e, to'ogora ha'u rona dehan katak família de'it mak halo acompanhamento, mas hussi Secretário de Estado da Juventude e Desporto mós nem halo causa. Ne'e Governo Timor-Leste ninia posição ba iha-ne'ebá halo nu'ussá?

Mak ne'e de'it, obrigada.

Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Sr. Deputado Manuel Gaspar, faça favor.

Sr. **Manuel Gaspar Soares da Silva** (FRETILIN): — Obrigado e bom dia ba Sr. Presidente, componente da Mesa, Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, colega Deputado sira no rona-na'in sira hotu.

Sr. Presidente, iha-ne'e ha'u hakarak ko'alia kona-ba poupança. Ita ko'alia kona-ba poupança, Sr. Presidente, iha dia 26 de agosto liubá to'o dia 31, durante cinco ou seis dias de tempo, carreta ida ho chapa matrícula 03-860 bá para hela iha Uatulári para tuir atividade particular, e carreta ne'e hussi Ministério Público. Agora, tuir lei, ema quando comete irregularidade ruma, juridicamente só Ministério Público mak iha direito atubele processa irregularidade ida-ne'e ba Tribunal. Agora se carreta Estado hussi Ministério Público mak começa comete ato hanessan ne'e, satán ba Governo em geral ou funcionário em geral ne'ebé iha Nação ida-ne'e nia laran. Hussu ba Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, favor ida, ne'e pertinente, bá haree to'ok Ministério ne'ebé iha competência ka tutela ba assunto ida-ne'e, liuliu Ministério Público. Ne'e tanba funcionário ou personalidade hussi Ministério ida-ne'e mak comete ona ato hanessan ne'e, aban-bainrua quando sira hetan queixa ruma hussi comunidade ka ema ne'ebé comete ato hanessan, oinsá ho sira-nia poder atu processa ema ne'ebé halo crime ne'e ba tribunal? E ne'e, juridicamente ka tuir lei, oinsá?

Segundo, Sr. Presidente, agora tempo bailoro ona, iha território laran ne'e quase iha fatin hotu-hotu colheita hare ne'e la'o ona, agora Ministério do Comércio e Indústria nia programa ne'ebé uluk liu kedas sira mai iha-ne'e, ha'u ko'alia beibeik kona-ba programa «Povo kuda, Governo sossa», ne'e oinsá? Tanba ha'u triste quando iha kalan rua-tolu liubá, ha'u haree iha televisão, Primeiro-Ministro bá haree armazém iha Bebora ne'ebá, hamutuk hare kulit 300 toneladas mak iha-ne'ebá, ne'e começa tinan lima e neen ne'e iha hela ne'ebá, e to'o aat tan tiha ona, agora programa «Povo kuda, Governo sossa» ne'e la'o oinsá e atu fó benefício ne'e, benefício ida oinsá? Hare kulit 300 toneladas ne'ebé Primeiro-Ministro bá haree hetan iha armazém Bebora ne'e no to'o dodok de'it iha-ne'ebá, ne'e ha'u haree Ministério ida-ne'e ninia responsabilidade ne'e to'o iha-ne'ebé, Sr.^a Secretária de Estado? Buat hotu-hotu ne'e, ita la bele bá iha-ne'ebá tanba política e atu alcança objetivo e depois ikusmai la iha benefício. Ne'e política hodi alcança objetivo de'it, maibé la iha benefício ba povo e ba Estado.

Ha'u hanoin, Sr. Presidente, ida-ne'e mak ha'u intervém iha tempo ida-ne'e e ba oportunidade ne'ebé fó, obrigado, Sr. Presidente.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Sr.^a Deputada Albina Marçal, faça favor.

Sr.^a **Albina Marçal Freitas** (CNRT): — Obrigado e muito bom dia ba, Sr. Presidente, componentes da Mesa, Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e colega distinto Deputado sira.

Sr. Presidente, iha ne'e, ha'u iha assunto rua ka tolu mak atu hato'o: primeiro de tudo, hakarak atu hato'o, liuhossi biban ida-ne'e, ba Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares atubele hato'o ba Governo, tanba tuir lei, sira bele mai apresenta ona sira-nia programa 100 dias nian, tanba ha'u hanoin katak iha sétimo mês ona mak sira hala'o sira-nia programa ne'e. Governo ne'e remodela tiha ona ho nia membros foun, e ho Primeiro-Ministro ne'ebé foun mós, ne'ebe precisa nia presença atu relata ka hato'o sira-nia programa sira ne'ebé hala'o ona. Karik, tanba halo ona remodelação e ho Primeiro-Ministro foun, ha'u hanoin katak iha mudança barak ona, ne'e ita hein de'it.

Segundo, relaciona ba Desluto Nacional, sim, ida-ne'e Governo nia plano e executa tiha ona. Ha'u-nia preocupação mak ne'e, ita hotu hatene katak recolha ba restos mortais quase iha nação tomak, ha'u hanoin katak ne'e seidauk hotu. Por exemplo, Aitana ninian, balu ne'ebé lakon ho mistério e to'o agora ita la hetan, maibé ita halo ona Desluto Nacional. Será que restos mortais ne'e halibur hotu ona e hakoi hotu ona, depois mak halo Desluto Nacional ka nu'ussá? Precisa explicação hussi Ministério competente tanba ha'u rassik la hatene, karik colega Deputado sira seluk hatene, maibé ha'u ladún hatene tanba particularmente ami-nia família mós quase lubuk ida, dez e tal pessoas, ne'ebé mate ba funu ida-ne'e, e to'o agora ami seidauk halo ida-ne'e tanba ami-nia kbiit seidauk iha. Tanba ne'e mak precisa explicação ruma ba assunto Desluto Nacional ida-ne'e.

Terceiro, kona-ba cartão especial ne'ebé ami hetan nu'udar veterano Frente Armada nian tanba ami hetan desmobilização. Foin lalais, ami hetan diploma de honra, não sei, fó cartão especial ida, maibé ha'u la simu e Deputada Olinda mak bá simu hodi fó fali mai ha'u. Ha'u la marca presença iha momento ne'ebá tanba ha'u bá halo estudo comparativo iha Jacarta. Ha'u lê tiha ona ha'u-nia cartão ne'ebé fó ne'e, cartão ne'e iha-ne'ebá tau ka hakerek de'it mak ami-nia dever, ne'e katak dever ne'ebé ami cumpre durante tinan 24 nia laran. Sr. Presidente, dalaruma ami ko'alia kona-ba veterano, dalaruma mós balu tuur iha kotuk-kotuk e iha fatin-fatin, hamnassa fali. Ne'e ha'u la simu, tanba ho veterano, ho ruin no raan mak ita harii ita-nia nação, ne'e la'ós halimar ida, ita halimar, halimar ba buat seluk!

Iha Diploma ne'e, tau de'it mak dever, ami cumpre tiha ona dever durante 24 anos, ami-nia direito ne'e iha-ne'ebé? Ne'e hakerek de'it iha-ne'ebá katak «Cartão intransmissível». Intransmissível ne'e katak la bele fó ba oan sira. Ha'u la hatene iha Lei n.º 3/2006, 12 de abril ne'ebé altera ho Lei n.º 9/2009, 29 de julho, ha'u ladún fixa ona nia artigo, maibé iha-ne'ebá hateten katak oan sira hussi veterano ka mártir sira mós bele hetan. Pelo menos, iha buat ruma ba sira, maibé karik cartão ne'e intransmissível, então ba ami de'it, depois iha-ne'ebá hanessan fali la iha sentido nenhum. Ne'e tanba ha'u quando kaer cartão eleitoral hodi compara ho cartão especial ne'e, ha'u haree de'it katak cartão eleitoral ne'e, pelo menos, dehan katak ita lori ida-ne'e hodi tuir eleição, maibé cartão ida especial ne'e la iha sentido tanba hakerek de'it mak dever, será que ami la iha direito?! Karik ami lori cartão ne'e bá iha hospital ka bainhira ema sira iha dalan hakarak trava mak ami hatudu ida-ne'e para sira

hussik ami ka halo nu'ussá? Ne'e precisa explicação. Ba ami sira ne'ebé hatene lê no hakerek ne'e sei di'ak uitoan, ne'e ami bele explica, maibé oinsá ho ami-nia colega veterano feto sira ne'ebé, coitado, hela iha área rural ne'ebá, sira lamenta tebes hodi dehan: «Cartão ne'e ami atu lori bá halo saida?» Se ha'u mak iha, iha momento ne'ebá ha'u rejeita totalmente cartão ida-ne'e. Maibé, Sr. ex-Deputado, maun Renan, nia simu tiha cartão ne'e, se ha'u mak iha-ne'ebá ha'u lakohi simu. Ne'e precisa explicação ba ida-ne'e. Veteranos la'ós buat ki'ikoan ida atu ita halimar malu – desculpa, Sr. Presidente, ha'u ko'alia tiha lai, favor boot ida – precisa Sr.^a Ministra da Solidariedade Social, Dr. Isabel, atu mai explica didi'ak assunto ida-ne'e. E Sr. Primeiro-Ministro mós, tanba ha'u hanoin Primeiro-Ministro hatene didi'ak. Primeiro-Ministro mak hanessan chefe ba VI Governo Constitucional ida-ne'e, favor ida hakat mai para explica.

Obrigada.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Sr.^a Deputada Florentina Smith, faça favor.

Sr.^a **Florentina Martins Smith** (FRETILIN): — Muito obrigada, bom dia ba Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, público audiente ne'ebé acompanha no povo maubere tomak.

Iha biban ida-ne'e, ha'u iha questão balu ne'ebé hakarak atu hato'o: em primeiro lugar, ha'u hakarak observa de perto ba execução Orçamento Geral do Estado ne'ebé ita-nia Governo executa to'o iha 16 de setembro, ne'e execução orçamento nian ba ministério hotu to'o ona 61%. Tuir execução ideal ne'ebé devia Governo atu executa ne'e, mais ou menos, setenta e tal por cento tanba setembro até dezembro, ne'e quatro meses, com certeza, execução tem que iha ponto ka situação ida hanessan ne'e.

E nafatin iha execução do orçamento ne'ebé Governo executa, ha'u observa nafatin katak execução ne'e maka'as liu no boot tebetebes mak iha categoria «Bens e Serviços». Ida-ne'ebé ha'u nota iha execução «Bens e Serviços» ida-ne'e mak orçamento ne'ebé executa ba iha «Viagem Local» iha Presidência da República iha 107%, ne'e executa aas liu. Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros 195% e Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente 118%, nune'e mós CNE (Comissão Nacional de Eleições) 129%. Nafatin iha «Bens e Serviços» ba rubrica «Viagem ao Estrangeiro», execução ne'ebé ultrapassa maka'as mak hanessan nafatin, ne'e iha Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros 152%, Secretaria de Estado do Conselho de Ministros 342%, Ministério da Educação 112%, Ministério da Justiça 116%, Ministério da Solidariedade Social 179%, MCIA (Ministério do Comércio, Indústria Ambiente) 131%, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações 114% e CNE 299%, UNTL 211%. Nune'e, sei continua nafatin mós iha «Bens e Serviços» rubrica «Formação & *Workshop*» iha Secretaria de Estado dos Assuntos

Parlamentares 733%, ne'e tuir ha'u-nia acompanhamento, karik orsida Sr.^a Secretária bele informa katak ne'e tanbassá mak hanessian ne'e. E iha Secretaria de Estado da Comunicação Social 103%, e nafatin iha CNE 125%.

E lamentável mós mak iha categoria «Capital Menor», ne'e to'ó agora, Governo nia execução ki'ik liu, ne'e foin mak atinge 27%, devia, tuir execução ideal ne'e por volta de setenta e tal por cento. Ida-ne'e mak ha'u observa iha Portal de Transparência e hussu para Governo tau atenção.

Iha mós ita-nia Lei da Gestão Financeira ne'ebé fó dalan tebes ba Parlamento Nacional atu halo fiscalização política ka bele convida ita-nia membro Governo sira, liuliu Primeiro-Ministro ho membro balu, atu mai fó explicação kona-ba tanbassá mak execução orçamento ultrapassa cabimento orçamento ne'ebé iha. Ne'e tanba iha balu que executa liu kedas orçamento ne'ebé iha.

Segunda questão, Sr. Presidente, iha mós ita-nia maluk empresário sira ne'ebé lamenta tebes ba certidão de dívidas ne'ebé ita-nia Ministério das Finanças sira emite fulan tolu-tolu. Ba ida-ne'e sira mós dehan hanessian ne'e: «Ami seidauk hetan projeto e dalaruma ami seidauk halo buat ida, maibé certidão de dívidas ne'e nia prazo mate fali ona». Então, sira fó sugestão, se bele, certidão de dívidas ne'e Governo bele considera ba fulan neen-fulan neen, ho nune'e sira mós bele iha biban atu halo sira-nia gestão ne'e ho di'ak.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Sr.^a Deputada «Bilou-Mali», faça favor.

Sr.^a Domingas Alves da Silva «Bilou-Mali» (CNRT): — Bom dia ba Sr. Presidente, colega Deputado sira e Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Ha'u atu ko'alia iha assunto rua: primeiro, ha'u hato'ó nafatin kona-ba cartões, ne'e iha tempo recesso, Comissão Permanente nian, ami foti tiha ona, maibé seidauk iha resposta, ne'ebe ha'u secunda de'it saida mak ohin Deputada Albina ko'alia. Ida-ne'e precisa iha resposta para ema hotu-hotu bele hatene tanba maioria mak rejeita cartões ne'e. E cartões ne'e sem assinatura, ne'ebe iha tempo ida-ne'ebá entrega ona ba iha Mesa, e Mesa mós iha ona conhecimento kona-ba cartões ne'e.

Segundo, ha'u secunda preocupação ne'ebé ohin Sr. Deputado Manuel Gaspar foti kona-ba sassán Estado nian ne'ebé iha lei regula katak carreta Estado nian la bele usa iha loron sábado e domingo, satán hanessian ohin iha intervenção ne'ebé Deputado ne'e hato'ó katak durante semana ida nia laran que próprio membro balu, liuliu Ministério Público nian, mak usa carreta ne'e. Se sira mak viola ona lei, oinsá aban-bainrua, karik acontece situação ida hanessian ne'e, sira-nia poder ne'e iha-ne'ebé para depois sira bele processa membro Governo seluk ne'ebé viola lei ou usa sassán Estado nian iha sábado no domingo hodi bá tula família bá-mai.

Terceiro, ha'u hato'ó de'it ba Mesa, conforme informação ida-ne'ebé ha'u rona katak ita-nia Comissão de Homenagem, ne'ebé foin lalais antes atu tama ba recesso ita elege ne'e, nia hela ona iha nia fatin serviço nian, mas agora daudauk membro comissário ne'e atu halo fali nia carta resignação hodi sai fali hussi nia fatin ne'e. Karik mak nune'e duni, halo oinsá para depois se ita vota ba comissário Comissão Homenagem nian, ita haree kedas ona para sira na'in-rua ne'e tama ona iha pacote ida. Ne'e comissário ida ne'ebé coloca ba Município Ermera nian, maibé ohin particularmente ha'u dere ona ba Presidente Bancada FRETILIN nian, e Presidente Bancada ne'e mós rona, ne'ebe se karik hanessan ne'e duni, ita haree para depois sira na'in-rua bele tama iha pacote ida para lalika lakon tempo.

Ida seluk fali, ha'u haree katak ba Posto Administrativo Lacluta nian, iha Orçamento 2015 nian, tau mós ossan ba Posto Administrativo ida-ne'e para depois sira atu halo construção uma mate-ruin nian, maibé conforme ha'u rona informação katak técnico sira hussi Ministério da Solidariedade Social bá sukat tiha ona rai e nia desenho ne'e mós lori ona mai iha Ministério das Obras Públicas, e ne'e aprova ona ka lae? Ita iha ona fulan setembro, iha fulan outubro, se la sala, iha dia 15 hanessan ne'e ita hatama ona ba proposta de orçamento tinan 2016 nian. Se desenho ida fó mai ne'e mak seidauk aprova no orçamento la executa, oinsá ba ida-ne'e? Falha ne'e hussi maluk sira iha-ne'ebá ka hussi Ministério das Obras Públicas? Ida-ne'e mak ita precisa haree didi'ak, orçamento quando iha ona, ita halo oinsá para depois bele aprova para depois bele executa orçamento ne'e, depois mak ita haree filafali ba Orçamento 2016 nian. Ida-ne'e mak ha'u-nia preocupação até agora.

Ikusliu, ha'u hato'ó ba Mesa, liuliu ba Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares atu hussu ba Ministério da Solidariedade Social, pelo menos, hola atenção mós ba comissário sira Comissão de Homenagem nian tanba sira até à data ne'e – satán sira ne'ebé ita foin elege ba iha-ne'ebá, hanessan Covalima no Maliana nian, sira mai hussi município, hussi dook mak mai – agora sira la simu salário durante fulan tolu nia laran ona. Ne'e oinsá ba sira? Karik sira hela ho família, ne'e sira precisa han buat ruma. E se karik sira la hela ho família, ne'e sira precisa aluga uma. Sira mós precisa han-hemu loroloron para depois sira ativo iha serviço Comissão Homenagem nian. Ne'e Ministério da Solidariedade Social haree ka lae? E hatene ida-ne'e ka lae?

Ida seluk mós dehan katak carreta ba comissário na'in-noon ne'ebé seidauk hetan carreta Estado ne'e iha ona, maibé oinsá mak carreta iha no carreta ne'e la bele fó ba sira na'in-noon atubele usa hanessan sira-nia colega sira seluk. Ne'e sira-nia condutor sira mak desenrasca, maski seidauk hetan carreta Estado nian. E condutor ne'ebé loroloron tula sira, ne'e sira duni mak selu e combustível mós sira mak arranja rassik, ha'u hanoin ne'e ladún justo.

Obrigada barak tanba ha'u-nia tempo to'ó ona.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Sr.^a Deputada Anastácia Costa, faça favor.

Sr.^a **Anastácia da Costa** (FRETILIN): — Obrigada, bom dia ba Sr. Presidente, Mesa, Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, colega Deputado sira no mós povo rona-na'in sira.

Primeiro, ha'u atu secunda nafatin ha'u-nia declaração ne'ebé iha semana kotuk. Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, ha'u la'ós atu la concorda ho desenvolvimento, maibé estrada ne'ebé hussi parte Hudi-Laran nian, ha'u hateten nafatin katak precisa hadi'a. Maibé, ne'e atu haree ba legalidade ka precisa mós atu tau consideração ba situação ida-ne'e, tanba estrada protocolo nian, Ita-Boot sira hateten katak nia luan iha 12 metros, maibé estrada aldeia nian sira hakarak halo fali 18 metros. Ida-ne'e mak ha'u hakarak hateten nafatin.

Segundo, ha'u hakarak hateten mós katak liga ba eletricidade ne'ebé hussi Manufahi, Natarbora nian bá iha Viqueque katak iha suco ida-ne'ebé isolado tebetebes, ne'e liga ho fatin ne'ebé ohin Sr.^a Deputada «Bilou-Mali» levanta kona-ba mate-ruin ne'ebé tau iha-ne'ebá, fatin ida-ne'e la'ós foin maka estabelece, maibé ne'e uluk kedas iha *Bapa* nia tempo, ne'e fatin destacamento nian iha Município Viqueque mak Luca ne'e, e to'ó agora mós sira la acesso ba eletricidade. Ida-ne'e precisa atu tau atenção.

Liga ba estrada Manufahi nian, iha Posto Administrativo Fatuberlio, Suco Caicassa, iha fatin ne'ebá ne'e halo duni *bronjong* ida iha mota laran, maibé ne'e halo fali hanessan uma-andar ida, ha'u hanoin katak ida-ne'e bele fó impacto bainhira udan boot. Ita hatene katak iha parte sul, bainhira tempo udan mota boot tebetebes, ida-ne'e mós precisa atu tau atenção ba situação ida-ne'e.

Liga mós ba iha irrigação ne'ebé iha tinan kotuk ha'u levanta tiha ona, ne'e kona-ba irrigação iha Bahalarauain, Posto Administrativo Viqueque, Município Viqueque nian. Iha-ne'ebá iha suco rua mak acesso ba irrigação ne'e, maibé tinan tolu ona, e to'ó agora sira seidauk halo natar. Ha'u hanoin katak situação ida-ne'e tem que haree tanba sira precisa halo natar, mas dala barak mak sira la simu tratores e la hetan bee, atu nune'e bele fornece ba sira-nia natar, tan ne'e precisa mós atu tau consideração ba irrigação iha Bahalarauain nian ne'ebé liga ba suco tolu: Luca, Bibileo ho Bahalarauain duni.

Liga mós ba meio ambiente ne'ebé horissehik colega Deputado sira hateten katak ita aprova ona lei, ne'e ita mós halo buat ida ne'ebé dehan katak tara-bandu. E ne'e ita gasta ossan de'it, tanba rai ka floresta ne'ebé Estado nian ka comunidade nian, to'ó agora população sira continua halo nafatin uma. Ha'u hanoin katak ida-ne'e ita dehan beibeik atu halo proteção ba meio ambiente, maibé ita rassik mak dala barak la iha consciência e estraga filafali ai sira ne'ebé comunidade nian. Ida-ne'e iha Posto Administrativo Viqueque, Suco Uma Uain Craic no suco Fatudere nian, iha área hirak-ne'e mak aiteka comunidade estraga hotu. Ha'u dehan katak ba desenvolvimento ne'e ema hotu-hotu contribui, maibé hanessan pessoal mak estraga, ne'e ita tem que hanoin atu tau consideração ba situação ida-ne'e.

Iha informação ida ne'ebé ha'u atu hato'o iha fatin ida-ne'e kona-ba mensagem ida ne'ebé mai hussi Inspetora PNTL (Polícia Nacional de Timor-Leste) ba ha'u liuhossi telefone, nia insulta e hatete katak ha'u, Deputada, halo crime. Ha'u hanoin katak uluk iha tinan 1999, Sr. Presidente, ha'u la tuir de'it Indonésia mak ohin loron ha'u mai tuur iha Parlamento nu'udar Deputada, ne'e ha'u hakarak hatete loloos. Ha'u mós contribui ba Rain ida-ne'e! Ha'u hanoin katak PNTL ka instituição ida labele insulta órgão ida. Ne'e, ha'u hanoin, precisa tau consideração. Tan ne'e mak ha'u hussu ba Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, favor ida, atu encaminha hela processo ka situação ida-ne'e ba Comandante-Geral PNTL, tanba hussi informação ne'e mak iha momento ne'ebá ha'u halo contacto duni ho Comandante-Geral. Maibé, orsida ha'u sei passa filafali mensagem Sr.^a Inspetora PNTL nian ne'ebé tama hela iha ha'u-nia telefone, tanba precisa tau atenção ba situação ida-ne'e.

Ha'u hanoin ida-ne'e de'it mak atu hato'o iha momento ida-ne'e.

Sr. Presidente, obrigada ba tempo.

Sr. Presidente: — Obrigada, Sr.^a Deputada.

Ponto de ordem hussi Sr. Deputado Vice-Presidente, Adriano do Nascimento. Faça favor.

Sr. Adriano do Nascimento (PD): — Obrigado, bom dia ba Sr. Presidente no ba Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Ho ponto de ordem ne'e atu fó hanoin ba Mesa de'it katak Bancada PD ne'e tuur iha klaran, desde ohin ne'e soe ba sorin ne'ebá, mai sorin ne'e, be ami foti liman ne'e, ne'e Bancada PD bele ko'alia ka lae? Ha'u hein desde ohin, Sr. Presidente la fó, ne'ebe ohin ne'e soe ba FRETILIN, mai CNRT, ba fali FRETILIN, maibé PD mós precisa atu ko'alia.

Muito obrigado.

Sr. Presidente: — Sr. Vice-Presidente, iha inscrições ne'ebé iha, PD nian ida de'it mak inscrito, ne'e mak Ita-Boot duni, ne'ebe FRETILIN nian hotu ona. Faça favor, Sr. Deputado Vice-Presidente.

Sr. Adriano do Nascimento (PD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Ha'u iha assunto tolu de'it mak atu hato'o. Ne'e ida baibain, ha'u hussu nafatin kona-ba Aeroporto Suai, ne'e ha'u sei hussu beibeik to'o ha'u hetan resposta. Ha'u hussu, primeiro ba Sr. Presidente, se bele, Sr. Presidente fó ordem ona ba Comissão de Infraestruturas, Transportes e Comunicações atu halo fiscalização, tanba desde que ha'u foti assunto ida-ne'e, ne'ebé ba ha'u problema boot, maibé Comissão de Infraestruturas nunca iha hanoin atu halo fiscalização, depois de ha'u queixa buat ne'e. Tanba horibainhira ha'u fila hussi Suai, ema atu taka *aspal* ona, la hatene Comissão de Infraestruturas

ne'e atu bá tuir de'it inauguração ka halo mós fiscalização? Ha'u desafia ida-ne'e tanba ne'e ossan boot, *juta* neenulu-ressin kedas.

Foin daudauk ha'u haree ne'e, sira tau ona rai-henek hodi taka *aspal*, só ida-ne'ebé ha'u questiona mak ne'e, uluk iha Indonésia nia tempo, ne'ebé ha'u sei *buruh kasar*, ne'e molok tau *aspal* ema tau lai fatuk ida-ne'ebé ho medida 5/7 cm, 4/6 cm e 3/5 cm, fatuk sira-ne'e ema tau tiha mak foin taka *aspal* e depois tau rai-henek, maibé agora lae, la tau ida. Ne'e halo kabeer loos ona no tau rai-henek de'it, depois atu tau alcatrão ona. Favor ida Comissão de Infraestruturas ne'e bá lai ba! Ita bele bá to'o *luar negeri*, maibé lakohi bá to'o Suai ne'e, ne'e ha'u questiona! Sr. Presidente, ha'u suspeita sira, tanbassá mak Comissão de Infraestruturas lakohi bá haree? Maski ida-ne'e ha'u foti beibeik, beibeik, beibeik, mas to'o agora mós Governo la responde, ne'e ha'u suspeita Governo mós. Tanbassá mak la responde?

Ha'u-nia pergunta tolu de'it: tanbassá iha Indonésia nia tempo ne'e ke'e, mas agora ita-nian la ke'e? Tanbassá mak Indonésia nian ke'e hotu mak aterro, ita-nia la ke'e? Tanbassá ita la haruka avião boot mak tun, maibé avião ki'ikoan ida ne'ebé hanessian papagaio ne'e mak tun? E foin daudauk ne'e usa fali *konkrit* ka cimento ne'ebé nia boot ne'e hanessian AC (Ar Condicionado) ne'ebá mak tula fali iha carreta hodi halo teste, ne'e avião boot tun karik, se nia roda mout, então ne'e mak sira ke'e. Ne'ebe, ida-ne'ebé ha'u critica ne'e, sira ke'e fali, Sr. Presidente. Sira lori cimento boot no tula iha carreta boot hodi la'o iha leten, como roda ne'e mout, então sira ke'e fali para aterro. Ha'u hussu ba Comissão de Infraestruturas atu haree buat ne'e, tanba buat ne'e ba ita-nia aeroporto. Ne'e sei iha problema lubun ida iha-ne'ebá! Ha'u foti ida-ne'e, Deputado balu hatán fali kona-ba rai ou katak ema sira iha Suai ne'e la fó rai, ne'e tanba ha'u hela iha-ne'ebá, kona-ba rai ne'e kala hotu ona mak ba aeroporto ne'e aterro hotu ona ne'e to'o.

Foin daudauk, Ita-Boot la iha ne'e, ha'u fó instrução ba Comissão de Infraestruturas atu bá, mas to'o agora seidauk bá, ne'ebe hussu ba Presidente atubele fó tan instrução ba sira. Se maluk sira la bá, e hein atu inaugura de'it mak bá, ne'e ha'u dehan, di'ak liu lalika bá! Ne'e assunto ida-ne'ebé ha'u foti beibeik, Sr. Presidente.

Segundo, kona-ba Lei Pensão Vitalícia, ha'u hanoin ohin ha'u-nia maluk Deputada Benvinda hatete ne'e, sim, Bancada Partido Democrático hatama ona projeto de lei, e princípio mak ne'e, la'ós atu halakon, maibé atu reduz. Ami mós la fó sala sé de'it. Iha tempo ne'ebá ita-nia maluk Deputado sira uluk halo buat ne'e tanba iha nia sentido. Exigência hussi público barak, maibé iha ami-nia projeto de lei ne'e hussu atu reduz. Mas, buat ne'e como la'ós regula de'it ba Deputado sira, maibé ba órgão soberano hotu-hotu, ne'ebe precisa consenso iha Parlamento ne'e, ne'e ita hotu hussi Bancada haat ne'e tem que tuur hamutuk. Ami hein nafatin maluk bancada sira seluk para ita tuur hamutuk hodi ko'alia. Ami hatama ona projeto de lei ba ida-ne'e, nune'e ha'u hakarak hatete ba público katak ne'e hatama quase tinan ida ressin ona, e hein hela atu discute hamutuk.

Kona-ba Desluto Nacional, ha'u hanoin, atu fó esclarecimento tanba ha'u mós envolve iha reunião ne'e hotu. Ba Desluto Nacional ne'e, ha'u hanoin, buat ida atu buka mate-ruin sira-ne'e sei la'o nafatin, la taka dalan, ne'e Estado la taka dalan. No mós atu halo cerimónia cultural ba ida-idak nian ne'e mós sei la taka dalan, maibé sentido ida hussi Desluto Nacional ne'e, tuir ita-nia maun, ita-nia aman sira ne'ebe uluk dirige ita no lori ita hodi hahú hussi declara independência to'o restaura fali ukun-an ne'e, ne'e sira hanoin katak tempo to'o ona atu taka página negra, tristeza nian ne'e, ho página foun, ne'e mak atu halo desenvolvimento. Sira balu ne'ebé sei iha mak hanessan: Dr. Mari Alkatiri, Dr. Ramos Horta, avô Francisco Xavier mak mate ona, Comandante Presidente Nicolau Lobato mak mate ona, maibé sira ne'ebé que iha ne'e, katak sira-nia missão to'o iha-ne'e, e agora loke página foun hodi halo desenvolvimento. Ne'ebe, ninia sentido ne'e hanessan ne'e, la'ós taka dalan ba atu la buka tan ona restos mortais ka ruin sira-ne'e ou taka dalan ona ba família ida-idak hodi halo cultura kore-metan, lae! Ha'u hanoin ita hotu, ita sira ne'ebé iha-ne'e, ida-idak lakon nia família, e to'o agora mós ita buka seidak hetan, incluindo ha'u mós. Ha'u-nia tiun ida mós, to'o agora buka seidak hetan. Maibé, ida-ne'e, ninia sentido ne'e, ita-nia aman sira, tiun sira ne'ebé dirige funu ne'e atu taka ona página negra ka página tristeza nian, e agora ita hakat ba página foun liuhossi desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Ha'u lembra de'it katak agora bessik meio-dia ona, inscrições sei barak tebetebes, ha'u la hatene sei atu fó biban ba hotu-hotu ou lae, mas ha'u hanoin ita sei iha período da ordem do dia ne'ebé Comissão A atu apresenta relatório e parecer. Ne'ebe, Sr. Deputado Paulino, faça favor.

Sr. Paulino Monteiro Soares Babo (PD): — Obrigado ba tempo ne'ebé fó, Sr. Presidente.

Depois de rona tiha Vice-Presidente ko'alia kona-ba Aeroporto Suai, ami hussi Comissão E, depois de acontecimento ne'ebé ami-nia Vice-Presidente Comissão fila hikis ba Maromak nia kadunan santo, Presidente Comissão mós ohin loron sei moras hela, nia sei iha hela Singapura, tanba ne'e mak tuir Regimento rassik ha'u hanessan Secretário mós la bele foti decisão ida que sees liu cargo Presidente ho Vice-Presidente nian. Tanba ne'e mak ami iha tiha ona orientações, iha tiha ona programa atu bá duni Suai iha tempo badak. Ne'ebe, la hatene, se semana ida-ne'e la iha, então semana oin ne'e ami tem que bá duni. Maibé, iha dificuldade lubuk ida e ami-nia técnico mós ohin loron sei feriado hela, tanba ne'e mak ami hein hela, e semana ida-ne'e ami la bá, semana oin ne'e ami tem que bá duni. Mas, ida-ne'e mak ami bele explica kona-ba realidade iha Comissão E.

Ha'u hanoin ida-ne'e de'it mak ha'u hakarak hato'o, obrigado.

Sr. **Presidente**: — Atu lembra de'it katak Comissão de Infraestruturas tem que elege fali Vice-Presidente ida, ne'ebe Bancadas tolu ou haat, não sei, ne'ebé iha sira-nia representação iha Comissão E atu tuur hamutuk to'ok para halo nu'ussá mak concorda malu hodi elege Vice-Presidente foun. Ne'e tanba realmente Presidente Comissão nia situação atu fila ne'e sei lori tempo e Comissão la bele paralisado. Tanba ne'e mak, se bele, depois de iha consulta hussi Bancadas hotu-hotu, bele hala'o eleição ba Vice-Presidente da Comissão E.

Ponto de ordem hussi Sr. Deputado Natalino dos Santos. Faça favor.

Sr. **Natalino dos Santos Nascimento** (CNRT): — Obrigado ba tempo ne'ebé fó mai.

Relaciona ho buat ne'ebé Deputado Paulino foti, ami hakarak informa katak ami haruka ona carta ba Mesa Parlamento Nacional, ne'e ami designa ona membro na'in-rua: Deputado Manuel Salsinha ne'ebé atualmente iha Comissão G mak sei substitui permanentemente iha Comissão E hodi troca Deputado «Fó-Laran» e Deputada Brígida Correia hussi Comissão D mak temporariamente atu reforça tan Comissão E.

Hakarak informa katak ami-nia carta haruka tiha ona ba Mesa ho cópia ba Comissões Especializadas ne'ebé ami temi.

Ida-ne'e de'it mak ami hakarak informa.

Obrigado.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Ami simu duni ona carta ne'e e despacha tiha ona. Portanto, no fundo fó conhecimento ba comissão ida-idak ne'ebé designa elemento sira-ne'e.

Ponto de ordem hussi Sr. Deputado Osório. Faça favor.

Sr. **Osório Florindo da Conceição Costa** (FRETILIN): — Obrigado, Sr. Presidente, no obrigado ba designação sira-ne'e. Maibé ita, Parlamento, ne'e iha problema ida passado nian, ha'u ta'uk mak acontece fali ida-ne'e iha oin mai ne'e. Por exemplo ida iha Bancada CNRT ne'e, ne'e problema Ita-Boot sira-nian, maibé na realidade, ne'e ami discute iha Conselho de Administração, Parlamento Nacional: ne'e ida moras, ida troca, maski Na'i Maromak seidauk bolu nia, maibé ita troca, nia salário ne'e mós Ita-Boot sira halo transferência e fahe ba rua, depois ita discute fali, ida seluk ne'e buka atu iha fali retroativo, ne'e lei la fó dalan. Ne'ebe, maluk sira tetu didi'ak bá, depois maka bele foti decisão. Ita bá troca na'in-rua dala ida ne'e, ne'e troca ida, *ok*, ba ha'u la iha problema, tanba ami membro Comissão ne'e hanessan técnico.

Em termos de funcionamento, ba ita-nia Deputado Mateus, ida-ne'ebé troca mak Deputado Manuel, agora iha-ne'e, nia problema ne'e, ha'u la hatene, Sr. Presidente resolve ona ka lae? Tanba

nia la bele simu salário tomak, maibé simu sorin de'it. E simu retroativo ne'e mós ema seidauk require, agora ita troca fali ne'e, ne'e problema ida ne'ebé, em termos de legalidade, Parlamento tem que halo discussão didi'ak no kle'an para la bele mossu tan problema ida hanessian ne'e iha futuro. Ha'u hanoin Conselho de Administração discute tiha ona kona-ba ida-ne'e.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado.

Transferência ne'e pronto, talvez iha implicação uitoan, e tanba ne'e ba Sr. Deputado Manuel, mas diretamente não tem a ver com assunto ne'ebé ko'alia.

Sr. Deputado Natalino hakarak atu ko'alia tan?

Sr. Natalino dos Santos Nascimento (CNRT): — Iha-ne'e decisões Bancada nian, ami transfere tanba Comissão E ne'e Comissão mais importante e la iha impacto tanba Deputada Brígida bá provisoriamente de'it hodi fó apoio ba Comissão E. Agora ida-ne'ebé atu substitui fali iha ikus mai ne'e, ne'e ami hein, depois mak foin bele hatama kona-ba sé mak atu mai tuir lista ne'ebé iha, e ne'e depois mak ita ko'alia. Tanba ami haree Deputado Manuel iha Comissão G ne'e ladún iha serviço, então precisa reforça iha Comissão E para oinsá atubele elege filafali mesa Comissão nian atu funcionamento Comissão nian bele la'o. Relaciona ho ida-ne'e, precisa ami informa mós katak Deputado Manuel to'o agora simu hela nia vencimento ida ne'ebé, ha'u bele hatete, to'o agora sofre hela kona-ba ida-ne'e. Mas, horibainhira ami rona katak iha ona orçamento retroativo atu fó ba nia, maibé ne'e depende ba Mesa atu hola decisão, e ne'e gestão Parlamento nian. Importante liu mak ne'e, Bancada iha dever atu coloca Deputado sira iha fatin ne'ebé mak la iha ema.

Ida-ne'e de'it obrigado.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, ha'u hussu desculpa ba Sr. Deputado sira ne'ebé inscritos, ne'e labele bolu atu halo intervenção tanba realmente ita bessik tama ba meio-dia ona. Ha'u hussu desculpa ba Sr. Deputado Jorge Teme, Sr. Deputado Natalino, Sr.^a Deputada Virgínia Ana Belo, Sr. Deputado Paulo Maia, Sr.^a Deputada Angélica da Costa, Sr.^a Deputada Ana da Conceição, Sr. Deputado Eládio Faculto no mós Sr.^a Deputada Bendita Magno, ne'e tempo mak la to'o duni. Ne'ebe, se la iha oposição karik, ha'u bele bolu kedas Sr.^a Presidente ho Relator ne'ebé iha para ita continua.

Parece que Sr.^a Secretária de Estado hakarak fó uluk resposta, então depois de intervenção Sr.^a Secretária de Estado nian mak ita passa ba Comissão A nian. Faça favor.

Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares** (Maria Teresinha Viegas): — Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia Sr. Presidente, membros da Mesa no distinto Deputado sira hotu.

Sr. Presidente, desculpa ha'u intervém antes de tempo tanba iha mós pergunta balu ne'ebé dirige diretamente mai ha'u-nia Secretaria de Estado, tanba ne'e mak ha'u hola fatin e tempo atu fô resposta lailais ba distinta Deputada Florentina Smith.

Relaciona ho preocupações ne'ebé distinto Deputado sira foti, liuliu ba distinto Deputado Adriano do Nascimento, ita concorda ona iha Conferência de Líderes iha semana kotuk atu agenda ba debate ho Ministro das Obras Públicas iha próxima sessão plenária, dia 28 de setembro.

Ba distinta Deputada Albina Marçal nian, ba presença dos membros do Governo hanessan hato'o iha sessão plenária liubá, distinto Deputado Branco mós foti iha-ne'e, ne'e hussi parte Governo nian submete ba agenda Parlamento nian, maibé iha fulan oin, ou mais ou menos fulan ida ho balun tan, ne'e ita iha submissão de orçamento no mós iha oportunidade atu iha audiências ho membros do Governo relaciona ho execução no mós Orçamento 2016 nian.

Kona-ba cartão ne'ebé ohin distinta Deputada foti no mós ohin distinta Deputada «Bilou-Mali» mós secunda tan, ne'e ami encaminha ona informação refere ba Ministra da Solidariedade Social, ita hein sira-nia resposta iha tempo badak.

Sr. Presidente, aproveita mós atu hatán ba preocupação distinta Deputada Florentina nian relaciona ho execução orçamento, liuliu iha ami nia gabinete ne'ebé excede hussi 700%, tanba iha categoria «Bens e Serviços», ba rubrica formação profissional, ami hetan orçamento no aloca 1000 USD ba formação profissional no mós iha assistência técnica 42 000 USD de'it. Maibé, ami la consegue halo recrutamento iha assistência técnica nian ba assessor jurídico, tanba ida-ne'e mak ami halo realocação ba formação profissional, e iha ami-nia técnico na'in-neen mak bá tuir formação iha Jogja iha semana ida nia laran. Tanba ne'e mak implica ba custo execução do orçamento, ho nune'e execução excede liu hussi 700% hussi total orçamento inicial ne'ebé 1000 USD de'it.

Ida-ne'e mak ami hakarak hato'o, Sr. Presidente.

Obrigada.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Secretária de Estado.

Ponto de ordem, Sr.^a Deputada «Bilou-Mali». Faça favor.

Sr.^a **Domingas Alves da Silva** «Bilou-Mali» (CNRT): — Obrigada, Sr. Presidente.

Ha'u halo ponto de ordem tanba hela minuto 5 de'it para 12 horas. Ita la preocupa ba ita-nia estado de saúde, mas ita preocupa liu mak ossan, e poupança. Tanba ne'e mak 12 horas ne'e tempo almoço nian, Sr. Presidente, ha'u hanoin depois ita continua fali iha 2 horas ou 3 horas loraik conforme Mesa

mak determina. Ita para ona tanba agora tempo descansa ba almoço nian, selae estraga ita-nia saúde, tanba ema barak mak sofre coração no estômago. Ita castigo an nafatin, ne'e hakarak buka saida?

Obrigada barak.

Sr. Presidente: — Obrigado Sr.^a Deputada.

Ha'u lakohi atu sai responsável por ataque cardíaco. Se realmente Ita-Boot sira sente katak ita bele continua ita-nia discussão iha lokraik, ne'e ha'u disponível hela.

Ha'u hanoin katak podia ita halo intervalo ida, depois mak tama filafali. Pelo menos to'o 1 hora é razoável ba ita atu almoço hora ida-ne'e. Ne'ebe, ita halo intervalo 15 minutos, depois ita filafali mai hodi continua fali ba período de ordem do dia ho ita-nia Sr.^a Presidente e Relator Comissão A nian.

Obrigado.

Intervalo 15 minutos e tuirmai hahú fali ho presidente ne'ebé hanessan mak dirige Mesa.

Boa tarde ba distintas Deputadas e distintos Deputados, ita hahú fali ita-nia reunião plenária. Hanessan ohin, antes intervalo, ha'u dehan tiha ona para convida Sr.^a Presidente no mós Sr. Relator da Comissão A atu apresenta relatório sobre Projeto de Lei ne'ebé iha.

Sr.^a Deputada Carmelita, nu'udar Presidente da Comissão A, faça favor.

Sr.^a Carmelita Caetano Moniz (CNRT): — Obrigada, Sr. Presidente, boa tarde ba Ita-Boot no colega Deputado sira hotu.

Desculpa ohin ha'u haluha tiha atu halo ponto de ordem atu hato'o katak Ministro da Justiça, neste momento, la iha Timor ou la iha fatin, e nia bá halo visita iha estrangeiro tanba Terceira Alteração ba Lei Advocacia Privada, ne'e ita precisa tebes atu Ministro da Justiça mai hodi halo explicação técnica ruma kona-ba advogado sira-nia trabalho, lala'ok e condições, ikus liu ba prestação de serviço advocacia nian iha Timor-Leste. Tanba iha Projeto de Lei ne'e rassik iha proposta alteração balu ne'ebé hussu atu advogado balu ne'ebé pratica ona nia serviço ne'e mais de nove meses, ne'e la precisa tuir formação. Então, ba ida-ne'e mak ita precisa tebes explicação hussi Ministro da Justiça kona-ba questão técnica advocacia nian, mesmo que ida-ne'e projeto de alteração, ne'ebé nia proposta la'ós mai hussi Governo, mas mai hussi Srs. Deputado sira, e inclui hanessan proponente ida mak Sr. Deputado Aniceto ne'ebé nu'udar membro Comissão A rassik.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Tuirmai, ponto de ordem hussi Sr. Deputado Joaquim dos Santos, depois mak Sr. Deputado Antoninho Bianco. Faça favor.

Sr. Joaquim dos Santos (FRETILIN): — Obrigado, Sr. Presidente.

Ha'u hanoin kona-ba agenda ida-ne'e, ne'e la precisa Ministro mai porque ne'e aprovação final global.

Obrigado.

Hamnassa hussi Sr. Deputado sira.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado.

Tuirmai, Sr. Deputado Bianco. Faça favor.

Sr. Antoninho Bianco (FRETILIN): — Obrigado, Sr. Presidente.

Ha'u hanoin ba projeto de lei, normalmente ne'e iniciativa própria hussi Parlamento. Ne'e significa katak Ministro bele mai e bele la mai porque ele não é o autor. Os autores são os próprios Deputados, por isso quem vai defender o projeto são os autores. Então, para a próxima, podemos aprovar na generalidade. E para ouvir mais outras pessoas eminentes ou o Ministro, também pode, mas isto é na especialidade. Para mim, não podemos perder tempo e energia a aguardar a chegada de S. Ex.^a o Ministro que estava a viajar, é melhor aproveitarmos este tempo para discutir a questão de princípio e aprovar na generalidade.

Ha'u hanoin, Sr. Presidente, ita hein kleur tanba decisão plenária nian, ne'ebe ita tem que hein. Agora estamos a sofrer é para decidir alguma coisa, não é depois de sofrer retirarmos sem uma decisão. Por isso, é melhor avançarmos para discutir na generalidade e votar. Aquele debate na especialidade fica para outro dia, depois da chegada de S. Ex.^a o Ministro que tutela o assunto que estamos a discutir.

Obrigado.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Arão Noé, nu'udar Vice-Presidente Comissão A, faça favor.

Sr. Arão Noé de Jesus Amaral (CNRT): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sim, sugestão ne'e pertinente, mas tuir Regimento, quando ba projeto de lei, ne'e proponente mak sei defende no apresenta nia projeto ne'e iha generalidade.

Agora, kona-ba presença Ministro nian, ha'u hanoin ne'e bele iha razão em relação da matéria. Ha'u nia sugestão, tanba agora quase 1 hora ona, relatório ne'e iha 18 páginas, se lê hotu, ne'e bele bessik ba 2 horas, se ita continua discute, ba ami sira ne'ebé moras, ami ta'uk tanba bele patina. Tan ida-ne'e mak ha'u hussu, se bele, ita cumpre hora normal tanba 12h30 ona, nune'e ita suspende, orsida 2 horas e tal ou 3 horas mak ita fila fali mai. Ne'e depois de almoço mak di'ak liu para ita discute ho seriedade, tanba Projeto de Lei ne'e iha buat barak ne'ebé precisa discute ho kle'an liu em relação de matéria tanba iha mós mudança balu ne'ebé iha relatório ne'e ami cita tiha ona. Mas, ha'u sugere, di'ak liu ita bá almoço tiha, depois mak ita mai discute, ne'e mak seguro liu.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, realmente bessik 1 hora ona, se hakarak atu ita discute iha orsida lokraik, 3 horas, ne'e se la iha oposição ita bele discute iha horas ne'e.

Sobre intervenções ohin dadeer ne'e, iha posição oioin relativamente às iniciativas legislativas ne'ebé mai hussi sociedade civil ka ONG, nomeadamente alteração ba Lei Pensão Mensal Vitalícia no mós sira seluk, ha'u hanoin importante mak ita nu'udar órgão de soberania ne'ebé diretamente eleito pelo povo, ne'e ita mak representa povo, la'ós fali ONG ka jornalistas. Ne'e ita rona ema hotu, rona ema hotu! Maibé, decisão final iha ita-nia liman no ita haree ba interesse nacional. Ita tetu em cada momento ba ita-nia responsabilidade atu reforça ita-nia Estado, defende ita-nia soberania no ita-nia independência nacional. Agora, ita tem que atenção, hanessan ita ko'alia tiha ona, iniciativas ka pressões ne'ebé iha, ne'e ita tem que haree didi'ak, tanba ita consegue resolve ona, numa forma que ita hotu la hakarak, sobre instabilidade e insegurança ne'ebé iha. Mas, sei iha interesses ne'ebé la'ós Timor nian ne'ebé hakarak atu continua nafatin hodi desestabiliza, cria insegurança, e ne'e usa ita-nia ema rassik, tanba ne'e mak ita tem que atenção.

Horissehik ha'u rona Sr. Deputado Joaquim dos Santos ko'alia sobre apoios internacionais ne'ebé fó ba Provedor de Direitos Humanos e Justiça no buat sira-ne'e, nia rassik dehan katak ita aceita apoio sira-ne'e, mas la'ós atu ema ne'ebé fó apoio ne'e controla fali ita. Ne'e ita tem que atenção tebetebes tanba ita resolve tiha ona problema ida ba interesse ne'ebé la'ós Timor nian, agora sei hatama fali tan problemas para ita iha nafatin instabilidade, insegurança, e ne'e usa ita-nia ema rassik. Ne'e mak ha'u hussu barak para ita rona ema hotu, mas decisão final ne'e ita mak foti. Ita mak representante povo, ita mak eleitos diretamente pelo povo, ne'ebe ita la aceita pressões, nem económicas, nem jornalísticas, nem ne'ebé-ne'ebé de'it, muito menos pressões estrangeiras, e ita hala'o buat ne'ebé ita tem que halo para defende ita-nia Rain. Ida-ne'e mak ha'u hakarak atu fó-sai tanba ita tem que preparado. Ataques ba membros de órgão de soberania ne'e la'ós mai naranaran de'it, maibé ne'e iha objetivos que é, no

fundo, a decapitação da liderança timorense, principalmente, liderança histórica ne'ebé ita hatene katak mate ka moris defende Rain ida-ne'e nia direito.

Para concluir, ita simu ideias hussi ne'ebé-ne'ebé de'it, maibé última palavra, ita nu'udar representantes do povo, ne'ebé eleitos pelo povo mak sei decide. Ne'ebe, 3 horas mak ita iha-ne'e fali para haree no discute Projeto de Lei ne'e. Ita suspende lai discussão ne'e e ha'u declara taka sessão plenária dadeer nian.

Muito obrigado.

Horas hatudu tuku 12 liu minuto 48.

Presidente ne'ebé hanessian, Sr. Vicente da Silva Guterres, mak retoma fali sessão plenária ne'e.

Boa tarde distintas Deputadas e distintos Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras, ita tarde uitoan, mas ita bele hahú. Ha'u declara reaberta fali sessão plenária ohin nian.

Horas hatudu tuku 3 liu minuto 37 lokraik.

Hussu ba bancada parlamentar sira, se bele, comunica ho membros Deputados bancada ida-idak nian para bele preenche fatin ne'ebé iha-ne'e. Ha'u convida Sr.^a Presidente ho Relator atu mai apresenta relatório e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 7/III (3ª) – Terceira Alteração à Lei n.º 11/2008, de 30 de Julho (Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados).

Façam favor, Sr.^a Presidente ho Sr. Relator.

Presidente da Comissão A, Sr.^a Deputada Carmelita Caetano Moniz, no Relator, Sr. Deputado Arão Noé Amaral, hakat ba hola fatin iha oin hodi hahú apresentação.

Sr.^a **Carmelita Caetano Moniz** (CNRT): — Obrigada, Sr. Presidente, boa tarde ba Ita-Boot, Sr.^a Secretária do Parlamento Nacional, Sr.^a e Sr. Deputado sira hotu.

Comissão consegue hala'o duni audiência pública ba terceira alteração ba Lei n.º 11/2008, de 30 de Julho (Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados) ne'ebé hatama hussi maluk Deputado sira no sai ona nu'udar Projeto de Lei. Iha-ne'e iha bancada rua mak hatama Projeto de Lei ne'e: Bancada FRETILIN ho Bancada PD. Mesmo que hanessian ohin iha ita-nia concordância katak la iha Ministro da Justiça, maibé ita iha nafatin dever atu halo discussão ba Projeto de Lei ida-ne'e. Ami espera katak orsida, se Sr. Deputado sira hussu explicação, Sr. Deputado proponente sira bele halo explicação didi'ak kona-ba Terceira Alteração ba Lei Regime Jurídico da Advocacia Privada ida-ne'e para ita bele iha decisão ba debate generalidade.

Ho autorização Sr. Presidente nian, ha'u fô kedas ba Sr. Deputado Arão nu'udar Relator atu halo leitura ba relatório e parecer hussi Comissão A.

Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Relator.

Sr. Arão Noé de Jesus Amaral (CNRT): — Obrigado ba tempo ne'ebé fô mai ha'u.

Boa tarde ba hotu-hotu.

Relatório e parecer Projeto de Lei n.º 7/III (3ª) – Terceira Alteração à Lei n.º 11/2008, de 30 de Julho (Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados).

«I. Introdução

I.1 - Anúncio da entrada do Projeto de Lei n.º 7/III (3ª) e baixa à Comissão A.

O Projeto de Lei n.º 7/III (3ª) – Terceira Alteração à Lei n.º 11/2008, de 30 de Julho (Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados), foi apresentado pelos Deputados, sendo que quatro da bancada parlamentar da FRETILIN e outro pertencente à bancada parlamentar do PD, ao Parlamento Nacional (PN) no dia 26/01/2015. Deu entrada na Mesa no dia 26/01/2015, foi admitido pelo Presidente do PN, no dia 13/02/2015, que o anunciou na Plenária e o mandou baixar à Comissão A no mesmo dia 13/02/2015, para elaboração de relatório e parecer, nos termos do disposto no artigo 101º do Regimento do Parlamento Nacional.

I.2 - Designação do relator.

Foi designado relator o Sr. Deputado Arão Noé de Jesus da Costa Amaral.

I.3 – Os trabalhos da Comissão.

Nos termos dos artigos 163.º e 164.º do Regimento do PN, compete às comissões especializadas permanentes a elaboração de um parecer setorial, para cujo fim as comissões podem convocar reuniões que julgarem necessárias com a participação dos membros do governo, sem prejuízo do exercício das competências previstas no artigo 35.º do Regimento do Parlamento Nacional, onde se incluem as de realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e convocar titulares de órgãos da Administração Pública. Neste particular, a Comissão A, ainda antes das audiências públicas, realizou, no dia 23 de fevereiro de 2015, uma visita de trabalho ao Centro de Formação Jurídica onde se encontrou com a Diretora do Centro para se inteirar do andamento da formação dos advogados, das sucessivas vagas de formação levadas a cabo, dos desafios enfrentados e perspetivas para o futuro. Na mesma data a Comissão visitou o Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia (CGDA) e contactou a Dra. Liliana, formadora no Centro e que colabora ainda na administração do CGDA, para se inteirar do processo de acreditação dos advogados. A Comissão teve ainda um encontro de trabalho, no dia 24 de fevereiro de 2015, com o Presidente do Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia, Dr. Nelinho Vital. Ainda como preparação para as audiências públicas, foi feito um *briefing* aos

Deputados a respeito das soluções propostas pelo PjL (Projeto de Lei), assim como das alterações introduzidas anteriormente, para um melhor enquadramento das soluções apresentadas pelo PjL e sua comparação com as alterações anteriores.

1.4. Audiências Públicas.

Nos termos dos artigos 79.º e 80.º do Regimento do PN, compete às comissões especializadas permanentes realizar audiência públicas, para cujo fim podem convocar reuniões que julgarem necessárias com a participação de entidades públicas e da sociedade civil para discutir matérias legislativa em apreciação pela comissão, com vista à elaboração do relatório parecer a que se refere o artigo 103.º do Regimento do PN.

Das audiências públicas resultou, em resumo, o seguinte:

O Ministério da Justiça foi de parecer contrário às alterações propostas pelo PjL, por razões várias, nomeadamente porque estaria para breve a aprovação em Conselho de Ministros da proposta de lei sobre a criação da Ordem dos Advogados, e essa lei irá revogar todo o Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados. Então se o próprio Regime tem os dias contados, porquê perder tempo com a sua alteração? Questionou o Ministério da Justiça. Para o Ministério da Justiça, alterar o Regime neste momento, seria um exercício inútil e uma desnecessária perda de tempo. O Ministério da Justiça, para além de ter manifestado nas audiências ser contra as alterações propostas, apresentou o seu parecer escrito, com a seguinte conclusão:

a) A proposta da terceira alteração à Lei nº 11/2008 e as soluções que introduz não colhem o nosso favor técnico nem os fundamentos apresentados merecem a nossa simpatia ou acordo;

b) A proposta apresentada não observa as regras de legística formal e material, apresentando as matérias novas em locais sistemáticos errados;

c) As alterações propostas assentam num entendimento errado e confuso sobre o que é o regime jurídico aplicável aos advogados e as normas por que se deve reger a inscrição como advogado, e a natureza do regime transitório que, apenas visa regular as situações existentes aquando da entrada em vigor da lei e já não aquelas que foram criando por força da entrada em vigor da lei;

d) Não podemos aceitar que o requisito da formação possa ser ultrapassado com base no número de anos de prática forense, sabendo de antemão que a formação de base dos advogados é, em geral, fraca e elementar, nunca sendo demais o seu reforço;

e) As regras deontológicas são essenciais ao bom desempenho da advocacia e só garantindo o seu ensino em sede de formação inicial dos advogados, se dará eco ao comando constitucional constante do artigo 135.º, onde, depois de enunciar que o exercício da advocacia é de interesse social, determina que a função principal dos advogados é contribuir para a boa administração da justiça e para a salvaguarda dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos;

f) A proposta apresentada é atentatória do princípio da igualdade, já que com a dispensa de um requisito essencial para a inscrição como advogado, a formação beneficia um grupo muito reduzido de advogados em detrimento da maioria dos advogados que se aprontou, de imediato, a fazer a formação respetiva;

g) Os objetivos principais do regime jurídico de 2008 mantêm-se inteiramente válidos, nomeadamente, garantir a qualidade e a preparação dos advogados privados, de forma a poderem representar adequadamente os interesses dos cidadãos que necessitem do seu patrocínio, designadamente para a proteção dos seus direitos, liberdades e garantias;

h) O prazo estatuído pelo artigo 68.º integra um regime de transição que, como tal, não deve ser estendido no tempo indefinidamente, cada vez que se aproxima o seu termo, salvo fundamento excecional;

i) Como se demonstrou já, o alargamento do prazo apenas irá beneficiar meia dúzia de advogados que, por uma razão ou outra, não realizaram a formação prevista na lei, não nos parecendo razão bastante para estender um regime de natureza transitória;

j) Salvo melhor opinião, as soluções apresentadas configuram um retrocesso nas regras de acesso ao exercício da profissão de advogado, ao preverem a possibilidade de alguns advogados poderem aceder ao estatuto profissional de advogado sem passarem pelo crivo da formação, suprimindo-se uma nora essencial do acesso à carreira.

Foi também ouvida uma Associação dos Advogados de Timor Lorosae que se manifestou a favor das alterações trazidas pelo PJJ. Essa Associação apresentou uma proposta por escrito à Comissão com o objetivo de melhorar o texto da lei. As alterações propostas foram:

a) No artigo 5.º, sobre o objetivo da formação, a seguinte redação: “O plano curricular do curso será definido considerando o parecer de uma comissão constituída para o efeito que represente a Associação dos Advogados de Timor Leste que estejam a exercer a profissão em Timor-Leste”;

b) No artigo 57.º a propósito do Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia, o número 5 com a seguinte redação: “O Presidente do Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia é eleito de entre os membros nomeados pela Associação de Advogados de Timor-Leste”;

c) No artigo 68.º a respeito do período transitório, no seu número 1 alínea a) “Ter praticado em Timor-Leste atos próprios dos advogados até 31 de dezembro de 2015”.

O Centro de Formação Jurídica, ouvido na audiência pública, relatou a propósito das formações levadas a cabo pelo Centro, estando em preparação o 5.º curso e na fase final do 4.º curso, tendo o Centro formado até agora um total de 72 advogados, conforme se discrimina:

- 1.º curso, 2010 a 2012 : 14 inscritos e 7 formados
- 2.º curso, 2011 a 2013 : 40 inscritos e 33 formados
- 3.º curso, 2012 a 2014 : 36 inscritos e 32 formados

- 4.º curso 2014 a 2016 : 28 inscritos em formação

O Centro de Formação Jurídica (CFJ) mostrou-se favorável à formação em período pós-laboral desde que se criem condições para tal que, neste momento, não existem, nem em termos de recursos financeiros, nem em termos de recursos humanos.

O Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia, ouvido em audiências públicas mostrou reservas em relação às alterações que se pretende introduzir com o Projeto de Lei (PJL) e submeteu o seu parecer escrito onde questiona a bondade das soluções propostas, tanto na exigência que se quer fazer aos advogados estrangeiros em parceria com advogados timorenses com menos de 5 anos de experiência, de apresentarem planos de formação para esses parceiros, como sendo uma contradição ao princípio da igualdade das partes num contrato que se quer entre partes com o mesmo estatuto e dignidade, passando pela proposta da criação de uma comissão representativa de advogados timorenses para participarem na definição do plano curricular da formação dos advogados, como sendo uma medida que contraria a lei que acomete ao CGDA a representação e a gestão da advocacia até à criação da futura Ordem dos Advogados; bem como à proposta de dispensar do estágio ou da frequência de certas disciplinas a juristas com mais de 9 meses de experiência, como sendo medida perigosa já que a experiência demonstrou que juristas com vários anos de experiência, submetidos às provas de acesso, não passaram, pelo que com essa alteração que se pretende introduzir, esses juristas poderiam inscrever-se definitivamente quando nem no teste de admissão conseguiram passar. De qualquer forma, o CGDA vem com uma proposta inovadora que vai no sentido de dispensar da frequência do curso, quem, depois de frequentar o curso na sua fase teórica, tenha falhado no exame final de agregação, porque, segundo o CGDA, esses formandos não devem ser obrigados a frequentar nova fase teórica, bastando que se submetam a nova prova de agregação para que, caso tenham sucesso, sejam inscritos definitivamente.

Nessa audiência também opinou o Dr. José Pedro Camões, advogado e membro do Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia, que se mostrou contra as alterações trazidas pelo PJL porque, segundo ele, representariam uma injustiça para com os outros advogados timorenses, também com mais de 5 anos de experiência, mas que cumpriram a lei, submeteram-se a provas de acesso à formação e realizaram a sua formação com toda a carga de sacrifício que isso representou para esses advogados.

II. Análise do conteúdo do PJL

1- As alterações introduzidas

O PJL que nos foi dado ver pretende introduzir uma alteração na ordem jurídica, mais concretamente ao Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados, Lei n.º 11/2008 visando o seguinte:

a) A obrigação dos advogados estrangeiros que exercem a sua profissão em Timor-Leste em conjunto com advogados timorenses de submeter propostas de planos para a formação profissional das contrapartes timorenses, quando as contrapartes timorenses tiverem menos de 5 anos de experiência profissional;

b) A desnecessidade de prestação de provas, ou frequência de curso para advogados de nacionalidade timorense que tenham mais de 5 anos de profissão, para obterem a acreditação definitiva na profissão;

c) A criação de uma comissão *ad hoc* constituída por advogados timorenses que estejam a exercer a profissão no terreno, provenientes tanto do sistema civilista como do sistema de *common law*, para cooperarem na definição do plano curricular do curso de formação dos advogados;

d) A frequência do curso em regime pós-laboral para os advogados que já estejam a exercer a sua profissão em Timor-Leste ou frequência do curso em horário laboral mas concentrando as disciplinas pendentes no mais curto período de tempo possível, ficando o período do curso e da carga horária dependentes das equivalências que forem concedidas por terem mais de 9 meses de experiência;

e) A dispensa de fase prática do estágio para advogado que tenha mais de 9 meses de experiência;

f) A eventualidade de dispensa de frequência de algumas ou de todas as disciplinas ministradas durante a fase teórica para advogados que tenham mais de 9 meses de experiência;

g) Prorrogação do prazo do período transitório para o exercício da advocacia, independentemente do cumprimento dos requisitos exigidos na lei, até 31 de dezembro de 2017 para licenciados em direito que se inscrevam no Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia, e tenham praticado atos próprios de advogados até 31 de dezembro de 2012.

2 – Uma tomada de posição sobre cada uma das alterações:

1 – Da obrigação de advogados estrangeiros com contrapartes timorenses com menos de 5 anos de experiência de proporem planos de formação das contrapartes ao Conselho de Gestão e Disciplina e da Advocacia:

Na Segunda alteração à Lei nº 11/2008, operada pela Lei nº 1/2013, ficou previsto que os advogados estrangeiros que quisessem estabelecer-se em Timor-Leste e aqui exercerem a sua profissão, não o podiam fazer sozinhos, isto é, desacompanhados de contrapartes timorenses. Tinham que trabalhar em conjunto com um timorense e os honorários deviam ser negociados em conjunto. O exercício de advocacia por parte de advogados estrangeiros desacompanhados de contrapartes timorenses apenas seria permitido para casos de exercício esporádico de advocacia, previsto no artigo 70.º da referida lei. Nesses casos de exercício esporádico de advocacia por parte de advogados estrangeiros, não se exige que estes estejam inscritos no Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia em Timor, ou na Ordem dos Advogados quando houver, nem que tenham que ser acompanhados de advogados timorenses. Em contrapartida, exige-se apenas que devam comunicar à

entidade que tenha a direção do acto ou do processo e junto do Conselho de Gestão e Disciplina na Advocacia que o seu constituinte prefere ser representado ou assistido por ele. De qualquer forma, esses advogados não podem assumir o patrocínio de mais do que 4 casos por ano.

Pelo contrário, para os advogados estrangeiros exige-se que só atuem em conjunto com advogados timorenses e os honorários sejam negociados por ambos. Porque existe essa imposição legal de uma atuação conjunta entre advogado estrangeiro e nacional, e porque se prevê que advogados nacionais com mais de 5 anos de experiência tenham acreditação imediata, com dispensa de qualquer prestação de provas onde teriam que demonstrar conhecimentos do ordenamento jurídico timorense e de uma das línguas oficiais, e ainda porque a formação ou a prestação de provas ficaria circunscrita aos advogados timorenses com menos de 5 anos de experiência, vem o PJI agora prever que sejam os escritórios desses advogados estrangeiros sediados em Timor-Leste que tenham parceria com advogados timorenses com menos de cinco anos de experiência a submeter propostas de planos para a formação e de desenvolvimento da carreira profissional desses novos advogados ao Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia, ou quando passar a existir, à Ordem dos Advogados. É uma forma de responsabilização dos advogados estrangeiros pela formação e desenvolvimento da carreira profissional dos advogados nacionais com quem tenham estabelecido relações de parceria, relações estas impostas por lei. É evidente que essa obrigação imposta aos advogados estrangeiros de tomarem esse encargo com a formação e desenvolvimento da carreira profissional de advogados timorenses apenas existe quando os advogados estrangeiros tenham estabelecido parcerias com advogados nacionais com menos de 5 anos de experiência. Caso essa parceria seja estabelecida com advogados timorenses com mais de 5 anos de experiência, pressupõe-se que esses advogados já se tenham acreditado definitivamente por força deste mesmo diploma e não precisem de planos de formação e de desenvolvimento da sua carreira profissional. Este aditamento que se pretende fazer não nos parece contudo aceitável nem recomendável como algo que possa ser útil à carreira profissional dos jovens advogados timorenses. Efetivamente, se um escritório de advogados estrangeiros já assentou arraias em Timor-Leste e, para cumprir as exigências legais, tiver já contratado ou feito parcerias com jovens advogados timorenses, mesmo se esses advogados timorenses tiverem pouca experiência, para todos os efeitos, são parceiros numa relação contratual entre partes iguais. Obrigar o parceiro, advogado estrangeiro a proporcionar formação ao timorense, é negar o carácter de igualdade àquilo que deve ser colocado em pé de igualdade e passar um atestado de minoridade ao parceiro timorense. Por causa dessa mensagem negativa que se pode depreender da alteração que se pretende introduzir, não podemos ser favoráveis à alteração apresentada pelo projeto da lei.

2 – Da dispensa de formação ou prestação de provas para advogados timorenses com mais de cinco anos de experiência:

De todas as alterações propostas, esta é porventura a mais importante. Isto porque a dispensa de formação ou da prestação de provas para candidatos a advogados representa uma rutura com toda a filosofia que esteve na origem do Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados. Na verdade, na base da feitura da lei está a obrigação de todos os profissionais do foro que queiram exercer a sua profissão em Timor-Leste se registarem no Centro de Formação Jurídica até à entrada em funções da Ordem dos Advogados. E para se inscrever no Centro de Formação Jurídica é preciso, de entre outros requisitos:

- Possuir conhecimento do ordenamento jurídico vigente em Timor-Leste;
- Possuir domínio escrito e falado, de pelo menos, uma das línguas oficiais.

E para se aquilatar do preenchimento desses requisitos, a lei atribui ao Centro de Formação Jurídica o poder para a realização de cursos e a organização de prestação pública de provas para o efeito preparadas pelo Conselho Pedagógico do CFJ e nelas obter aprovação — artigo 2.º n.º 7 da Lei n.º 11/2008. Por aí se pode ver que o Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados estabelece como requisito essencial e incontornável para o exercício da advocacia em Timor-Leste:

- A frequência do curso organizado pelo Centro de Formação Jurídica com aproveitamento;
- A comprovação de habilitação para o exercício da advocacia em Timor-Leste, o que pressupõe o conhecimento do ordenamento jurídico vigente em Timor-Leste e o domínio escrito e falado de, pelo menos, uma das línguas oficiais, sendo que essa comprovação é feita pela prestação pública de provas para o efeito e organizada pelo Conselho Pedagógico do Centro de Formação Jurídica e a respetiva aprovação.

Com a mudança que ora se pretende introduzir, a lei virá dizer que, desde que um advogado timorense tenha mais de 5 anos de experiência na profissão, estará automaticamente dispensado da prestação de provas para demonstrar que possui conhecimento do ordenamento jurídico vigente em Timor-Leste e o domínio escrito e falado de, pelo menos, uma das línguas oficiais. As razões que estão na base dessa mudança radical na filosofia inicial da lei encontram-se na nota explicativa do projeto onde se pode ler que... “acresce que não fará grande sentido que os profissionais que exercem atos próprios dos advogados há mais de cinco anos tenham de se submeter a um curso de formação quando são eles próprios que certamente têm muito para ensinar...”. Assim, ao contrário do entendimento inicial que se podia extrair da lei de que todos tinham que passar pelo crivo da prestação pública de provas no Centro de Formação Jurídica para a comprovação de conhecimentos do ordenamento jurídico em vigor em Timor-Leste e de uma das línguas oficiais, o projeto de Lei entende que é de dispensar a prestação pública de provas para demonstração de conhecimentos quando o advogado já exerce sua profissão em Timor-Leste ou noutra país por mais de 5 anos. Apesar de entendermos que advogados com largos anos de experiência se sintam humilhados caso sejam

obrigados a prestar provas para demonstrarem conhecimentos, temos que entender também que, dispensar esses advogados da prestação de provas, quando outros colegas, também com largos anos de experiência, já se submeteram a provas assim como já frequentaram o curso com toda a carga de sacrifício que isso representa, é uma discriminação e uma injustiça para com aqueles advogados que cumpriram as exigências da lei, prestaram provas e frequentaram o curso de formação com sucesso ou não. Por passar uma mensagem negativa de um Estado, como que estando a mudar de política ao sabor das conveniências, não podemos ser favoráveis a essa alteração proposta.

Da análise do projeto da lei fica-se ainda sem saber como é que os advogados timorenses com mais de 5 anos de experiência em advocacia em Timor-Leste ou no estrangeiro fariam a prova dessa experiência para obterem a acreditação definitiva junto do Conselho de Disciplina e Gestão da Advocacia, ou da Ordem dos Advogados quando houver. Para colmatar essa lacuna poder-se-ia sugerir que em sede de discussão na especialidade fosse aditado mais um número ao artigo 2.º onde se dissesse que para fazer prova dos 5 anos de experiência o advogado deveria apresentar peças processuais por ele elaboradas de há 5 anos a esta parte. Entretanto, tendo em conta o que se disse atrás sobre a injustiça que representa essa inovação para os cidadãos timorenses, advogados com largos anos de experiência que já frequentaram o curso, essa alteração deve ser pura e simplesmente rejeitada por inoportuna, injusta e discriminatória.

3 – Da criação de uma comissão *ad hoc* constituída por advogados timorenses para apoiar na definição do plano curricular de formação dos advogados:

Outra inovação trazida pelo projeto da lei é a possibilidade que se pretende abrir a advogados timorenses em exercício de funções em Timor-Leste, de contribuírem com sua experiência na definição do plano curricular do curso de formação dos colegas formandos. Se tomarmos em consideração que esses advogados já terão passado pela fase de formação e possuem ainda experiência no terreno ao lidar com casos concretos, podemos concluir que em relação a eles se pode dizer que já aliaram a teoria recebida na formação ministrada no Centro de Formação Jurídica à prática, e eles, mais do que ninguém, estariam melhor preparados para saber onde residem os pontos fortes e fracos da formação que receberam e que estão a colocar em prática. Sendo assim, esses advogados poderiam de facto, dar um contributo valioso na preparação do plano curricular dos novos formandos. Saberiam com certeza indicar as falhas do sistema e ajudar na sua correção e saberão ainda apontar os pontos fortes do plano curricular do curso para incentivar na continuação das boas práticas. Contudo, tendo em conta que, na ausência de uma Ordem dos Advogados que abranja todos os profissionais da advocacia, e porque não existe oficialmente uma Associação dos Advogados, mas sim a possibilidade de existência de várias associações, dado o princípio constitucional da liberdade de associação, somos de parecer que essa alteração não poderá ser aceite. Na verdade, não se pode dizer que haja uma Associação de Advogados para servir de interlocutor com o Centro de Formação Jurídica e ajudar no

tal plano curricular, mas sim a possibilidade de várias associações o poderem fazer. Sem um interlocutor certo por manifesta impossibilidade de congregar todos os advogados à volta de uma associação, não se pode aceitar mais esta inovação trazida pelo projeto da lei.

4 – Do horário pós-laboral para a formação de advogados que estejam no exercício da profissão e o ajustamento da carga horária do formando com as necessidades do caso concreto tendo em conta as equivalências eventualmente conseguidas:

Uma outra inovação trazida pelo projeto de lei tem a ver com o facto de a formação ministrada pelo Centro de Formação Jurídica poder ser em horário pós-laboral para formandos já a exercer advocacia. Isto para permitir que os formandos não deixem vazios os seus escritórios e desacompanhados os seus constituintes. Os formandos continuariam a dar assistência legal aos seus clientes no horário normal de trabalho e, depois do trabalho, dirigir-se-iam ao Centro de Formação Jurídica para receberem a sua formação. É mais uma inovação que se pretende na lei que julgamos ser de se repelir. Desta vez por a matéria não ter a necessária dignidade para constar de uma lei da advocacia. Efetivamente julgamos que a criação de cursos de superação profissional ou de formação profissional em horário pós-laboral numa escola de formação profissional para advogados não deve constar de uma lei para os advogados, mas sim da orgânica da escola e das disponibilidades da escola poder arcar com a responsabilidade de proporcionar formação aos seus formandos, tanto em regime de horário laboral, como no horário pós-laboral. No caso concreto do projeto de lei, o preâmbulo ou a exposição de motivos são omissos em relação a estudos que possam ter sido feitos que apontem para a necessidade de criação de um curso em horário pós-laboral. Era interessante saber se existe um número de formandos para novos advogados que já trabalham que justifique uma turma com horário pós-laboral. E a haver um número suficiente de formandos, se existem formadores em quantidade suficiente para ministrar essa formação noturna. Na ausência de estudos prévios que nos elucidem quer da quantidade de formandos que possam preencher uma turma de formação noturna, quer de disponibilidade em termos de formadores, somos pela rejeição dessa inovação que além do mais não está suficientemente justificada. A somar a essa falta de justificação da necessidade de cursos noturnos vem o facto dessa questão poder ser resolvida pela própria escola quando ela sentir essa necessidade e estiver apetrechada com meios materiais e humanos para o funcionamento de um curso de formação de advogados em regime pós-laboral.

5 – Da dispensa do estágio para formandos com mais de 9 meses de experiência no exercício da advocacia/Dispensa de frequência de algumas ou de todas as disciplinas ministradas na fase teórica para formandos com mais de 9 meses de experiência na advocacia:

É mais uma inovação que se pretende introduzir no diploma. Sabido é que a formação dos novos advogados comporta duas fases, sendo a fase teórica que decorre durante 15 meses e fase prática com a duração de 9 meses. Esse PJP quer dispensar da fase prática aqueles que já advogam há mais de 9

meses ou mesmo dispensar de algumas ou de todas as disciplinas da fase teórica, esses formandos com pelo menos 9 meses de experiência. O PJJ parte do pressuposto que, uma vez que um formando já vem exercendo advocacia por mais de 9 meses, já possui os conhecimentos básicos que lhe seriam transmitidos durante os 9 meses de estágio e, quiçá, na fase teórica também. Então, que se lhe dispense a fase do estágio ou mesmo de algumas ou de todas as disciplinas ministradas na fase teórica. Quanto a esta parte, temos duas considerações a tecer: a primeira é que uma norma desse teor pode vir a ser letra morta, porque é provável que não haja ninguém nas condições previstas nas leis, isto é com 9 meses de prática de advocacia. Na verdade, desde que foi publicada a Lei de formação dos advogados em 2008, não é possível praticar advocacia a não ser cumprindo os requisitos que a Lei n.º 11/2008 exige, o que implica a inscrição provisória no Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia e a frequência do curso para a acreditação definitiva. Desde a publicação dessa Lei, os tribunais apenas admitiram a atuação nos tribunais de advogados que constassem de uma lista de pessoas formadas no CFJ ou inscritas provisoriamente beneficiando do regime transitório do artigo 68.º. Não vemos como é que possa haver advogados a exercer com 9 meses ou mais e que possam ser abrangidos por essa medida. Todos os que advogam, ou frequentaram a formação com sucesso, ou estão inscritos provisoriamente beneficiando do regime transitório. E esses teriam mais de 5 anos de prática o que seria abrangido pela previsão de acreditação definitiva imediata prevista também no PJJ. Então, onde cabem os que estão a advogar há mais de 9 meses, se desde 2008 não se permite a prática de advocacia sem formação? Daí que entendamos que tal disposição inserta no PJJ, a passar, não teria campo de aplicação. Seria letra morta. Por outro lado, há que convir que 9 meses de prática de advocacia não deve ser motivo, nem de perto, nem de longe, para se dispensar da fase prática ou para se obter equivalências em termos de disciplinas ministradas na fase teórica. Somos de entendimento que 9 meses de prática de advocacia podem não ser suficientes para a aquisição dos conhecimentos que se pretende transmitir durante os 9 meses de estágio e não pode ainda substituir a formação teórica de algumas ou de todas as disciplinas ministradas na fase teórica. Temos que ter em consideração as condições atuais de funcionamento dos tribunais, mormente no campo cível com acentuados atrasos no andamento dos processos e grande dificuldade dos judiciários em darem adequado andamento aos processos. Só para dar um exemplo: Entre a instauração de uma providência cautelar no tribunal com a entrada do requerimento inicial na secretaria e o deferimento ou indeferimento da providência podem decorrer mais de 2 anos quando o Código de Processo Civil manda que o procedimento cautelar seja resolvido no prazo máximo de 45 dias. Em nove meses, uma petição inicial num processo declarativo comum pode ainda não ter o primeiro despacho de citação, aperfeiçoamento ou indeferimento liminar. Então, sem um despacho do juiz que poderá até ser de indeferimento liminar porque o pedido enferma de vícios graves que comprometem o seu andamento, e sem um fim à vista para o processo entretanto iniciado, ficamos sem saber se o advogado que

intentou a ação adquiriu alguma experiência com a ação por ele instaurado. Se se quer dar algum valor aos nove meses de experiência, teríamos de focar não no tempo decorrido desde que o candidato a advogado começou a praticar algum acto próprio de advogado, mas sim, nos atos próprios efetivamente praticados. Então, teríamos de ver as petições iniciais que elaborou, uma contestação que terá feito, umas alegações de recurso preparadas e apresentadas. Parece-nos então que a alteração que se quer introduzir não deverá ser aceite. Conhecidas que são as lamentações do judiciário quanto às dificuldades sentidas no trato diário com os novos advogados que passaram já pela formação do Centro de Formação na fase teórica e prática, não nos parece aconselhável aceitar que jovens juristas que acabaram de sair de uma Faculdade de Direito e tenham começado a advogar, sem qualquer formação específica na área da advocacia, possam ser dispensados de frequentar o estágio só porque já estão a advogar há 9 meses. Se se quer imprimir alguma qualidade na prestação de trabalho dos profissionais do foro, há que exigir que passem pela formação, na sua fase teórica e prática, mesmo que porventura já tenham alguma experiência nas lides judiciais. E convenhamos que 9 meses de prática de advocacia em Timor-Leste não permite nem de perto nem de longe ao candidato a advocacia abarcar o vasto campo de atuação de um advogado. Por esta razão, a inovação que se quer introduzir não deve prosperar.

6 — Da extensão do período transitório para até 31 de dezembro de 2017: Uma outra alteração que se pretende introduzir ao diploma é permitir que provisoriamente os advogados que ainda não se submeteram às provas ou à formação ministrada pelo CFJ para a inscrição definitiva no Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia possam continuar a exercer sua profissão, até 31 de dezembro de 2017, com uma inscrição provisória que depois será transformada em definitiva depois de seguir uma formação com sucesso. Sobre isso, há que fazer um pequeno historial desse período transitório:

a) Horizonte temporal estabelecido pela Lei n.º 11/2008 — 4 anos, isto é até 2012

b) Extensão do período transitório por mais 3 anos para 31 de dezembro de 2015 com a primeira alteração e agora:

c) Extensão do período transitório para mais 2 anos, 31 de dezembro de 2017

Com esta mudança quer-se que os advogados continuem a exercer sua profissão sem interrupções, apesar de ainda não terem seguido a formação obrigatória a ser ministrada no CFJ. Para tal, têm que se inscrever no Centro e provar que já vem praticando atos próprios de advogados. Aí, o PJJ estabelece que esses atos próprios de advogados terão que ser os praticados até 31 de dezembro de 2012. Mantendo inalterado o período até onde os atos próprios de advogados terão que ser praticados e a apresentação do pedido ao tribunal para a certificação da prática desses atos, entendemos que o prazo até o qual o candidato poderá ter praticado atos próprios de advogado deve ser mudado e a data para requerer ao tribunal a certificação da prática desses atos, deve pura e simplesmente, ser suprimida. Desde que, até à inscrição provisória o candidato tenha praticado atos próprios dos advogados, deverá

poder fazer prova disso. Então, não faz sentido permitir que ele possa continuar a advogar até 31 de dezembro de 2017, mas a prova de que ele o vem fazendo ter que ser pedida ao tribunal até 2013. Essa exigência é absurda e o PJJ deve ser alterado com a possibilidade de o candidato poder, até à inscrição, requerer e obter do tribunal a certificação da prática dos atos próprios de advogados. Que dizer dessa inovação trazida pelo PJJ? Depois de num primeiro momento se pensar num período transitório de 4 anos em que se julgou que seriam suficientes para os formandos que já tinham montado a sua banca de advogados fazerem a sua formação sem abandonarem os seus clientes e o seu escritório, o prazo foi prorrogado para mais 3, terminando em 31 de Dezembro de 2015. Não existe nenhum estudo a apontar para o número de advogados que ainda não fizeram formação apesar das sucessivas prorrogações. E sem que haja um estudo a dizer se são 10, 20 ou 30, a lei vem prorrogar mais uma vez o prazo, dizendo que podem continuar a advogar, apesar de não terem feito curso nos quase 8 anos concedidos para o fazerem, continuando a advogar. Contudo, mesmo sem um estudo feito para se saber do universo de pessoas abrangidas, e das razões da não frequência do curso por essas pessoas durante os quase 8 anos de graça concedidos, somos de entender que se deve aceitar essa prorrogação, com a expressa menção de que será a última e que a lei não mais permitirá uma nova prorrogação. É claro que se um advogado até finais de 2017 não fizer a sua formação, vindo a beneficiar de sucessivos períodos de graça, é porque não pretende formar-se nunca. Então, que se aceite a alteração introduzida pelo PJJ, mas apenas restrita à prorrogação do prazo até 31 de dezembro de 2017 para a prática de atos próprios de advogados, continuando estes a exercer a sua profissão sem interrupção. E a alteração a introduzir pelo PJJ que o seja com a eliminação da restrição imposta para requerer certidão da prática de atos próprios de advogados nos tribunais. Desde que o advogado tenha praticado atos próprios de advogado junto dos tribunais, deverá poder requerer certidão da prática desses atos a qualquer tempo que queira fazer uso dessa prova, sem restrição de tempo.

III. Anexo: Tabela das alterações

Para uma mais fácil compreensão e análise das alterações que se pretende introduzir com o presente PJJ, vai em anexo a este Relatório e Parecer, uma tabela das sucessivas alterações à Lei n.º 11/2008, a começar pelas introduzidas pelo Decreto-lei n.º 39/2012, de 01 de agosto, passando pela Lei n.º 01/2013, de 13 de Fevereiro, permitindo sua comparação com o que se propõe no PJJ n.º 7/III/ (3.ª).

IV. Parecer

A Comissão é do Parecer que o projeto de lei reúne os requisitos constitucionais, legais e regimentais e está em condições de subir ao Plenário para discussão e votação na generalidade, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, sem prejuízo de, na especialidade sejam reformuladas as diversas soluções apresentadas neste relatório.

V. Aprovação do Relatório

O presente relatório foi aprovado na reunião do dia 10/06/2015, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções.

Díli, Parlamento Nacional, 12 de junho de 2015.

A Presidente da Comissão, Carmelita Caetano Moniz

O Relator, Arão Noé de Jesus da Costa Amaral»

Obrigado.

Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Sr.^a Presidente da Comissão A, faça favor.

Sr.^a **Carmelita Caetano Moniz** (CNRT): — Obrigada, Sr. Presidente.

Obrigado mós ba Sr. Deputado Arão, ne'e mak ami-nia Relatório e Parecer, ami fó hikas biban ba Sr. Presidente.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente Comissão A e a Sr.^a Presidente da Comissão.

Infelizmente ou felizmente, está apenas um subscritor, que é o Sr. Deputado Aniceto Guterres. O Sr. Deputado Francisco Branco está em serviço no exterior, o Sr. Deputado Virgílio Hornai ainda não está presente, o Sr. Deputado ou ex-Deputado Estanislau, agora é Ministro e o Sr. «Mandati» também não está. Por isso, dou palavra ao Sr. Deputado Aniceto Guterres. Faça favor.

Sr. **Aniceto Longinhos Guterres Lopes** (FRETILIN): — Obrigado, Sr. Presidente, e muito boa tarde.

Sr. Presidente, ha'u la hatene, ha'u mós membro Comissão A ne'ebé aprova hotu relatório ne'ebé foin lê hotu daudaun ne'e, agora ha'u mai defende fali projeto de lei ida, ne'e la hatene, em termos de ética bele ka lae? Se calhar bele iha mós conflito de interesse ruma.

Ida-ne'e de'it, Sr. Presidente, tanba subscritor iha-ne'e agora ha'u messak de'it.

Obrigado.

Sr. **Presidente**: — Realmente relatório Comissão nian é mesmo demolidor. Quase desde o princípio até ao fim, apenas na questão de prorrogação, ne'e mak há alguma abertura, mas quanto ao mais, é mesmo uma argumentação demolidora. Ha'u la hatene, realmente complicado, mas se Ita-Boot consegue tau Ita-Boot nia an nu'udar subscritor e separa to'ok Ita-Boot nia an nu'udar membro da

Comissão A, hodi nune'e Ita tenta to'ok hodi percebe o espírito com que subscritor sira elabora Projeto de lei ida-ne'e.

Infelizmente, não há mais nenhum outro proponente, ne'ebe, se bele, Ita-Boot separa Ita-Boot nia an nu'udar subscritor e membro da Comissão A. Faça favor.

Sr. Aniceto Longuinhos Guterres Lopes (FRETILIN): — Está bem, obrigado, Sr. Presidente.

Parece apenas atu hato'o de'it motivos ne'ebé lori ami subscritor sira hodi apresenta projeto de alteração ida-ne'e mai iha Parlamento Nacional. Projeto ne'e mai para halo alteração ba Lei n.º 11/2008 — Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados. Ne'ebe, Lei ne'e estabelece mecanismo ida hodi fó oportunidade ba licenciado em direito hotu-hotu ne'ebé pratica ona ato próprio advogado nian iha Timor-Leste até 31 de dezembro 2012 ou inscrito iha rai seluk nu'udar advogado, hodi hetan oportunidade atu inscreve iha órgão ida naran Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia no mós iha Centro de Formação Jurídica atu hetan formação. Mecanismo ida-ne'e mak assegura continuação exercício ba atividade advocacia hussi advogado ida-idak. E acontece que quase advogado hotu inscreve iha Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia, maibé uitoan tebes maka inscreve iha Centro de Formação Jurídica. Iha advogado barak mak la inscreve, liuliu sira ne'ebé advoga ho experiência mais de 5 anos de advocacia, até 2008, no sira ne'ebé registado ou inscrito ona iha Ordem dos Advogados nian iha rai seluk. Ita fó exemplo ki'ikoan de'it mak hanessan Dr. Manuel Tilman, José Teixeira ho sira seluk tan, sira-ne'e la hetan reconhecimento, maibé tem que tuir hikas mós formação iha Centro de Formação durante tinan rua ressin.

Ami hanoin, Sr. Presidente, ne'e la loos e ladún justo, ainda por cima, ita agora iha política ida ne'ebé katak timorização iha setor judiciário. Ne'ebe, se ita hakarak aproveita hotu ita-nia recurso uitoan-uitoan ne'ebé iha, liuliu advogado experiente sira-ne'e, lalika impede sira atu bá pratica sira-nia profissão tanba buat formalidade sira hanessan ne'e. Ha'u fiar katak ema hanessan José Teixeira, se ko'alia kona-ba português mós, nia bele ko'alia português. Ne'e nia lê de'it mós, nia hatene ona, la precisa tuir formação. Kona-ba sistema, nia mai hussi Austrália, nia tuir sistema jurídico anglo-saxónica nian, maibé nia lê de'it Código Civil no Código Penal Timor-Leste nian mós nia bele compreende sistema Europa continental nian ne'ebé ita opta bá. Tanba ita iha política ida timorização ne'e, maibé tanba de'it formalidade sira-ne'e, ita hakarak exclui no lakohi usa ita-nia recurso mínimo ne'ebé iha. Tanba ne'e mak, Sr. Presidente, ami introduz projeto alteração ne'e ho objetivos atu advogado privado sira ne'ebé até 2008, bainhira aprovação lei atual ida-ne'e, sira iha ona experiência, no mínimo tinan 5, ba halo advocacia iha Timor-Leste no advogado sira seluk hussi rai seluk ne'ebé inscrito tiha ona iha Ordem dos Advogados rai ne'ebá ninian atu hetan reconhecimento hotu hodi dispensa sira hussi obrigação atu tuir formação ne'e. Ne'e maka iha kedas alteração ba artigo 2.º iha projeto ida-ne'e kona-ba requisitos ba inscrição, iha kedas artigo ida-ne'ebá, ne'e atu fó espaço de

tempo ba processo reconhecimento ida-ne'e. Tanba ne'e maka iha artigo 68.º iha projeto ne'e, ida-ne'e mós propõe atu estende período transitório hussi 31 de dezembro 2015 até 31 de dezembro 2017.

Sr. Presidente, ne'e mak motivos ne'ebé lori ami, subscritor sira, hodi apresenta projeto ida-ne'e. Iha processo preparação ba projeto ida-ne'e, Deputado Estanislau mak serviço ho assessor sira, maibé o que é que ha'u entende liuhossi projeto ne'ebé ha'u subscrive tiha ona ba, ne'e maka ha'u hakarak hato'o hanessan exposição de motivo ida, Sr. Presidente.

Obrigado.

Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado sira, iha questões ruma ne'ebé hakarak hato'o ka levanta karik?

Sr. Deputado Antoninho Bianco, faça favor.

Sr. **Antoninho Bianco** (FRETILIN): — Obrigado, boa tarde ba Sr. Presidente no mós ba maluk sira hotu.

Ha'u hanoin iniciativa ne'ebé proponente sira hato'o ne'e buat balu bele considera, maibé ita tem que hatene katak lei exige para tuir formação. Só que ita mós tem que considera buat balu ne'ebé ohin proponente hateten katak ema balu iha experiência barak liu mak 5 anos, balu 5 anos liu tan tiha ona iha rai-li'ur, tanba sira hala'o ona serviço advocacia nian. Depois, ita-nia maluk balu ne'ebé hussi rai-li'ur mai defende caso barabarak iha ita-nian atu la tuir formação, ne'e mós tem que considera. Centro de Formação Jurídica ne'ebé ita cria, nia objetivo principal mak atu eleva qualidade ou conhecimento kle'an liu tan sobre qualquer lei ne'ebé ita produz iha rai-laran ou integra mós sistema ne'ebé iha ita-nia rai-laran.

Buat ida advocacia ne'e, ba ha'u-nia entendimento katak la'ós tan questão de formalidade de formação de 2 anos, 3 anos ou 4 anos, mas ida-ne'e mós ladún loos. Bele iha formalidade, ita bele halo formação, mas ita la hatene katak ema ne'ebé la tuir formação karik iha Rain ida-ne'e, nia iha capacidade mínima ka lae? Problema iha-ne'e, ema ne'ebé ho experiência boot, nia mós bele iha capacidade. Experiência ne'e bele iha rai-laran, balu mós bele iha rai-li'ur. Tanba ne'e maka ha'u hanoin ita, iha generalidade, bele fó hanoin ba malu. E iha discussão na especialidade, ita haree to'ok bá atubele tetu sassán sira-ne'e di'ak liután. Ne'e tanba ha'u haree katak formador sira ne'ebé iha Centro de Formação Jurídica ne'e mós, tetu-bá, tetu-mai limitado e balu conhecimento ba buat ne'e mós ladún iha. Ha'u haree katak la'ós questão de direito de'it, maibé advogados agora ne'e tem que eleva capacidade no conhecimento iha área de economia, psicologia no barabarak tan. Ne'ebe, se balu ne'ebé iha experiência boot ona iha li'ur, por exemplo, durante cinco anos nia consegue defende caso hira mak iha sucesso ou durante dois ou três anos nia consegue lori caso hira mak sucesso ona, e balu

ne'ebé tuir formação hirak ne'ebé halo iha rai-laran, depois de 2 anos nia bele ka lae? Ne'e questão de capacidade.

Quando iha tempo ida, ema loke escritório advogado nian, maski balu bele tuir formação, mas iha nia fatin advocacia nian ema lakohi bá ka cliente ida nem hakbessik bá mós ne'e hanessan de'it. Ema ida que la tuir ida-ne'e, mas nia lori ema balu bá bessik nia no sai hanessan defensor atu defende ema nia caso no nia manán, então bele tuir tan formação iha rai-laran, tanba qualidade dehan iha certificado. Maibé, to'o loron hirak depois mak lakon beibeik, ne'e ema bele la bessik sira. Ne'ebé, ha'u hanoin katak ita tem que tetu didi'ak, se iha experiênciá balu ne'ebé maluk timoroan sira hetan iha Portugal ka Austrália ka ne'ebé de'it, ou América, sé maka hatene balu iha ne'ebá karik, ne'e sira mai hatudu lai, quando ita haree ba mak iha experiênciá ona, ita bele considera. E ne'e bele hanessan mós ho proponente sira-nia hanoin balu, ita bele considera, selae ita desvaloriza ita-nia ema balu ne'ebé ita devia ser aproveita. Mas, como lei limita sira bele loke sira-nia exercício serviço nian iha-ne'e, então ita iha dependênciá total ba ema sira hussi rai-li'ur. Sé mak hatene, keta advogado timoroan balu ho experiênciá, maibé sira la interessado atu bá iha-ne'ebá, daqui ita bele dehan iha vazio ida. Ne'e ha'u-nia hanoin, bele iha vazio ruma karik, então daí ita dehan dependênciá, ne'e timorizaçã, mas depois la consegue tanba interesse. Tanba ne'e ita halo lei ne'e ita tetu didi'ak bá, buat balu di'ak ita considera, buat balu la di'ak ita halo melhoramento. Então, melhoramento ba ita-nia lei, e ita haree mós ba ita-nia recursos ne'ebé iha para projeta ba oin, nune'e ba timorizaçã ne'e ita bele pratica.

Ha'u hanoin ha'u-nia intervençã mak ne'e, ita bele hakle'an liu iha discussã na especialidade atu rona malu didi'ak, hodi nune'e ita bele acelera no hanu'ussá maka bele encaixa ita-nia hanoin hotu ba interesse ita-nia Rain nian, liuliu assegura sistema judicial ne'ebé ita iha.

Obrigado barak, Sr. Presidente.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado.

Ha'u la hatene, sei iha tan intervençã ruma? Ha'u hanoin, se bele, Sr.^a Presidente ho Sr. Vice-Presidente Comissão A bele responde netik ida-ne'e. Ita-nia timoroan sira ne'ebé pertence tiha ona nu'udar advogados ba Ordem dos Advogados, por exemplo, hanessan iha Portugal nian, Austrália ka Macau nian, bainhira sira mai iha-ne'e, ne'e precisa halo fali cursos ou não? Ha'u hanoin ne'e importante atu responde. Faça favor.

Sr.^a Carmelita Caetano Moniz (CNRT): — Obrigada, Sr. Presidente.

Iha projeto de lei ne'e buat balu que ita haree tuir relatório ida-ne'ebé ami aprova, ami halo discussã ida naruk. Iha proposta de alteraçã balu ne'ebé ita haree katak ladún iha razã de ser, maibé iha balu ne'ebé ita haree ba realidade Timor nian, ita hotu mós tem que ser realista ba condiçã ita-nia

Rain nian duni ho ita-nia timoroan barak ne'ebé enfrenta sira-nia profissão ka hala'o sira-nia profissão iha rai-luir hanessian Austrália, Portugal, Macau no iha-ne'ebé-ne'ebé de'it. Na realidade ita-nia timoroan barak mak durante iha tempo naruk halo sira-nia prática de advocacia iha rai-li'ur.

Lei Advocacia Privada ne'ebé aplica daudauk agora, la'ós dehan la fó dalan ba ita-nia maluk sira-ne'e atu halo prática de advocacia iha Timor-Leste, maibé timoroan sira ne'ebé hala'o prática de advocacia iha rai-li'ur, bainhira sira mai iha Timor, sira precisa de'it atu bá halo registo iha Centro de Formação Jurídica. Iha-ne'ebá estabelece Comissão ida ho naran Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia, ne'ebé sei constitui provas ida ba ita-nia maluk timoroan sira ne'ebé durante ne'e hala'o ona prática advocacia iha rai-li'ur hodi haree sira-nia conhecimento kona-ba ordenamento jurídico vigente iha Timor-Leste. E lei mós exige katak sira tem que hatene língua oficial ne'ebé implementa iha ita-nia Rain, daudauk ne'e ita iha língua oficial rua, pelo menos, língua oficial ida sira tem que iha conhecimento di'ak. Ida-ne'e de'it mak sai nu'udar exigência ba ita-nia maluk timoroan sira ne'ebé durante ne'e halo prática de advocacia iha rai-li'ur. Quando sira apresenta certidão profissional ida ne'ebé sira iha, bá iha-ne'ebá comprova katak sira hatene duni sistema civilista ka sistema jurídico Timor nian e bele ko'alia duni ida hussi língua oficial rua ne'e ho di'ak, então sira lalika tuir formação dois anos e tal, tuir Lei Advocacia Privada exige, nune'e Conselho ne'e bele admite kedas cartão profissional de advocacia ba maluk timoroan sira-ne'e.

Questão ita-nia mak ida-ne'e de'it: Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia ka sira ne'ebé iha Centro de Formação, sira-ne'e rassik mós ita-nia maluk sira ne'ebé iha ona experiência iha rai-li'ur. Ha'u presta de'it exemplo ida ohin ne'ebé Deputado Aniceto foti hanessian ex-Deputado Manuel Tilman, ne'ebé exerce nia função nu'udar advogado iha rai-li'ur durante tinan naruk, nia rassik questiona, nia lakohi bá halo inscrição iha-ne'ebá tanba nia dehan nune'e: «Conselho ida-ne'ebá ne'e iha ka lae capacidade atu halo provas ba ha'u? Em termos de língua portuguesa de'it ha'u questiona. Capacidade de língua portuguesa sira-nian, ha'u bele hatete katak ha'u liu e atu teste fali ha'u ba conhecimento ba ordem jurídica timorense, ne'e ha'u hussi sistema civilista». Ne'ebe, maluk sira-ne'e hanessian ne'e, sira hatete katak: «Ami lakohi atu bá halo inscrição iha Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia tanba ami sente katak ema ida-ne'ebé mai halo provas ba ami ne'e, nia conhecimento ladún iha equilíbrio ho conhecimento ne'ebé ami iha». Ne'e sira ko'alia ida-ne'e, e na realidade ita haree duni. Tanba ida-ne'e mak maluk balu ne'ebé sente hanessian ne'e sira dehan: «Ami bá hatudu de'it ami-nia cartão profissional, tanba ami halo tiha ona prática iha li'ur, e Conselho ne'e hassai de'it ona cartão profissional ba ami, lalika halo fali tan teste tanba ita seidauk iha Ordem dos Advogados e ita iha de'it Conselho ne'e mak provisoriamente hala'o sira-nia função nu'udar Ordem dos Advogados. E ami la submete fali ba ema ida-ne'ebé que ami sente katak ami-nia conhecimento liu nia mak atu halo fali teste mai ami».

Ha'u ko'alia buat ida ne'ebé real, ba ita-nia Rain, ne'ebé agora implementa daudauk ida-ne'e. Ne'ebe, ami tuur, ami hanoin, ami halo discussão naruk, nune'e Deputado sira, ita hotu-hotu, atu toma consideração ba realidade ida-ne'e hodi fó privilégio ba ita-nia maluk sira ne'ebé iha ona experiência iha rai-li'ur e ita sei la lakon ita-nia recurso, liuliu ho ita-nia hanoin ida katak política timorizacáo iha área judiciaria tomak hodi reforça ita-nia sistema de justiça iha Timor-Leste.

Advogado timoroan barak mós durante ne'e sira hala'o tiha ona sira-nia função nu'udar advogado desde ita-nia sistema judicial hahú iha ano 2000 até à data. E sira mós hatete no hussu katak: «Durante ne'e ami defende caso barak e ami-nia cliente barak manán, ida-ne'e la bele hatudu ona katak ami iha experiência, tanba saida mak ami tem que submete tan ba provas ida?» Ida-ne'e mak sira hato'o, ne'e realidade ita-nian, ne'ebe oinsá mak ita tetu bá para fó decisão hodi haree ba ida-ne'e, liuliu ba artigo balu, ne'e ami haree katak artigo 68.º ne'e cabe tebes ba ita hotu-hotu atu tetu kona-ba mantém karik artigo 68.º ne'ebá, mas halo mudança balu ne'ebé liga liu ba ita-nia situação País nian ne'ebé agora daudauk ita enfrenta. Ida-ne'e mak ami-nia hanoin.

E ita reconhece existência timoroan sira-nian, ne'ebé durante ne'e hala'o ona sira-nia função e mós fó benefício. Ita tem que reconhece katak ne'e fó mós benefício ba ema barak ne'ebé hala'o nia moris iha Timor.

Iha mós Proposta de Lei da Ordem dos Advogados, ne'e mós hato'o mai katak mesmo que Proposta de Lei ne'e aprovado iha Parlamento Nacional, Lei Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados sei revoga hotu. Maibé, artigo 68.º, Governo mantém nia implementação iha Proposta de Lei da Ordem dos Advogados. Tanba ida-ne'e mak, Sr. Presidente, ami sei tetu didi'ak, karik bele, fó fali ba Comissão hodi haree didi'ak kona-ba situação ida-ne'e, tanba ida-ne'e questão política mós ne'ebé ligado ho questão técnica iha área justiça nian.

Muito obrigada.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr.^a Presidente da Comissão A.

Sr. Deputado Paulino Monteiro, faça favor.

Sr. Paulino Monteiro Soares Babo (PD): — Obrigado ba tempo ne'ebé fó mai ha'u.

Ha'u hanoin katak hanoin hirak ne'ebé hato'o ona hussi Deputado Aniceto no Presidente da Mesa, ita concorda katak ita haree ba lei civilista no anglo-saxónica. Ha'u hanoin katak iha experiência barak que maluk barak lori mai hussi li'ur, mas balu ne'ebé mai hussi Portugal, por exemplo, ita bele dehan civilista e ida-ne'ebé mai hussi Austrália, ne'e *common law system*. Agora, iha implementação ba buat rua que la hanessan, tanba durante ne'e adota hussi Indonésia, ne'e la'ós Sr. Presidente, mas ami iha Timor, ne'e liuliu adota hussi Indonésia iha tempo naruk nia laran, então ita precisa duni estatuto de advocacia ida que precisa mós atu hadi'a, ita-nia código foun ba ética kona-ba oinsá ita haree ba sigilo

profissional, ne'e mós ita tem que haree. Satán Ordem dos Advogados, ne'e ita halo comparação ba ema sira ne'ebé iha experiêncian hanessan Sr. Manuel Tilman ne'ebé ohin temi, ha'u hanoin katak dalaruma iha implementação mós ladún hanessan.

Ha'u mós conhece uitoan sé mak Sr. Manuel Tilman, iha nia prática iha rai-li'ur rassik mós ha'urona informação katak nia nunca manán caso ida iha li'ur. Iha Macau de'it mós nia ladún manán caso barak iha-ne'ebá. Ne'ebe, implementação sira iha li'ur ne'e mai, ha'u hanoin bele iha discordância entre teoria ho prática iha li'ur no iha-ne'e nian. Então, oinsá mak ita tuir orientações ne'ebé ita iha, e ne'e bele iha experiêncian barak, mas ne'e orientações. Ne'e exigência ida que precisa hadi'a ba futuro, mas ha'u hanoin katak ita tem que tuir e hadi'a duni. Tanba ne'e mak ho experiêncian ne'e atu mai hadi'a di'ak liután, mas la'ós ho experiêncian ne'e mai atu impede katak ha'u maka'as liu ona, ne'ebe ha'u la bele tuir, tanba ha'u iha tiha ona experiêncian, mas na realidade, iha implementação, ha'u hanoin katak precisa adota entre li'ur ho laran para iha solução ida para ita bele hadi'a di'ak liután. Rua ne'e hamutuk bele la'o di'ak liután iha nia implementação, liuliu sistema civilista ho *common law*.

Ha'u hanoin ida-ne'e mak ha'u hakarak hato'o.

Obrigado.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Deputado.

Ha'u bele fó liafuan ba Sr. Deputado Vice-Presidente, depois de intervenção Sr. Deputado nian, ha'u iha compromisso ida, nune'e ha'u tem que ausente. Ne'ebe, depois Sr. Vice-Presidente assegura fali presidência da sessão.

Sr. Vice-Presidente Adriano, faça favor.

Sr. Adriano do Nascimento (PD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sim, ha'u mós membro Comissão A, maibé ha'u ohin rona explicação hussi proponente e mós Presidente da Comissão A no ha'u atu hussik hela buat ruma claro iha Plenário ida-ne'e. Intenção ba mudança ne'ebé iha, ne'e ita temi de'it maluk sira ne'ebé estuda iha rai-li'ur, hanessan Portugal, Austrália, mas ita la temi maluk sira ne'ebé iha-ne'e ne'ebé estuda iha Indonésia nia tempo, depois pratica ka sai ona advogado no manán mós. E sira-ne'e sai advogado iha ita-nia tribunal rassik e sira manán caso, maibé ita la temi. Sira balu seidauk tuir formação ida-ne'e, agora ha'u só preocupa uitoan de'it tanba ita temi de'it mak maluk timoroan sira ne'ebé mai hussi rai-li'ur, mas sira ne'ebé iha hela laran ne'e oinsá? Ladún di'ak ou di'ak tiha ona ka nu'ussá? Sira pratica iha ita-nia tribunal rassik, mas ita nem temi, ne'ebe ohin ha'u la rona hussi proponente, nem hussi Presidente Comissão A, mas temi de'it mak ita-nia maluk na'in hira ne'ebé representa hussi li'ur de'it, ne'e mak ha'u preocupa uitoan. Ita temi hotu maluk sira ne'ebé Indonésia hanorin, depois de hahú restauração iha ONU

(Organizações das Nações Unidas) nia tempo, sira kaer kedas caso iha ita-nia tribunal rassik e sira manán no balu lakon. Sira-ne'e mós tama hotu iha-ne'e ka lae?

Muito obrigado.

Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Ha'u foin hanoin hetan, Sr. Deputado Aniceto Guterres mós advogado iha tempo uluk. Faça favor.

Sr. Aniceto Longuinhos Guterres Lopes (FRETILIN): — Obrigado, Sr. Presidente.

Hamnassa hussi Sr. Deputado sira

Sr. Presidente: — Sr. Deputado Aniceto, hein lai uitoan. Sr. Vice-Presidente bele mai hola fatin iha-ne'e. Ha'u hussu desculpa, ha'u iha compromisso ida, ne'ebe ha'u tem que ausente. Sr. Vice-Presidente, favor ida.

Obrigado.

Iha biban ne'e Vice-Presidente, Sr. Adriano do Nascimento, substitui fali Presidente da Mesa, Sr. Vicente da Silva Guterres, hodi dirige sessão plenária ne'e.

Sr. Presidente (Adriano do Nascimento): — Ohin Sr. Deputado Aniceto mak foti liman, ha'u fó uluk tempo ba Sr. Deputado Aniceto. Iha tan Sr. Deputado Natalino nia naran iha-ne'e, depois mak fó tempo mós. Halo favor.

Sr. Aniceto Longuinhos Guterres Lopes (FRETILIN): — Obrigado, Sr. Presidente.

Uluk ha'u iha Comissão A iha II Legislatura mak aprova Lei n.º 11/2008, tanba ha'u mós haree cláusula ida-ne'e, ne'e mak ha'u mós la bá halo inscrição. Ha'u iha licença, ha'u iha cartão profissional hussi Ordem dos Advogados, tribunal nian, to'o agora mós ha'u sei advogado, tuir loloos ne'e ha'u bá hatudu de'it, se hakarak reconhece, então troca de'it, la precisa teste fali ka atu halo saida fali, ne'e se hakarak, troca. Tanba ne'e mak to'o agora ha'u la bá inscreve, mas ha'u, além de ha'u-nia profissão ne'e, agora ha'u-nia profissão hanessan político ida. Mas, sira seluk ne'ebé agora sira-nia profissão mak ida-ne'e de'it, atu moris ho ida-ne'e, e sira hakarak dedica saida mak sira iha ne'e hodi reforça sistema judiciário ne'e, ha'u hanoin ita tem que considera, ne'e la'ós ba sira ne'ebé hussi li'ur de'it, Sr. Presidente.

Sira ne'ebé hussi li'ur, sira iha tiha ona Ordem dos Advogados, sira ne'ebé escola iha-ne'ebá iha conhecimento di'ak liu, maibé ba timoroan sira, ne'e ami haree, conforme Associação dos Advogados

ida ne'ebé preside hussi Dr. Paulo Remédios, sira dehan iha quatrocentos e tal formados iha Direito, ne'ebe se ita compara ho número ne'ebé ohin relatório cita katak registado e tuir formação iha Centro de Formação Jurídica ne'e kala iha quarenta e tal, ne'e quer dizer maioria timoroan, se ha'u la sala, incluindo advogado Benevides, mós la bá regista ida. Sira hussi grupo ida-ne'e nian la bá regista hotu. Tanba, pelo menos, la'ós iha Indonésia nia tempo, mas começa iha tinan 2000 mai ne'e, sira começa pratica tiha ona antes de Lei ne'e sai iha tinan 2008, maibé sira la hetan reconhecimento. La iha mecanismo ida atu oinsá reconhece sira-nia pratica ne'e, tanba ne'e mak barak la bá regista, Sr. Presidente. Ne'e parece iha ema na'in-ida, rua ka tolu hanessian ne'e, e ne'e ba turno 2000 nian mai ne'e, tanba ne'e mak sai problema.

Ohin ha'u temi sira ne'ebé mai hussi li'ur ne'e hanessian exemplo ida de'it, e nia objetivo ne'e atu acomoda sira ne'ebé iha ona experiência 5 anos, iha momento ne'ebé Lei n.º 11/2008 ne'e sai, la'ós ba agora. Se lae, ba agora ne'e, 2008 mai 2015 ne'e, Lei ne'e aprova hotu tiha, ne'e kala balu ne'ebé iha experiência 5 anos mós, sira reconhece hotu! Mas, pelo menos, no momento lei atual, Lei n.º11/2008, ne'e sai, timoroan sira ne'ebé iha ona 5 anos de experiência, tuir loloos iha ona mecanismo ida atu fô reconhecimento ba sira ne'ebé pratica tiha ona sira-nia profissão hanessian advogado to'o tinan 2008 ne'e. Se ita sura bá-mai hussi tinan 2000 to'o 2008, ne'e 8 a 9 anos ona, tuir loloos sira hetan reconhecimento, mas barak mak seidak. Tanba ne'e mak projeto ne'e tuir loloos atu facilita, la'ós de'it ba sira ne'ebé mai hussi li'ur, maibé mós ba sira ne'ebé iha rai-laran. Maibé, Sr. Presidente, ha'u concorda ho saida mak ohin Deputado Bianco hatete, e subscreve tan hussi Sr.^a Presidente Comissão A katak ita sei haree didi'ak iha discussão na especialidade. Ha'u rassik mós la aceita relatório nia conteúdo, maibé ha'u vota a favor ne'e tanba iha Parecer dehan: «sem prejuízo de que na especialidade sejam formuladas as diversas soluções apresentadas neste relatório». Se bele halo discussão kle'an para bele acomoda interesse hotu-hotu, liuliu interesse Estado nian atu reforça sistema judiciário, ne'e mak importante liu.

Obrigado.

Sr. **Presidente** (Adriano do Nascimento): — Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Natalino dos Santos, faça favor.

Sr. **Natalino dos Santos Nascimento** (CNRT): — Obrigado, Sr. Presidente.

Em princípio ha'u la iha objeção ba ideia sira ne'ebé mai, tanto hussi proponente no mós hussi Presidente Comissão A.

Ha'u haree katak formação ne'e importante tebetebes, se Lei ne'e halo de'it ba Dr. Manuel Tilman ho José Teixeira, ne'e la vale a pena para ita atu halo. Mas, ita halo oinsá atu fô valorização ba ita-nia

advogado sira ne'ebé halo tiha ona prática iha Timor. Ba ha'u questão reconhecimento no valorização ne'e importante tanba timoroan precisa.

Tanba saida mak tem que iha formação? Ne'e tanba ita questiona kona-ba justiça ho qualidade, la'ós haree ba quantidade timoroan ne'ebé forma iha Direito nian. Sira ne'ebé mai hussi Portugal tanba hatene português no conhece ona termos jurídicos nian iha português, mas sira ne'ebé mak agora daudaun hassai curso Direito iha Timor, ne'e precisa iha formação atu conhece terminologia jurídica nian iha português. Agora, se nia la tuir formação, nia defende caso ruma, bá iha tribunal, nia bele lakon. Ne'e factos no evidências iha, mas quando ladún compreende kona-ba terminologia, ida-ne'e mós problema. Tanba povo ne'e precisa hetan beneficio ka hetan defesa ida-ne'ebé di'ak no advogado ida-ne'ebé di'ak mós, ne'ebe ida-ne'e precisa! Lei ne'e ita halo la'ós ba sira ne'ebé mai hussi li'ur de'it, e questão formação ne'e tanba ita hussu qualidade justiça, ne'e Parlamento rassik questiona. Ha'u bele dehan katak iha Indonésia, sira iha *pengacara praktek*, ne'e nia *praktek* hotu tiha, nia tem que tuir *test* tiha mak foin bele sai *advokat*. Tanba ida-ne'e mak precisa duni formação ida. Ita la questiona kona-ba sira-nia teoria. Teoria ho pratica ne'e tem que iha, mas atu koko ne'e oinsá? Ha'u hanoin ita precisa duni atu iha formação ida. Por exemplo, Dr. Benevides, ha'u conhece di'ak nia iha tinan 2000, tanba ha'u mak serviço iha secção ida ne'ebé hassai cartão prática nian hodi fó ba timoroan sira iha altura ne'ebá atubele defende, maibé ne'e precisa iha formação ida. Teoria sira iha ona, mas atu bá pratica sira tem que iha duni formação balu ne'ebé precisa atu sira hatene, tanba tinan-tinan iha evolução, katak iha legislação foun e precisa a par iha centro formação. Ida-ne'e mak ha'u questiona, mas no entanto ha'u la questiona kona-ba atu fó valorização, la'ós atu haree ba quantidade, 400 timoroan ne'ebé formado iha direito, mas ita-nia preocupação ne'e qualidade justiça nian no atu povo bele hetan justiça ida ne'ebé di'ak. E precisa mós atu ema sira ne'ebé iha área justiça tem que iha conhecimento di'ak em termos de terminologia jurídica atu fó justiça di'ak ba povo.

Iha advogado timoroan balu, ne'e começa iha 2000 até agora sira rejeita formação, português de'it mós sira *apatis* tiha ona, sira lakohi tuir formação iha português. Maski hakerek ho tétum, mas termos português ruma tem que tama iha-ne'ebá, ida-ne'e mak ha'u questiona.

Agora timoroan balu ne'ebé agora sira iha hela Indonésia, balu juiz tiha ona. Ha'u-nia colega na'in hira kedas ne'ebé uluk iha tribunais, agora sira juiz iha Indonésia e balu iha procurador, se lora ruma sira mai e hakarak ka lakohi sira tem que tuir formação, tanba sira iha cartão, depois mai hatudu, ne'e nia bá defende justiça halo nu'ussá? Ne'e ha'u la questiona, mas problema mak termos ne'e, ne'e precisa iha formação. Ne'e ita precisa haree ida-ne'e. Se ita halo lei atu privilegia de'it ema na'in-rua ka tolu, por exemplo nia estuda *Anglo-Sakson* nian, ha'u la hassai curso jurista nian, mas iha buat balu ne'ebé nia precisa hatene. Tanba ne'e mak ita tem que haree didi'ak, se ita hakarak hetan justiça ida ne'ebé di'ak, precisa duni formação ida ne'ebé di'ak mós, atu nune'e bele iha qualidade no quantidade

atu responde ba qualidade justiça nian, ne'e mak ha'u nia preocupação. Maibé ha'u la iha objeção, e ida-ne'e ha'u hakarak soe de'it iha ita-nia atu ita haree hamutuk.

Obrigado.

Sr. **Presidente** (Adriano do Nascimento): — Obrigado, Sr. Deputado.

Tuirmai, Sr.^a Deputada Virgínia Ana Belo. Faça favor.

Sr.^a **Virgínia Ana Belo** (CNRT): — Obrigada, Sr. Presidente, boa tarde ba Ita-Boot no colega Deputado sira hotu.

Ha'u kaer fali ba saida mak ohin Sr.^a Presidente Comissão A hatete katak loloos Lei ne'e la empata ka la'ós la fó oportunidade ba advogado timoroan tanto hussi rai-li'ur no mós rai-laran rassik atu halo prática ba advocacia, maibé ha'u haree buat ida, karik ita-nia maluk sira ne'ebé mai hussi li'ur questiona tanba de'it tem que hala'o teste ruma ne'ebé Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia mak fó no sira sente katak sira-nia nível conhecimento ladún hanessan, ida-ne'e mak ita tem que haree didi'ak. Será que iha método seluk para depois ita bele hassees tiha ida-ne'e ka ale? Ha'u hanoin hotu-hotu tem que liuhossi buat ida naran triagem, ne'e ita tem que tama iha processo ida-ne'e. Ne'e ba sessé de'it, portanto, nia mai ho nia prática ne'ebé hetan iha rai-li'ur, ne'e katak nia bele hala'o tiha ona nia serviço ne'e durante tinan naruk, maibé tem que liu hussi processo triagem ida para depois fó, *bahasa indonésia* dehan *bukti*, katak ema ne'e bele duni. Por exemplo nia tem que tuir curso ruma iha Centro de Formação, maibé tem que iha buat ruma para reconhece katak nia bele duni ka lae. Ha'u hanoin labele tama automaticamente tanba de'it iha conhecimento, iha experiencia barak iha tinan barak nia laran, depois lori cartão ida mai hatudu hodi dehan katak: «Ha'u hakarak atu automaticamente tem que simu ha'u». Ha'u hanoin ida-ne'e labele karik! Ne'e tem que iha processo ruma e buat ruma para depois bele fó reconhecimento.

Agora problema mak ne'e, ita hakarak simu ka lae? Se ita reconhece katak Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia ne'e la hanessan ho ita, então, pronto, ita buka to'ok mecanismo seluk. Ne'e tem que iha buat ruma para depois ita buka to'ok maneira atu resolve se sira lakohi duni tuir ida-ne'e, maibé hakarak ka lakohi ita tem que acomoda sira tanba ida-ne'e mak ita-nia recurso. Ha'u hanoin atu simu automaticamente de'it, ne'e ha'u mós la aceita. Ida-ne'e tem que liu hussi processo ruma hanessan triagem ou qualquer coisa para depois ita bele hatene katak ema ne'e ita bele simu duni ou ita reconhece katak bele sai duni advogado ka lae. Ita hanoin to'ok ba, se sira lakohi liu hussi ida-ne'e, buka fali mecanismo ka dalan seluk atu ita bele fó conhecimento ba sira ou ita bele simu sira tanba sira mak ita-nia recurso.

Obrigada.

Sr. **Presidente** (Adriano do Nascimento): — Obrigado, Sr.^a Deputada.

Tuirmai, Sr. Deputado Duarte Nunes. Faça favor.

Sr. **Duarte Nunes** (CNRT): — Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sr. Presidente ho colegas Deputados.

Ha'u hanoin ha'u acompanha discussão ne'ebé iha, quando compara ho parecer ne'ebé iha, ita bele compreende situação balu ne'ebé mossu, por exemplo, Dr. Tilman nian ne'ebé hanessian advogado iha tempo naruk, se nia questiona ona tanba nia iha *level* ida ne'ebé superior no mai hussi formação lei civilista nian. Ha'u hanoin nia mós tem que reconhece katak iha rain ida tem que iha equipa ka organização ida-ne'ebé fó certificado ba nia, embora nia mai hussi fatin ida-ne'ebé ema hotu conhece, mas nia tem que atravessa situação ida-ne'ebé iha no lei. Tanba, quando iha lei ne'ebé vigora iha fatin ruma, ne'e ita tem que submete, então nia mós tem que submete ba situação ne'e. Labele loke precedência ida ne'ebé ita fó fali legalidade ba nia para depois sira seluk mós liu hussi situação ida-ne'ebé hanessian. Ho ida-ne'e mak ita bele dehan hakru'uk ba lei.

Agora se nia iha capacidade, nia hatudu de'it documentos ba Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia ne'e para reconhece nia, ha'u hanoin ne'e fácil. Tanba desde que nia apresenta documentos, bainhira nia submete, nia tem que regista an. Se ita sente katak ita superior iha fatin hotu-hotu, então fila fali ba nação ne'ebé ó mai hussi ne'ebá ne'e. Bá halo fali advocacia iha-ne'ebá de'it, lalika mai iha-ne'e, tanba ne'e mós nação ida. Timor mós hanessian ho Portugal, iha fatin ne'ebé ó hakarak tama, ne'e ó tem que submete ba lei ne'ebé vigora iha Timor. Ne'ebe, ha'u hanoin, ne'e ita bele compreende, mas nia princípio ne'e mak tem que submete ba lei.

Agora questão iha-ne'e ne'ebé ita hakarak hetan mak advogado sira mós tem que compreende lei hanessian tribunal sira compreende ne'e para depois sira ne'ebé hussu atu hetan justiça labele bá atu lakon de'it. Ha'u hanoin ne'e questão ida ne'ebé ita iha Parlamento tem que haree. Ne'ebe, ha'u hanoin tem que iha uniformização ba hanoin no conhecimento em termos da lei iha lian português, ne'e importante tanba hotu-hotu hakarak justiça. Ita labele permite katak ita-nia timoroan sira hetan caso ida e tuirmai nia lakon porque defensor ida que la regista iha-ne'ebá mak halo fali defesa ba nia.

Ha'u hanoin iha nação ida, buat hotu tem que iha organização ida para hetan fiar, e la'ós fiar de'it tanba ema sira ne'ebé mai buka defensor, quando hetan ona ida ka rua, ne'e sira bá ona ho ida-ne'e, mas será que ida-ne'e iha garantia ka lae? Ha'u hanoin ita precisa hanoin didi'ak. Ha'u hanoin ne'e ita haree to'ok bainhira Ministro mai, tanba kona-ba posição Ministro nian mós ita seidauk rona explicação didi'ak no Comissão mós ha'u haree katak nia posição ladún favorável ba situação ne'e. Ne'ebé ita haree to'ok opinião sira seluk.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. **Presidente** (Adriano do Nascimento): — Muito obrigado.

Sei iha tan, Sr. Deputado Eládio Faculto. Faça favor.

Sr. **Eládio António Faculto de Jesus** (FRETILIN): — Obrigado ba tempo ne'ebé fó mai. Boa tarde ba ita hotu.

Ha'u hanoin proposta de lei ida-ne'e importante ba ita atu assegura desenvolvimento justiça nian iha Timor-Leste. Quando ita ko'alia iha Parlamento ne'e atu haree kona-ba ita-nia processo judicial, ha'u hanoin ne'e tempo ona mós ba ita atu legaliza sira para bele iha kbiit hodi la' o ba oin. Maibé, ohin ha'u rona Sr.^a Presidente da Comissão A hato'o kona-ba Sr. Manuel Tilman nia declaração, ha'u hanoin, se Sr. Manuel Tilman ne'e mai sukat nia matenek iha Timor, então nia bá halo advocacia iha Portugal de'it, lalika mai iha Timor. Dala ida tan, se Sr. Manuel Tilman mai sukat nia matenek iha Timor, di'ak liu nia bá sukat iha Portugal. Tanba ida ne'ebé Ita-Boot fó informação ne'e, ha'u discorda absolutamente ba declaração ne'ebé nia fó. Ha'u-nia entendimento hanessan ho ha'u-nia camarada, Sr. Presidente Bancada FRETILIN, ne'ebé ohin halo tiha ona intervenção, e ne'e ha'u concorda. Maibé, halo fali discriminação ba timoroan sira seluk, ne'e ha'u la concorda. Sr. Manuel Tilman ne'e, di'ak liu nia bá halo serviço iha Portugal. Se nia dehan ema ida-ne'ebé ko'alia português moos mak atu halo *testing* ba nia, então ko'alia *bahasa indonésia* ba nia rona to'ok, ne'e hanessan ita tau kuda ho bibi hodi hatenu malu, ne'e sira labele simu malu. Ami hatene Indonésia nia lian, então hussu ba advogado ida ko'alia to'ok Indonésia nia lian ba nia para nia rona fali, ha'u hanoin se nia hela iha-ne'e, nia mós ko'alia Indonésia nia lian moos. Ne'ebe, ita labele discrimina malu tanba língua.

Kona-ba conhecimento empírico, ha'u hanoin ne'e fundamental atu ita reconhece ema ida-idak nia processo, mérito, ba serviço ne'ebé nia exerce durante tinan barak nia laran hodi fó apoio ba ema barak, ne'e importante. Tanba ne'e mak ita atu reconhece sira, certifica sira, hanessan ohin camarada Aniceto dehan. Ha'u hanoin ne'e fundamental e ita tem que reconhece sira ne'ebé iha conhecimento barak, mas la'ós hanessan Sr. Manuel Tilman. Ita tem que fó reconhecimento ida ba sira ne'ebé mai ho mérito legal no liuhossi processo ne'ebé ita haree katak sira-nia acompanhamento ba justiça durante ne'e di'ak, la'ós ba advogado barak ne'ebé quando manán iha tribunal ne'ebá ne'e, só manán ho ossan. Ita bele dehan, barak mak halo advocacia, ne'e ossan iha, justiça ba ema mós iha, ossan la iha, justiça mós la iha, ne'e ita hotu haree. Tanba ne'e mak ita hanoin katak responsabilidade atu harii justiça ida ne'ebé transparente no di'ak tebetebes ba ita-nia País atu salva ema ki'ik e ema hotu-hotu nia processo hodi bele tau justiça iha Timor, ne'e ita tem que iha formação ida di'ak para depois advogado sira iha compreensão hanessan ohin ha'u-nia colega camarada Natalino dehan ne'e, katak sira mós tem que hatene terminologia justiça nian para no fim bele halo acompanhamento ba processo judicial sira-ne'e ho di'ak. Selae hanessan foin lailais ita discute problema barak kona-ba Tassi-Timor

no mina nian ne'ebé sai problema boot. Ne'e ha'u hanoin ita tem que haree ba caso sira-ne'e para timoroan sira mai ho responsabilidade ne'ebé di'ak.

Lei ida-ne'e pertinente tebetebes para ita discute didi'ak, e orsida bá iha especialidade mós tem que discute di'ak liu tan, aprofunda di'ak liu tan no haree ba conhecimento empírico, ne'e ha'u hanoin fundamental para fó consideração ba ita-nia maluk advogado sira.

Obrigado.

Sr. **Presidente** (Adriano do Nascimento): — Muito obrigado.

Tuirmai, Sr. Deputado George Teme. Faça favor.

Sr. **Jorge da Conceição Teme** (FRENTI-MUDANÇA): — Obrigado, Sr. Presidente.

Ha'u mós membro hussi Comissão A, maibé la sala mós quando ha'u fó hanoin. Proposta de Lei ida-ne'e halo parte ba melhoramento serviço iha área justiça nian. E proposta alteração ba lei ida-ne'e mós ba interesse comum ka interesse público no mós ba interesse nacional. Tanba ne'e mak formação ne'ebé ita atu halo ba advogado privado sira-ne'e, ne'e ita bele dehan *condicio sine qua non* ka *syarat mutlak*, ne'ebe tem que ser halo duni ida-ne'e ba sira. Tanba saida? Tanba ha'u hassoru ema balu iha ita-nia comunidade nia leet ne'ebé hatete katak balu ne'ebé hetan pena, dalaruma tanba falta de defesa, ne'e ladún maka'as mak sira hetan pena ne'e. Tanba ne'e mak dalaruma nia sala ne'e uitoan, mas tanba defesa ne'e fraco tan ladún iha formação, ida-ne'e mak sai hanessan preocupação ba ita atubele halo formação ida-ne'ebé la discrimina ema. Katak formação ida-ne'e labele tendenciosa ba sujeitos ka *personas*, maibé ba objetivo principal ne'ebé atu forma ema ba agora no mós ba futuro. Porque se ita hahú ona halo lei tanba ita iha consideração ba sujeitos, orsida ita halo lei kona-ba Comissão Nacional da Eleições ka Comissão da Função Pública ka instituição seluk, ne'e ita-nia hanoin halai liu ba ema sira-ne'e, mas la'ós, tanba ne'e instituição. Maibé ne'e ita halo, ho objetivo ida atu ita harii mecanismo ida-ne'ebé aban-bainrua geração foun mós tem que ser la'o tuir, tanba nia objetivo principal ne'e mak atu ita hadi'a qualidade iha área justiça.

Ida-ne'e de'it, Sr. Presidente.

Obrigado.

Sr. **Presidente** (Adriano do Nascimento): — Obrigado.

Ha'u fó tempo ba proponentes, depois ba Comissão A, ida-ne'e hotu tiha ita tama ba votação.

Deputado Aniceto, faça favor.

Sr. **Aniceto Longuinhos Guterres Lopes** (FRETILIN): — Obrigado, Sr. Presidente.

Ha'u hanoin ponto importante iha-ne'e mak cria mecanismo para bele hetan reconhecimento. Iha Comissão A nia relatório, possibilidade ida mak sira ne'ebé considerado katak iha ona experiência

mais de 5 anos ka 10 anos, ne'e pelo menos, processo lima ka neen ka sanulu ne'ebé sira consegue defende no halo remata ona iha tribunal ka iha rain ne'ebé sira sai ona nu'udar membro ba Ordem dos Advogados, depois ita forma fali equipa ida para bele halo avaliação ba sira-nia processo sira-ne'e para depois bele fó ona reconhecimento do que halo teste ka haruka sira tuir formação.

Agora, kona-ba formação ne'e ha'u concorda katak importante iha-ne'e mak nia qualidade. Hanessan ohin Deputado Natalino hateten, nia qualidade ne'e importante. Maibé, qualidade ne'e la'ós hetan de'it hussi formação, tanba formação ne'e hanessan dalan ida atu aumenta qualidade ne'ebé iha. La'ós liuhossi formação de'it mak bele eleva qualidade, mas sei iha dalan seluk atu eleva qualidade ne'e mós. Hanessan exemplo: formação de'it la fó solução ba qualidade, tanba começa 2002 mai ne'e, juiz ho procurador sira ne'ebé agora daudauk iha, sira tuir formação parece tinan tolu ka haat, mas situação tribunal nian, Ministério Público nian, ne'e mak hanessan ita hatene daudauk katak iha tinan uluk ita hassai resolução ida iha-ne'e tanba tribunais ka setor justiça ne'e sei problema hela. Sira liu hussi formação ida-ne'ebé la'ós tinan rua hanessan ita ko'alia daudauk kona-ba advogado sira nian ne'e, mas sira-nian ne'e barak liu ida-ne'e. Sira-nia formação ne'e iha tempo barak liu do que ida-ne'e, mas sira-nia situação mak ne'e nafatin. Ne'e hatudu katak formação de'it la fó solução kona-ba qualidade, satán formação sira ne'ebé iha sala laran de'it no simu matéria hussi ema ida ne'ebé hanorin, ne'e hanessan ita bá *kuliah*, depois halo exame tiha, maibé ne'e hanessan ho ema escola baibain nian tanba método ne'e la muda, karik hanessan ne'e mós la ajuda. Iha Comissão A ami ko'alia tiha ona, importante liu mak halo formação contínua. Ne'e katak sira ne'ebé tuir formação agora ne'e, depois sira hetan tiha cartão profissional, não quer dizer que sira la tuir tan ona formação, ne'e sira tem que tuir nafatin formação regular. Hanessan exemplo, tinan ida sira bele tuir formação durante semana ida ka fulan ida hanessan ne'e para bele acompanha nafatin desenvolvimento jurídico nian, tanba lei mós hanessan tecnologia, nia desenvolve an. E sira ne'ebé hetan tiha ona reconhecimento ka cartão profissional, ne'e tem que distingue tempo ida ne'ebé especial ba sira hodi tuir formação, katak tinan ida dala ida ka dala rua, ne'e depende Ordem dos Advogados mak bele halo programa ba ida-ne'e, atu nune'e bele fó nafatin capacitação para eleva qualidade advogado sira-nian.

Ha'u atu fó hanoin de'it ida-ne'e, katak formação ne'e importante, ita la'ós hassees advogado hussi formação, maibé ita precisa mecanismo para fó reconhecimento, e depois de hetan tiha reconhecimento mós sira precisa tuir nafatin formação contínua ne'e.

Obrigado.

Sr. **Presidente** (Adriano do Nascimento): — Obrigado.

Ha'u hanoin atu kle'an liu, ne'e ita hussik ba iha especialidade. Ne'ebe, ita prepara hodi hakat ba votação, mas molok ida-ne'e ha'u fó lai biban Sr.^a Presidente ho Relator Comissão A atubele hato'o mós hanoin kona-ba saida mak Deputado sira hateten mai ne'e. Tempo Ita-Boot sira-nian, halo favor.

Sr. **Arão Noé de Jesus Amaral** (CNRT): — Obrigado. Boa tarde.

Sim! Se ita haree ba terceira alteração ba Lei ida-ne'e, ho razão katak, quando lei Ordem dos Advogados seidauk tama mai iha Parlamento, e tanba mós atu salvaguarda situação balun ne'ebé iha-ne'ebá. Mas, ho apresentação lei Ordem dos Advogados ne'ebé agora iha ona Comissão nia mesa leten, iha assunto barak ne'ebé ohin distinto Deputado sira halo comentário ba, ne'e sei bele trata iha lei Ordem dos Advogados.

Agora, iha assunto balu ne'ebé pertinente atu ita considera iha-ne'e em relação atu salvaguarda situação advogados nian ne'ebé existe desde 2000 to'o 2012 bainhira sira hala'o sira-nia profissão hanessian advogado iha Timor laran, ne'ebé katak sira lakohi bá inscreve no mós tuir formação, mas sira hala'o hela função hanessian advogado ne'ebé fó hela apoio ba cliente sira, ba ida-ne'e sei iha ema lubuk ida. Ne'e advogado balu ita temi ona e sira-ne'e mak hanessian: Sr. Vital, Sr. Benevides, Sr. Aniceto, Sr. José Teixeira, Sr. Manuel Tilman, Sr. Paulo Remédios, Sr. Sahe, ne'e timoroan lubuk ida que la participa iha formação, mas hala'o hela sira-nia missão ne'e nafatin, hanessian ohin Deputado Aniceto hateten, sira iha ona cartão profissional ba tempo naruk ne'ebé sira exerce função nu'udar advogado, mas tanbassá mak tem que participa fali iha formação? Tanba ne'e mak ha'u hanoin iha art.º 78.º ne'e mak ita tem que considera, tanba iha lei anterior hatete katak nia mandato de extensão ne'e to'o de'it 31 de dezembro de 2015. Se 2015 ne'e mak sira la participa iha formação sira-ne'e, ne'e sira sei lakon sira-nia direito hanessian advogado. Tanba ida-ne'e mak ami hanoin katak alteração ne'e pertinente para assegura situação ne'e, ne'e para sira exerce sira-nia função ne'e nafatin to'o lei Ordem dos Advogados ne'e aprova. Ba artigo 68.º ne'e, proposta de lei ne'ebé mai hussi Governo sei enquadra nafatin artigo ne'e iha-ne'ebá, ne'ebe ida-ne'e considera katak la revoga, maibé sira seluk sei revoga hotu. Ba ida-ne'e mak ha'u hanoin katak pertinente tebes atu oinsá ita haree ba existência hussi ita-nia advogado sira ne'ebé hala'o hela função tanba sira iha cliente ona. Sira-nia mandato ne'e to'o 31 de dezembro de 2015, e tempo ba formação mós limitado ona, tanba formação mós agora la'o hela e sira la iha tempo atu ba tuir formação, tanba ne'e maka ita buka oinsá atu harmoniza extensão de mandato sira-nian ne'e hodi muda ba 2017 para salvaguarda situação sira-ne'e para sira labele prejudicado. Ida-ne'e halo, liuliu ba timoroan sira-ne'ebé hala'o tiha ona sira-nia profissão ne'e desde anterior ka tempo Indonésia nian; to'o agora mós sira sei existe, mas sira la iha tempo atu participa iha formação ne'ebé agora la'o daudauk. Ha'u hanoin ida-ne'e maka ita kaer hanessian fundamento atu halo alteração atu nune'e ita labele hussik prejudicado ita-nia ema sira, tanba nia consequência ne'e la'ós ba de'it timoroan sira ne'ebé mai hussi li'ur, mas bele mós ba timoroan sira ne'ebé halo tiha ona profissão hanessian advogado durante tempo naruk.

Agora, opção ne'ebé Sr. Deputado Natalino nian kona-ba língua, ne'e iha segunda alteração ita introduz katak tem que hatene lian tétum ou português. Ha'u hanoin timoroan hotu-hotu hatene lia-

tétum, ne'ebe la dificulta ba sira ne'ebé hakarak mai tuir formação. Mas ita tem que iha ona limitação de tempo ida ba sessé de'it para nune'e ita determina ona, tanba alteração ida-ne'e atu tama ba dala tolu nian. Primeira alteração iha 2012, depois estende tan to'o 2015, e agora sei ita hakarak estende ka di'ak liu ita hapara extensão, mas ne'e ho ona tratamento especial ida para sira bele assume ona cargo hanessan advogado e bele simu ona cartão profissional. Ha'u hanoin ida-ne'e maka ita bele discute iha especialidade quando ita to'o ona iha artigo 68.º

Ida-ne'e de'it mak atu clarifica, mas em relação ba lei, ha'u hanoin assunto barak ne'ebé ohin questiona, ne'e ita bele *focus* liu quando ita ko'alia kona-ba lei Ordem dos Advogados.

Obrigado.

Sr. **Presidente** (Adriano do Nascimento): — Sr. Deputado Natalino se hakarak atu ko'alia tan, então três minutos de'it, tanba tuir loloos ha'u la fó tan tempo ona.

Sr. **Natalino dos Santos Nascimento** (CNRT): — Obrigado, Sr. Presidente.

Dala ida tan, se ita halo lei ne'e ba ema seluk hodi obriga sira-ne'ebé haknaar an hahú hussi tinan 2000 atu tuir formação obrigatoriamente, depois ida-ne'e halo hotu ona no hela de'it ema na'in hira ne'e, ita atu obriga fali para halo privilégio, ida-ne'e ita bele dehan discriminação. Sr.^a Deputada ne'ebé tuur iha oin hanessan Presidente Comissão A ne'e mós hetan discriminação, tanba tem que tuir formação no nia halo tiha pratica nu'udar juíza no tessi tan tiha lia, ne'e tanba iha altura ne'ebé obrigatoriamente tem que tuir duni. Ita halo lei ida para fó privilégio ba ema ida, rua no tolu de'it. Ne'e ha'u bele dehan katak segunda alteração ba Lei ne'e fó privilégio ba ema ida, rua no tolu, depois agora mós ita hakarak fó privilégio nafatin. Sira seluk ne'e obrigatoriamente tem que tuir formação, nu'ussá mak na'in-rua, na'in-tolu, na'in-haat no na'in-lima labele? Ne'e regras, tanto Dr. Manuel Tilman, como José Teixeira tem que obedece. Ne'e mós nu'udar critério ida e iha-ne'e lei mak manda. Sira tem que mai regista. Tanba ida-ne'e maka ne'e sai questão ba ha'u e hussi debate iha *awal* ne'e ha'u la tuir tanba ita atu halo fali lei ida ne'ebé iha discriminação. Sira seluk ne'e hahú hussi tinan 2000 obrigatoriamente tuir, ne'e jurista-oan barak ne'ebé sai e agora hanessan político hotu ona. Ne'e ha'u a par, ha'u serviço iha tribunal ne'ebá, no altura ne'ebá bele dehan katak ha'u mós nu'udar ema ne'ebé estabelece tribunal iha Timor-Leste. Quando tun mai, ami dezasseis pessoas nu'udar funcionário tribunal nian iha Indonésia nia tempo, sira bolu ami para bá hadi'a administração iha-ne'ebá. Ne'e sira seluk ita haruka obrigatoriamente atu tuir formação, tanbassá maka iha ida-rua de'it mai impõe tan. Como nia hatene português, tanba ida-ne'e mak mai impõe, ida-ne'e ba ha'u, ha'u la simu. Hussi início kedas ha'u la tuir debate ida-ne'e, tanba ita halo de'it lei para prevalece ba ema na'in-rua, na'in-tolu, na'in-haat no na'in-lima de'it, maibé ema sira seluk ita haruka tuir formação, e

sira tuir obrigatoriamente. Sira ne'ebé ita questiona ne'e mós iha tan profissão seluk, ne'e balu agora empresário, balu político. Ne'e sé maka hakarak profissão ne'e, nia tem que obedece ba regras.

Iha segunda alteração ba Lei ne'e ha'u lalika questiona tan tanba prevalece ba ema rua-tolu, mai fali iha terceira alteração mós hanessan. Se ita ko'alia kona-ba discriminação, ne'e discriminação iha início kedas. Tribunal hassai ordem ka diretiva katak obrigatoriamente juiz ka defensor público sira no sira seluk tem que tuir formação obrigatoriamente. Tanba ida-ne'e maka nia efeito no evidência mak Sr.^a Deputada Carmelita mós sees hussi ne'ebá, e nia mós iha capacidade nu'udar júiza. Ne'e hotu-hotu obrigatoriamente tuir formação, depois ita mai to'o iha dalan klaran, ema ida, rua no tolu de'it que agora balu iha profissão nu'udar *pengusaha*, balu político, e ita halo ba ida-ne'e para prevalece fali sira! Ne'e ha'u questiona ida-ne'e. Ba ida-ne'e, tem que iha duni formação! Primeiro, tem que regista duni e segundo mak tem que tuir duni formação para iha conhecimento jurídico, liuliu termos português nian. Ne'e bele hakerek ho tétum, mas termos justiça nian, Timor seidauk iha ida-ne'e ho tétum rassik. Tanba ida-ne'e maka ha'u exige para tuir formação e hotu-hotu tem que obedece, la'ós mai para atu impõe fali. Ne'e maka hussi início ha'u hatete kedan ne'e.

Obrigado.

Sr. **Presidente** (Adriano do Nascimento): — Obrigado.

Ha'u hanoin questão ida-ne'ebé ita ko'alia bainhira halai liu ba discussão iha especialidade, ne'e hela ba especialidade. Agora ita tama iha generalidade, ne'e ko'alia kona-ba nia estrutura, filosofia ho buat sira-ne'e hotu. Ne'ebe, ha'u hanoin, hussu ba Sr.^a Presidente ho Relator atubele hola fali fatin para nune'e ita bele hakat ba votação.

Maluk Deputado sira, ha'u hanoin iha hanoin balu ne'ebé propõe katak Lei ida-ne'e bele iha mós discussão iha especialidade. E ne'e ita tem que decide ka ita hussik ba Comissão A para continua halo debate iha Comissão ka halo nu'ussá? Ne'ebe, molok ita bá vota, ha'u hussu filafali ba Plenário atubele decide, nune'e ita bele ba vota.

Então, ita prepara ba vota ba generalidade ba Projeto de Lei n.º 7/III(3ª) – Terceira Alteração à Lei n.º 11/2008, de 30 de Julho (Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação dos Advogados), sé maka vota a favor, contra no abstenção foti liman.

Hato'ona ba votação, hetan aprovação, ho voto a favor 41, contra 1 no abstenção 2.

Agora ha'u soe filafali ba fórum, discussão na especialidade ne'e ita hussik ba Comissão ka halo nu'ussá?

Sr. Deputado Aniceto Guterres, halo favor.

Sr. Aniceto Longuinhos Guterres Lopes (FRETILIN): — Sr. Presidente, matéria ne'e bá tiha ona Comissão A. Se no caso la iha proposta ruma atu dada mai iha Plenário, ne'e automaticamente bá ona Comissão, Sr. Presidente.

Obrigado.

Sr. Presidente (Adriano do Nascimento): — Obrigado, Sr. Deputado.

Se la iha tan Sr. Deputado ida mak atu ko'alia, então hanessian ne'e debate iha especialidade ba Lei ne'e ita hela ba Comissão A. Ne'ebe, hussu ba Comissão A atu halo calendarização para halo debate na especialidade. Depois ita mós haka'as an hodi nune'e bele hala'o Lei ida-ne'e tuir necessidade ne'ebé iha. Ha'u hanoin hanessian ne'e de'it, ita-nia reunião plenária ohin hotu ba ida-ne'e e horas mós bessik daudauk tuku 6 ona. Maka ne'e de'it, aban ba oin comissão ida-idak bele haree nia serviço atu nune'e bele haree ba preocupação ho necessidade povo nian para halo fiscalização ou debate lei sira tuir ita-nia knaar iha Parlamento ne'e.

Ho ida-ne'e, ha'u declara taka ita-nia plenário ohin nian, muito obrigado ba Ita-Boot sira hotu e boa tarde.

Horas hatudu tuku 5 liu minuto 47 lorai.

DIVISÃO DE REDAÇÃO, AUDIOVISUAL, TRANSCRIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO.